



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
campus RESTINGA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
AGROECOLOGIA**

Porto Alegre, setembro de 2024.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Composição Gestora da Instituição – Reitoria/*campus*

Reitor

Júlio Xandro Heck

Pró-Reitor de Ensino - PROEN

Fábio Azambuja Marçal

Pró-Reitora de Administração – PROAD

Tatiana Weber

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional - PRODI

Lucas Coradini

Pró-Reitora de Extensão - PROEX

Marlova Benedetti

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPPi

Flávia Twardowski

Diretor Geral do *campus* Restinga

Prof. Rudinei Müller

Diretor de Ensino do *campus* Restinga

Prof. Mário Augusto Correia San Segundo

Diretora de Administração e Planejamento do *campus* Restinga

Thaís Teixeira da Silva

Coordenadora de Desenvolvimento Institucional do *campus* Restinga

Denise Elisabete da Silva Gorski

Coordenador de Extensão do *campus* Restinga

Prof. Jovani Zalamena

Coordenador de Pesquisa do *campus* Restinga

Prof. Tadeu Luis Tiecher



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Nominata da Comissão de Elaboração do PPC ¹

Nome	Representação
Adalberto Floriano Greco Martins	Comunidade Externa
Agda Regina Yatsuda Ikuta	Comunidade Externa
Alberto Bracagioli Neto	Comunidade Externa
Arthur Cesa Venturella	Comunidade Externa
Caren Rejane de Freitas Fontella	Gestão de Extensão
Daniela Nicoletti Fávero	Letras
Daniela Sanfelice	Ciências Naturais
Divane Floreni Soares Leal	Gestão de Desenvolvimento Institucional
Diego Romeira Cigaran Chaves	Ciências Exatas
Diogo Silveira Terra	Núcleos de Ações Afirmativas
Jovani Zalamena	Proponente
Lucas Maciaseki da Silva	Gestão de Ensino
Luciana Regina Podgaiski	Proponente
Mário Augusto Correia San Segundo	Diretor de Ensino
Sandro Trevisan Fidler	Comunidade Externa
Tadeu Luis Tiecher	Gestão de Pesquisa e Proponente
Thaís Teixeira da Silva	Núcleos de Ações Afirmativas
Vanderlei Franck Thies	Comunidade Externa
Wagner Guimarães da Silva	Ciências Humanas

¹ ORDEM DE SERVIÇO N° 028, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022 (Retificada em 02.12.2022).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Sumário

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	6
2 APRESENTAÇÃO	7
3 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO campus	7
4 PERFIL DO CURSO	10
5 JUSTIFICATIVA	11
6 PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DO CURSO	16
6.1 Objetivo geral:	16
6.2 Objetivos específicos:	16
6.3 Perfil do egresso	17
6.4 Diretrizes e atos oficiais	18
6.5 Formas de acesso ao Curso:	20
6.6 Princípios filosóficos e pedagógicos do curso	21
6.7 Matriz Curricular	24
6.7.1 Quadro de Componentes Curriculares Optativos:	26
6.7.2 Quadro Síntese da Matriz:	26
6.8 Prática Profissional	27
6.9 Programa por Componentes Curriculares:	28
6.10 Curricularização da Extensão	70
6.11 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC:	71
6.12 Estágio Curricular	71
6.12.1 Não Obrigatório	72
6.13 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem:	73
6.13.1 Da Avaliação da Aprendizagem dos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais/específicas	75
6.13.2 Da Recuperação Paralela	77
6.14 Metodologias de Ensino:	77
6.15 Acompanhamento pedagógico	79
6.15.1 Acessibilidade e adequações curriculares para estudantes com necessidades específicas	80
6.16 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	81
6.17 Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e de aprendizagem	83
6.18 Educação a Distância	84
6.18.1 Atividades de tutoria	85



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

6.18.2 Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem	86
6.18.3 Material Didático	87
6.18.4 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	88
6.18.5 Equipe multidisciplinar: Núcleo de Educação a Distância (NEaD)	88
6.18.6 Interação entre coordenador de curso, docentes e tutores (presenciais e a distância)	89
6.18.7 Infraestrutura	90
6.18.8 Experiência Docente e de Tutoria na EaD	90
6.19 Articulação com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS)	91
6.20 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	93
6.21 Critérios de aproveitamento de estudos e certificação de conhecimentos	94
6.22 Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE)	95
7 CERTIFICADOS E DIPLOMAS	97
8 QUADRO DE PESSOAL (DOCENTES E TÉCNICOS)	97
9 INFRAESTRUTURA	102
9.1 Biblioteca	102
9.2 Equipamentos e Laboratórios	103
10 CASOS OMISSOS	105
11 REFERÊNCIAS	105
12 ANEXOS	106
Anexo 1 - Regulamento dos Laboratórios de Informática	107
Anexo 2 - Regulamento do Núcleo Docente Estruturante	112
Anexo 3 - Regulamento do Colegiado de Curso	116



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 **Denominação do curso:** Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia
- 1.2 **Modalidade:** Presencial
- 1.3 **Grau:** Tecnólogo
- 1.4 **Título conferido ao concluinte:** Tecnólogo/a em Agroecologia
- 1.5 **Local de oferta:** IFRS - *campus* Restinga
- 1.6 **Eixo tecnológico:** Recursos Naturais
- 1.7 **Número de vagas anuais autorizadas:** 32
- 1.8 **Turno de funcionamento:** Noturno
- 1.9 **Periodicidade de oferta:** Semestral
- 1.10 **Carga horária total:** 2.405 horas relógio
- 1.11 **Duração da hora aula:** 50 minutos
- 1.12 **Mantida:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
- 1.13 **Tempo de integralização:** Três anos (Seis semestres)
- 1.14 **Tempo máximo de integralização:** Seis anos (12 semestres)
- 1.15 **Atos de autorização, reconhecimento, renovação do Curso (exclusivo para os casos de alteração do PPC):** Não se aplica
- 1.16 **Órgão de registro profissional:** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/RS)
- 1.17 **Diretor de Ensino:** Mário Augusto Correia San Segundo
direcao.ensino@restinga.ifrs.edu.br – (51) 3247- 8406
- 1.18 **Coordenação do Curso:** Jovani Zalamena



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

2 APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - *campus* Restinga. Este curso foi definido por estar alinhado à verticalização do eixo de Recursos Naturais, conforme previsão do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 do IFRS (PDI/IFRS).

A escolha por um curso superior em Agroecologia parte de demanda da comunidade, que demonstra crescente preocupação em questões como alimentação saudável, segurança alimentar e sustentabilidade, questões estas diretamente relacionadas ao curso a ser ofertado em uma capital e região metropolitana que possuem grande espaço para produção de alimentos de forma ecológica e sustentável, tanto no meio rural como urbano, região esta que já se destaca no panorama continental pela produção agroecológica, mas que ainda carece de oportunidades/locais de formação e trocas de experiências.

No Rio Grande do Sul, existem atualmente apenas dois cursos superiores em Agroecologia, ambos em Universidades e nenhum ofertado em Institutos Federais. O *campus* Restinga, por sua vez, representa uma excelente alternativa para a abertura do curso aqui proposto, uma vez que já oferta o Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio (EJA), cujos(as) egressos(as) demonstram desejo de aprofundar seu itinerário formativo na área em nível superior, além de dispor de corpo docente, técnico-administrativo e estrutura voltadas para as ações da área. O público alvo do curso em Agroecologia são pessoas que vivem tanto no meio rural como urbano, com perfil de engajamento em ações transformadoras e com potencial de atuar em diferentes territórios para o desenvolvimento de sistemas agroecológicos. Este curso visa dotar o egresso de uma formação multidisciplinar integrada e crítica sobre os sistemas produtivos, rurais e urbanos, sendo capaz de planejar, analisar, executar e monitorar os sistemas de produção, de modo integrado aos aspectos de sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural.

3 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO *campus*

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) foi criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, e constitui-se como uma instituição pública e multicampi, com reitoria localizada na cidade de Bento Gonçalves, que se propõe a fornecer ensino humanizado, crítico e cidadão. A instituição conta com aproximadamente 1.390 docentes e 993 técnico-administrativos em educação, dentre os quais 39% possuem título de doutores, de acordo com dados do Portal Integra do IFRS, em 2023. A instituição oferece cursos gratuitos em 16 municípios gaúchos, possuindo, atualmente, 17 *campi*:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão.

O IFRS *campus* Restinga está localizado no extremo sul do município de Porto Alegre, no Bairro Restinga (Figura 1).

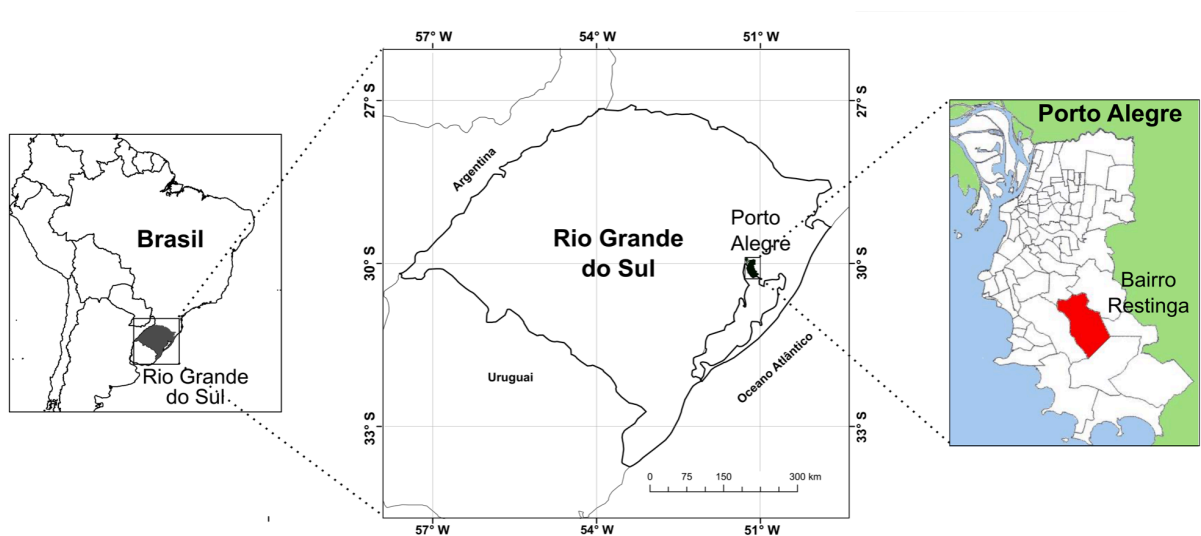


Figura 1. Localização do Bairro Restinga (em vermelho, à direita), onde situa-se o IFRS *campus* Restinga, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Mapa elaborado por Luciana Podgaiski.

A Zona Sul de Porto Alegre, pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre (PDDUA, 1999), possui paisagem típica de restinga. Essa região apresenta uma história de ocupação diferente das outras regiões da capital, que merece ser ressaltada. Constituído pela necessidade colonial de expandir e demarcar conquistas territoriais, o Rio Grande do Sul traz como marcadores grandes batalhas militares e de seus combatentes que defenderam o estado de inimigos em diferentes episódios da história oficial. Também é reconhecido como um dos estados que mais recebeu descendentes de italianos e alemães, que participaram das correntes imigratórias iniciadas na metade do século XIX, de onde decorre um orgulho do seu passado europeizante e o reforço de valores a ele atribuídos: um povo cristão, branco, trabalhador. Mas, quando olhamos para a Zona Sul de Porto Alegre, essa imagem idílica de um estado glorioso e de sua identidade “tipicamente europeia” entra em contradição. Por ser uma localidade mais afastada do centro da capital, na Zona Sul foram despejadas as populações que não se adequavam aos padrões do modelo urbano dominante. No final da década de 1960, o Estado colocou em movimento a política de remoção das vilas e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

favelas do centro da cidade de Porto Alegre. Dispositivo normalizador usado ainda nos dias de hoje, as casas e os pertences das famílias que habitavam esses locais, e não tinham condições de adquirir terrenos próximos ao centro, foram removidas e jogadas na área que atualmente corresponde ao bairro Restinga. O intenso deslocamento populacional rumo à Restinga levou ao surgimento de ocupações espontâneas autoconstruídas. Os moradores precisaram de estratégias criativas para lidar com situações limitantes, tais como a inexistência de transporte urbano, a necessidade de reconstruir eles próprios suas moradias e as redes de saneamento básico, elaborarem seus próprios modelos e marcadores geográficos, bem como criarem meios para enfrentar a ausência de outros serviços básicos, como saúde e educação. Apesar da multiplicidade de saberes complexos que circulam pelo bairro, a Restinga, por ser lugar que abriga uma parte significativa do povo negro de Porto Alegre, continua sendo o cenário onde práticas de racismo, preconceito e exclusão social seguem sendo batizadas. Todavia, este cenário de adversidade fez com que a luta política passasse a constituir o repertório de ações dos moradores do bairro. Foi através da atuação criativa e estratégica das lideranças comunitárias que o IFRS foi instalado na Restinga, decorrente da luta e articulação organizada de uma comunidade periférica. A história do IFRS *campus* Restinga remonta à busca da comunidade pela “Escola Técnica Federal de Porto Alegre na Restinga”, que iniciou em maio de 2006, com a criação da Comissão Pró-implantação dessa unidade de ensino. A mobilização da comunidade pela construção da escola coincidiu com um contexto nacional de valorização da formação profissional e, também, com investimentos expressivos do Governo Federal.

A Zona Sul, por sua vez, não é constituída apenas por bairros urbanizados como a Restinga. A região também engloba a atual Zona Rural do município de Porto Alegre, formada por Áreas de Preservação Permanente e pequenas propriedades rurais, cujas famílias de agricultores abastecem boa parte das feiras de alimentos orgânicos da região metropolitana de Porto Alegre. A mesma Zona Sul de Porto Alegre também constitui o local de diferentes ocupações por grupos Guaranis, ancestrais à chegada dos colonizadores ao Rio Grande do Sul. A constante preocupação do território da Zona Sul por estes coletivos está relacionada a aspectos cosmológicos da própria cultura Guarani. Cercada por uma cadeia de morros com diversas nascentes que correm por seu interior, as três aldeias situadas na região do extremo sul de Porto Alegre permanecem em pontos que são considerados sagrados para as cosmologias indígenas, pois são próximos às margens da Lagoa dos Patos e do Rio Guaíba. Na Zona Sul de Porto Alegre vivem, ainda, povos Kaingang e Charrua, os quais identificam diversas áreas pertencentes à sua ancestralidade e reivindicam sua demarcação. Estes coletivos habitam, hoje, áreas do Morro do Osso, da Lomba do Pinheiro e do Morro Santana, bem como territórios situados no Lami. Esses povos ressentem-se da incapacidade do Estado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

de traduzir suas necessidades e implementar políticas públicas sensíveis ao universo de suas vivências (IFRS *campus* Restinga, 2017).

No IFRS, *campus* Restinga, desde o ano de 2017, é ofertado o curso técnico em Agroecologia integrado ao ensino médio na modalidade EJA. No *campus*, por sua vez, desenvolve-se uma série de projetos consolidados de ensino, extensão, pesquisa, inovação e empreendedorismo em agroecologia. O *campus* Restinga iniciou suas atividades em 2010 e a sua consolidação na Restinga é resultado direto da organização da comunidade local que reivindicou a abertura de um *campus* na região e participou da escolha dos eixos tecnológicos, incluindo o eixo de Recursos Naturais e a Agroecologia. Desde sua implantação, o *campus* tem se mostrado fundamental para a qualificação e capacitação de recursos humanos, geração de emprego e renda, aliado à conservação ambiental na zona sul de Porto Alegre.

Paralelamente ao curso técnico em Agroecologia, foi também implementado no IFRS, no primeiro semestre de 2023, o curso de Especialização em Agroecologia, numa parceria entre os *Campi* Viamão, Alvorada, Canoas e Restinga. Neste sentido, a verticalização do eixo de Recursos Naturais no *campus* Restinga, através do Curso Superior Tecnólogo em Agroecologia, é complementar à oferta em rede de formação nesta área do conhecimento. Isso, por sua vez, possibilitará a consolidação do IFRS, em especial do *campus* Restinga, como uma referência de ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia não só para a Zona Rural, mas também para a região metropolitana de Porto Alegre e para o estado do Rio Grande do Sul.

4 PERFIL DO CURSO

O(A) Profissional Tecnólogo(a) em Agroecologia formado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul – *campus* Restinga, terá uma formação que lhe proporcione competências para o exercício profissional, tendo por base a compreensão da complexidade dos sistemas de produção agroecológicos e do ambiente rural e urbano, de acordo com as diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do Ministério da Educação para o Eixo Tecnológico – Recursos Naturais.

O curso superior de Tecnologia em Agroecologia está organizado em regime semestral, distribuído em 06 (seis) semestres letivos, totalizando 3 (três) anos de curso, e a integralização deverá ocorrer entre, no mínimo, 3 (três) anos, e no tempo máximo de até 6 (seis) anos. O curso possui uma carga horária total de 2.405 (duas mil e quatrocentas e cinco) horas/relógio, sendo distribuídas em 20 (vinte) horas/aula semanais e 4 (quatro) horas/aula presenciais diárias, com exceção dos três componentes curriculares de Extensão, que terão 5 (cinco) horas presenciais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Os componentes curriculares possuem conteúdos teóricos e práticos obrigatórios com 2.339 (duas mil e trezentas e trinta e nove) horas, componentes optativos com 132 (cento e trinta e duas) horas. Dentre o itinerário formativo, deverá ser escolhido 1 (um) dos componentes curriculares optativos de 66 (sessenta e seis) horas, sendo que um deles será cursado em turmas ofertadas por outros cursos superiores.

O curso será operacionalizado durante o ano letivo, em cinco dias de aulas semanais, ou seja, de segunda à sexta, podendo ser utilizado o sábado, quando previsto no calendário acadêmico, para reposição de aulas, pesquisa, extensão ou aulas práticas, considerando-se o disposto na Lei nº 13.796/2019. O curso será ofertado no período noturno e esporadicamente aos sábados durante o dia, conforme identificado acima.

Serão oferecidas anualmente 32 (trinta e duas) vagas, sendo que os ingressos serão nos primeiros semestres letivos de cada ano.

5 JUSTIFICATIVA

O modelo de agricultura introduzido pelo capitalismo colocou o planeta à beira de um colapso. O padrão predatório de exploração agrícola introduzido nas sociedades de mercado contribuiu para uma brutal perda da sociobiodiversidade, desestabilizando ecossistemas e tornando urgente o debate em torno da crise planetária. Este sistema nos conduz a alterações climáticas e ambientais que expõem e aprofundam as desigualdades sociais, políticas, econômicas, raciais e de gênero. No Brasil, é dramática a situação de grande parte da população do campo e das cidades, dos povos originários, das comunidades quilombolas e ribeirinhas. Sociedade e natureza estão expostas a violências de todas as ordens e encontram pouquíssima capacidade de resposta às atuais crises. Na dimensão local, a região metropolitana de Porto Alegre sofre os resultados do modelo agrícola hegemônico. Na cidade de Porto Alegre, a especulação imobiliária e os condomínios de alta classe avançam sobre as áreas rurais. Em toda região metropolitana, o fenômeno da precarização da renda e da habitação tem atingido fortemente as periferias e exposto um padrão de ocupação territorial que privilegia as corporações empresariais, a especulação imobiliária, o desmatamento e a urbanização descontrolada em detrimento das políticas de bem estar e proteção social e ambiental. Por outro lado, agentes da sociedade civil organizada, através de movimentos sociais, associações, Universidades, Institutos Federais, instituições de pesquisa e assistência técnica têm confrontado os mecanismos de poder e dominação do modelo de ocupação territorial. A agroecologia, neste cenário, cumpre um papel relevante, buscando reconectar as pessoas ao ato de produzir alimentos de forma saudável e com o menor impacto possível sobre os ecossistemas. Por meio da Agroecologia, resgatam-se saberes dos povos originários, tradicionais e camponeses, que encontraram na agricultura o caminho para



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

o desenvolvimento comunitário em equilíbrio com a natureza. A Agroecologia, por sua vez, não trata de separar sociedade e natureza para dominar. Ao contrário, na Agroecologia todos os elementos compõem um único plano de ação que são complementares, interligados e interdependentes e a política se torna um campo mais digno (IFRS *campus* Viamão, 2022).

A agroecologia, enquanto uma área inter/transdisciplinar, se constrói na intersecção de técnicas e práticas agrícolas, ciência e movimento social/político (Wezel et al, 2009; Pimbert et al, 2021). Ela tem sido cada vez mais reconhecida por diversos autores (Altieri, 2009; Gliessman, 2005; Pimbert et al, 2021; Ploeg, 2021; Wezel et al, 2009) e por órgãos internacionais (FAO/ONU 2021) como um caminho necessário para tornar os sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis. As práticas da agricultura convencional - ou moderna - têm se mostrado inviável no contexto de crescente preocupação com a degradação ambiental e a emergência climática. O cultivo intensivo do solo, as monoculturas, a aplicação de fertilizantes sintéticos, o gasto excessivo de água com métodos de irrigação devastadores, o controle químico de pragas e ervas adventícias, a manipulação genômica de plantas, entre outras, são práticas que comprometem a produtividade futura em favor da alta produtividade no presente (Gliessman, 2005). Ademais, a degradação do solo e poluição do meio ambiente pelo uso indiscriminado de agrotóxicos destroem toda uma sociobiodiversidade, causando estragos que comprometem o futuro de próximas gerações.

Na esteira do ambientalismo mundial, o Rio Grande do Sul foi vanguarda no movimento ecológico com a fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), primeira organização ambientalista brasileira e uma das pioneiras no mundo, na perspectiva da luta em defesa das pautas ambientais. Figura como um de seus fundadores, José Lutzemberger, com o manifesto ecológico brasileiro “O fim do futuro?” (1976), que mostrou a necessidade de aliar consciência e preservação para manter a sobrevivência. Junto com Lutzenberger, foi imprescindível a contribuição da engenheira agrônoma Ana Maria Primavesi, que compreendeu o solo vivo como base da agroecologia. Juntos, Lutzemberger e Primavesi trabalharam incansavelmente, no Brasil e internacionalmente, para o sucesso da Agricultura Alternativa, movimento e prática que ganhou força na década de 80 e constitui os pilares do que hoje conhecemos como movimento agroecológico. Neste período, aconteceram os primeiros Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), promovidos, dentre outros atores, por organizações da sociedade civil, pesquisadores, agricultores, estudantes, representantes de movimentos sociais do campo, organizações sindicais, ambientalistas, extensionistas de Empresas Estaduais de Extensão Rural (Ematers) e agricultores.

A agroecologia vem se fortalecendo e se consolidando no Brasil, sendo alguns



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

marcos a constituição da ANA - Articulação Nacional de Agroecologia (em 2002) e a criação da ABA - Associação Brasileira de Agroecologia, em 2004. Enquanto a ANA articula as ações das redes agroecológicas de organizações da sociedade civil, ONGs e Movimentos Sociais, a ABA articula o campo ao conhecimento acadêmico em agroecologia, como publicações, congressos, pesquisas, etc. Ambas contam com Grupos de Trabalho (GTs) de temas que abrangem desde soberania e segurança alimentar, gênero, juventude, extensão e assistência técnica. As políticas de apoio à agroecologia e produção orgânica, que tiveram seu auge nos governos democráticos e populares na primeira metade da década de 2010, seguem as trilhas desses pressupostos históricos.

Contudo, os desafios da expansão da agroecologia dentro da realidade da sociedade atual são múltiplos e complexos. Dentre as principais ações para vencer essas barreiras está a necessidade da ampliação das pesquisas científicas aplicadas à agroecologia e principalmente do ensino da agroecologia para todos os setores da sociedade. Felizmente, o número de cursos técnicos, profissionais e tecnológicos em Agroecologia no Brasil vem crescendo para atender essa demanda (conforme referenciado no item II).

De acordo com dados da Plataforma Nilo Peçanha (SETEC/MEC), na Rede Federal de ensino o número de cursos superiores de Tecnologia em Agroecologia tem crescido nos últimos anos (Tabela I). Por exemplo, enquanto em 2017 havia 17 cursos voltados a esta habilitação distribuídos no Brasil, em 2021 este número aumentou para 24. Por sua vez, apesar do número crescente de cursos, o número de estudantes matriculados(as) permanece aproximadamente estável ao longo dos anos (em média 1.983/ano), e o número de estudantes concluintes aumentou em 2019 (178 novos profissionais), mas diminuiu nos anos seguintes, provavelmente devido às dificuldades enfrentadas durante a pandemia da Covid-19 (Tabela 1).

Tabela 1. Descrição, por ano, do número de Cursos Superiores de Tecnologia em Agroecologia da Rede Federal, número de matrículas e estudantes concluintes dos cursos no Brasil. Fonte: Plataforma Nilo Peçanha/ SETEC/MEC.

Anos	N.º de cursos no Brasil	N.º de matrículas	N.º de alunos concluintes
2017	17	1.972	159
2018	20	1.918	157
2019	22	2.100	178
2020	24	1.904	127
2021	24	2.021	100



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Até 2021, os 24 cursos superiores de tecnologia em Agroecologia da Rede Federal se distribuem em quatro regiões brasileiras, sendo três destes no Centro-oeste, nove no Norte, nove no Nordeste e três na região Sul do Brasil (Tabela II). Na região Sul, os cursos estão localizados somente no estado do Paraná, no IFPR *campus* Ivaiporã (1 curso) e *campus* Cerro Largo (que apresenta dois cursos em período integral e noturno), não havendo oferta, pela Rede Federal, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que, no Rio Grande do Sul, são ofertados dois cursos Superiores de Bacharelado em Agroecologia, um deles pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - *campus* São Lourenço, e o outro pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) - *campus* Santa Cruz do Sul. Destaca-se, porém, que ambos os cursos são ofertados a distâncias relativamente grandes (mais de 150 km) da região metropolitana de Porto Alegre.

Em todo o Brasil, em 2021, foram disponibilizadas 604 (seiscentas e quatro) vagas para novos(as) estudantes na Rede Federal em cursos superiores de tecnologia em Agroecologia, enquanto que o número de inscritos(as) nos processos seletivos foi de 4.270 (quatro mil e duzentos e setenta) candidatos(as). A relação de procura e oferta neste ano resultou em aproximadamente sete estudantes interessados(as) para cada vaga ofertada. A demanda pelo curso, portanto, é largamente superior à oferta de vagas em todas as instituições federais (Tabela 2). Ainda cabe ressaltar que não houve abertura de vagas para turmas do curso de agroecologia para a região Sul neste último ano .

Os(As) egressos(as) do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia dispõem de uma ampla gama de possibilidades de atuação profissional, analisando, planejando, executando e monitorando sistemas de produção de alimentos e considerando a sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural de modo integrado (ver em maiores detalhes os itens 5 e 6).

Tabela 2. Relação dos Cursos Superiores de Tecnologia em Agroecologia, eixo de Recursos Naturais, da Rede Federal por região e estado do Brasil no ano de **2021**. São apresentados o número de cursos por IF, o número de vagas disponibilizadas para novas matrículas, o número de inscritos(as) nos processos seletivos que concorreram às vagas disponibilizadas, e a taxa relativa ao número de inscritos por vaga. Fonte: Plataforma Nilo Peçanha/ SETEC/MEC.

Região	Estado	IF	Cursos	Vagas	Inscritos	Inscritos por vaga
Centro-oeste	Goiás	IF GOIANO	1			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

	Distrito Federal	IFB	2	97	1626	16,8
Nordeste	Bahia	IF BAIANO	1	30	60	2,0
	Paraíba	IFPB	2	177	439	2,5
	Pernambuco	IFPE	1	40	47	1,2
	Piauí	IFPI	1	40	186	4,7
	Rio Grande do Norte	IFRN	2	40	128	3,2
	Sergipe	IFS	2	100	154	1,5
Norte	Acre	IFAC	3	40	126	3,2
	Amazonas	IFAM	2			
	Pará	IFPA	4	40	1504	37,6
Sul	Paraná	IFPR	3			
Total			24	604	4270	7,1

Na região de abrangência do IFRS - *campus* Restinga, por sua vez, em especial na Zona Sul rural do município de Porto Alegre, a expectativa é de que estas oportunidades para os(as) egressos(as) só tendem a crescer. Essa expectativa decorre, por exemplo, de pautas como a Lei nº 12.328 de 2017, que institui a Zona Rural do município de Porto Alegre como Zona Livre de Agrotóxicos à Produção Primária e Extrativa. De acordo com essa lei, o município compromete-se a buscar, entre outras ações, (i) desenvolver a produção rural orgânica e sustentável na região, com ampliação de tecnologias que permitam a manutenção do meio ambiente, além de (ii) incentivar o cooperativismo e o associativismo na produção e na comercialização de produtos agroecológicos. Destaca-se, ainda, que as propostas dispostas nesta lei têm a meta de consolidação na Zona Rural de Porto Alegre até o ano de 2032. Tendo em vista o exposto, e associado à crescente demanda por produtos orgânicos na região, torna-se claro que a oferta de um curso Superior Tecnológico em Agroecologia no *campus* Restinga irá capacitar e, potencialmente, garantir empregabilidade aos(às) egressos(as) nos elos da cadeia produtiva agroecológica regional.

Por fim, vale destacar que o IFRS aprovou, em 2019, a Política Institucional de Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e Educação Ambiental (PIASE), como o escopo de promover a Agroecologia como ciência, no compromisso efetivo com o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

direito a produção e consumo da alimentação saudável, na vigilância alimentar e nutricional, na educação ambiental e no desenvolvimento rural e territorial sustentável.

6 PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DO CURSO

6.1 Objetivo geral:

Formar profissionais competentes técnica, ética e politicamente, capazes de atuar de forma crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos tecnológicos, políticos, econômicos, sociais, ambientais, gerenciais, organizativos e culturais, bem como para enfrentar o desafio de trabalhar as questões agroecológicas e orgânicas em ambientes rurais e urbanos, elevando a qualidade de vida das famílias e voltando-se para a produção de alimentos em harmonia com o meio ambiente, fortalecendo também a relação urbano-rural.

6.2 Objetivos específicos:

- Formar profissionais para atuar no sistema de Produção Familiar, capazes de contribuir para a produção de alimentos 'limpos', estimulando a relação campo-cidade pela comercialização em curtos circuitos de mercado (Feiras);
- Facilitar a conexão dos múltiplos sujeitos sociais que habitam a região Metropolitana de Porto Alegre e seu entorno, no esforço de construir e/ou fortalecer as redes de produção agroecológica, criando oportunidades para a emancipação social e segurança alimentar, nutricional e saúde das populações urbanas e rurais;
- Contribuir na formação crítica e ética frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto na produção de alimentos e no bem viver das famílias rurais e urbanas;
- Possibilitar o acesso ao conhecimento das formas de produção de alimentos, segundo os princípios da agroecologia;
- Possibilitar, ao(à) estudante, o processamento autônomo do conhecimento coletivamente construído, transformando-o em ações de desenvolvimento rural e urbano sustentável;
- Reconstruir o atual modelo de produção de alimentos, através de novos referenciais de mundo, compreendendo o global e relacionando-o criticamente com o local;
- Propiciar a formação de educadores(as) para atuarem junto às famílias e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

- aos(às) produtores(as) rurais que constituem Porto Alegre, a região metropolitana e seu entorno, com base em referências agroecológicas;
- Reconhecer os saberes populares e tradicionais bem como as potencialidades locais como formadoras dos agroecossistemas agroecológicos e realizar estudos voltados ao planejamento e ao desenvolvimento da produção e organização do espaço geográfico das áreas de assentamentos, terras indígenas, territórios quilombolas e comunidades de pequenos(as) agricultores(as) da região.
 - Estimular a pesquisa e os processos participativos partindo de problemas concretos, bem como difundir metodologias participativas de trabalho para o fortalecimento organizativo das comunidades no território.
 - Compreender a perspectiva ampliada de saúde, a formação territorial brasileira e suas interações com a agroecologia;
 - Proporcionar ao discente espaços de discussão referentes à educação inclusiva e temas transversais.
 - Propiciar o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a qualificação da prática pedagógica.

6.3 Perfil do egresso

O(A) egresso(a) do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do campus Restinga será dotado(a) de uma formação multidisciplinar integrada e crítica sobre os sistemas produtivos, através de uma perspectiva holística, tornando-se assim um(a) profissional que contribuirá para o estabelecimento de uma agricultura racionalmente justa, economicamente viável e ecologicamente equilibrada, quanto ao uso e manuseio dos solos, plantas e ou animais, contando com uma formação cultural, política, social, ambiental e técnico-científica que o(a) habilite a desempenhar suas funções como Tecnólogo/a em Agroecologia.

Deste modo, este(a) profissional deve ser capaz de atuar em sistemas de produção agropecuária e extrativista instruído(a) por princípios agroecológicos a partir da aplicação de tecnologias de produção baseadas na utilização e potencialização dos recursos endógenos à propriedade. A partir dos conceitos e práticas trabalhados ao longo do curso, este(a) profissional estará habilitado(a) a elaborar, executar e avaliar ações integradas, unindo preservação e conservação de recursos naturais à sustentabilidade socioeconômica dos sistemas produtivos; desenvolver planos de conservação do solo e da água; auxiliar no fortalecimento da agricultura familiar a partir dos princípios agroecológicos; conceber e executar projetos de produção agroecológicos, identificando estilos, modelos, elementos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

vegetais, materiais e acessórios a serem empregados, e interferir e transformar a realidade na perspectiva de desenvolver sustentavelmente a região de atuação, intervindo e interagindo com as comunidades e unidades produtivas, valorizando a polivalência de saberes.

Ademais, espera-se que o(a) egresso(a) possa atuar nos territórios, partindo do olhar do todo que engloba os sistemas agroecológicos. Almeja-se um profissional que opere os pressupostos técnico-científicos a partir de uma visão crítica e reflexiva, sendo capaz de dialogar com as múltiplas realidades, engajando-se na resolução de problemas e considerando seus aspectos ambientais, tecnológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Espera-se que tenha condições de reconhecer as especificidades regionais e locais, relacionando-as à sua área de atuação, bem como ao contexto da realidade nacional e mundial. Por fim, deseja-se que este(a) profissional atue como agente transformador da sociedade, a partir dos conhecimentos de base agroecológica adquiridos e/ou aprimorados com o curso, contribuindo para a produção sustentável de alimentos, para a implantação de sistemas agroecológicos sociais e produtivos, para a minimização das desigualdades sociais (de classe, de gênero e racial), bem como para a manutenção de sistemas ambientais mais equilibrados.

6.4 Diretrizes e atos oficiais

O presente Projeto Pedagógico do Curso Superior de Agroecologia está em consonância com a legislação que versa sobre os cursos superiores de tecnologia no Brasil, a saber:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional (atualizada);
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, conforme Lei nº 9.394/96, com redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Parecer CNE/CP nº 29, de 3 de dezembro de 2002, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico;
- Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia;
- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que estabelece o ENADE como componente curricular obrigatório dos cursos de graduação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências;
- Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;
- Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que altera dispositivos dos Decretos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;
- Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que institui o e-MEC sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições;
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Resolução Normativa Conselho Federal de Administração nº 374, de 12 de novembro de 2009, que aprova o registro profissional nos Conselhos Regionais de Administração dos diplomados em curso superior de Tecnologia em determinada área da Administração, oficial, oficializado ou reconhecido pelo Ministério da Educação (Alterada pelas Resoluções Normativas CFA nº 379, de 11/12/2009, nº 386, de 29/04/2010, nº 396, 08/12/10, nº 404, de 04/04/2011, nº 412, de 17/06/2011, e nº 414, de 20/09/2011);
- Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia de 2016;
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Nacionais para a Educação Ambiental;

- Instrução Normativa PROEN nº 1 de 15 de maio de 2015, que normatiza as diretrizes gerais do Capítulo II, Título I, da Organização Didática (IFRS, 2024) do IFRS e estabelece orientações para a metodologia de ensino, observando-se os princípios da flexibilidade curricular e das possibilidades diferenciadas de integralização dos cursos, dos projetos integradores interdisciplinares relacionados à aprendizagem baseada na resolução de problemas, metodologias ativas de ensino e aprendizagem, do aproveitamento de estudos e competências baseados no mundo do trabalho, bem como do desenvolvimento de tecnologia no âmbito dos Cursos do IFRS;
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância (INEP, 2015);
- Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Portaria Nº 2.117 de 06 de dezembro de 2019, que orienta o uso de componentes curriculares semipresenciais em cursos superiores presenciais;
- Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Instrução Normativa Proen Nº 02, de 26 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre as normas para oferta componentes curriculares na modalidade semipresencial nos cursos presenciais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino de Graduação, no âmbito do IFRS.

6.5 Formas de acesso ao Curso:

O ingresso de novos(as) estudantes no Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia é anual e se dá por meio de processo seletivo institucional, com vagas previstas no PPC e em editais específicos, de acordo com a legislação vigente, a política nacional de ações afirmativas, a política de ingresso discente nos cursos do IFRS e a Organização Didática desta IES (aprovada pelo Conselho Superior do IFRS, conforme a RESOLUÇÃO Nº 1/2024-CONSUP-REI, de 23 de janeiro de 2024). Os(As) interessados(as) deverão atender às determinações do(s) respectivo(s) edital(is), observando-se também a possibilidade de ingresso através de transferência e ingresso de diplomados.

Todos os processos de preenchimento das vagas terão ampla divulgação de editais a partir de datas previstas no calendário acadêmico, ressaltando-se que o processo seletivo do IFRS é unificado.

A matrícula garante ao(à) estudante sua vinculação formal com a instituição, por um



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

único período letivo. No primeiro semestre letivo do curso, o(a) estudante necessita, obrigatoriamente, matricular-se em todos os componentes curriculares ofertados. Os processos de efetivação, renovação, trancamento, cancelamento da matrícula e reingresso estão regulamentados na Organização Didática do IFRS, pelas determinações da Lei nº 12.711, de 29/08/2012, do Decreto nº 7.824 de 11/10/2012, da Portaria Normativa nº 18 de 11/10/2012 do Ministério da Educação, da Resolução nº 061/2013 do Conselho Superior do IFRS e da Resolução nº 022/2014 do Conselho Superior do IFRS, que regulamentam as normas para o Processo Seletivo de estudantes aos Cursos de Educação Profissional no diferentes níveis de ensino no IFRS.

A ocupação das vagas será em um único Sistema de Ingresso através de Exame de Seleção, aplicação de prova com questões objetivas, observando-se a reserva de vagas de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) para candidatos(as) egressos(as) de escola pública e de, no mínimo, 5% (cinco por cento) para Pessoa com Deficiência que se enquadre na classificação apresentada no Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/04 e pela Lei nº 12.764/12.

Entende-se por transferência o processo em que o(a) estudante(a) formaliza a solicitação de troca de curso, de *campus* ou de instituição de ensino, aproveitando vagas disponíveis. O processo de transferência é possibilitado apenas para estudantes em situação regular na instituição de origem e entre cursos no mesmo nível e modalidade. O processo de transferência deverá ser encaminhado junto à Coordenadoria de Registros Escolares do *campus* Restinga, a qualquer tempo. O deferimento da solicitação de transferência será concedido mediante a possibilidade de adaptação curricular necessária. Este processo obedece aos critérios estabelecidos na Organização Didática do IFRS. As vagas disponíveis são obtidas pela desistência dos(as) estudantes de cada um dos cursos por semestre. Cabe à Direção de Ensino a responsabilidade de divulgar, com a necessária antecedência, as datas e os locais de inscrição para o preenchimento das vagas disponíveis, bem como as informações relacionadas ao processo de classificação para as mesmas. O processo de preenchimento das vagas disponíveis dar-se-á anualmente, em período a ser determinado pela coordenação do curso. Este processo deverá obedecer aos critérios estabelecidos nas resoluções cabíveis estabelecidas pelo *campus* e na Organização Didática do IFRS.

6.6 Princípios filosóficos e pedagógicos do curso

Os princípios que norteiam o Projeto Político Pedagógico e o currículo do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia contemplam as orientações da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96; as resoluções que tratam das Diretrizes Curriculares



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Nacionais para os cursos superiores de tecnologia e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, e em conformidade com as definições do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e da Organização Didática do IFRS.

O IFRS é uma instituição cuja finalidade é qualificar e formar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para diversos setores da economia. O *campus* Restinga segue a função social expressa no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFRS, em consonância com as necessidades de formação identificadas a partir da compreensão do cenário regional, nacional e internacional. Assim, essa unidade de ensino profissional e tecnológico entende ser fundamental uma ação educativa que possibilite e permita o desenvolvimento de um processo de inserção do(a) estudante na sociedade de forma participativa, ética e autônoma.

Os princípios pedagógicos do IFRS permitem pensar os projetos de curso de forma flexível, com uma ampla rede de significações, e não apenas como um lugar de transmissão do saber. Vislumbra-se, assim, a oferta de uma educação que possibilite a aprendizagem de valores e de atitudes necessários a uma sociedade formada por seres humanos autônomos.

O currículo do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia se baseia no diálogo e não somente na transferência do conhecimento, de forma que fortaleça o trabalho em equipe tanto dos(as) discentes quanto dos(as) docentes. Dessa forma, promove-se a qualidade das oportunidades educativas, acreditando-se na educação dialógica como forma de ampliação das fronteiras de conhecimento, com vistas à formação de um(a) cidadão(ã) em sua totalidade.

Assim, pautando os princípios institucionais do IFRS e atento ao seu papel comprometido com o desenvolvimento humano integral, o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia a ser implantado no *campus* Restinga busca suprir as demandas reprimidas nesta região por profissionais tecnicamente qualificados(as). Dessa forma, esse curso vem atender as necessidades expostas em audiências públicas junto à comunidade local e nos conselhos da instituição, o que dá legitimidade e sentido à sua implantação.

Tendo em vista uma proposta de formação profissional pautada na construção do conhecimento e objetivando alcançar uma formação integral, destacam-se os aspectos pedagógicos ao longo do processo de formação, através de ações imprescindíveis aos intentos aqui abordados, tais como: o incentivo à participação discente, a construção da autonomia e da liberdade, a ampliação do pensamento livre, a garantia dos princípios democráticos, a geração de oportunidades, o crescimento econômico sustentável, o compromisso com a preservação ambiental, a responsabilidade social, o compromisso com o uso e desenvolvimento da tecnologia em prol de ações voltadas para o bem comum e para a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

acessibilidade, o respeito aos valores éticos, estéticos e autônomos; a articulação com as empresas, com as famílias e com a sociedade, a flexibilidade curricular, a interdisciplinaridade e a contextualização do processo de ensino-aprendizagem, e a garantia da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

As concepções pedagógicas do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia pressupõem a construção do conhecimento por meio da articulação dos componentes curriculares e de atividades interdisciplinares, tendo como propósito a “transdisciplinaridade” em temas relevantes à construção da autonomia. Parte-se da compreensão da educação tecnológica ou profissional não apenas como “instrumentalizadora”, mas, sobretudo, na ampliação da autonomia dos(as) educandos(as) em todos os aspectos de suas vidas.

As metodologias de ensino levadas a efeito nos ambientes de ensino-aprendizagem deste curso de graduação em seu fazer cotidiano são orientadas por uma didática ativa em que o(a) estudante é desafiado(a) a resolver problemas práticos, consoantes às áreas de conhecimentos abrangidas na Agroecologia, privilegiando as relações entre as tecnologias disponíveis e o mundo do trabalho, de modo pertinente aos conteúdos curriculares presentes em cada ementa.

Representação gráfica do perfil de formação

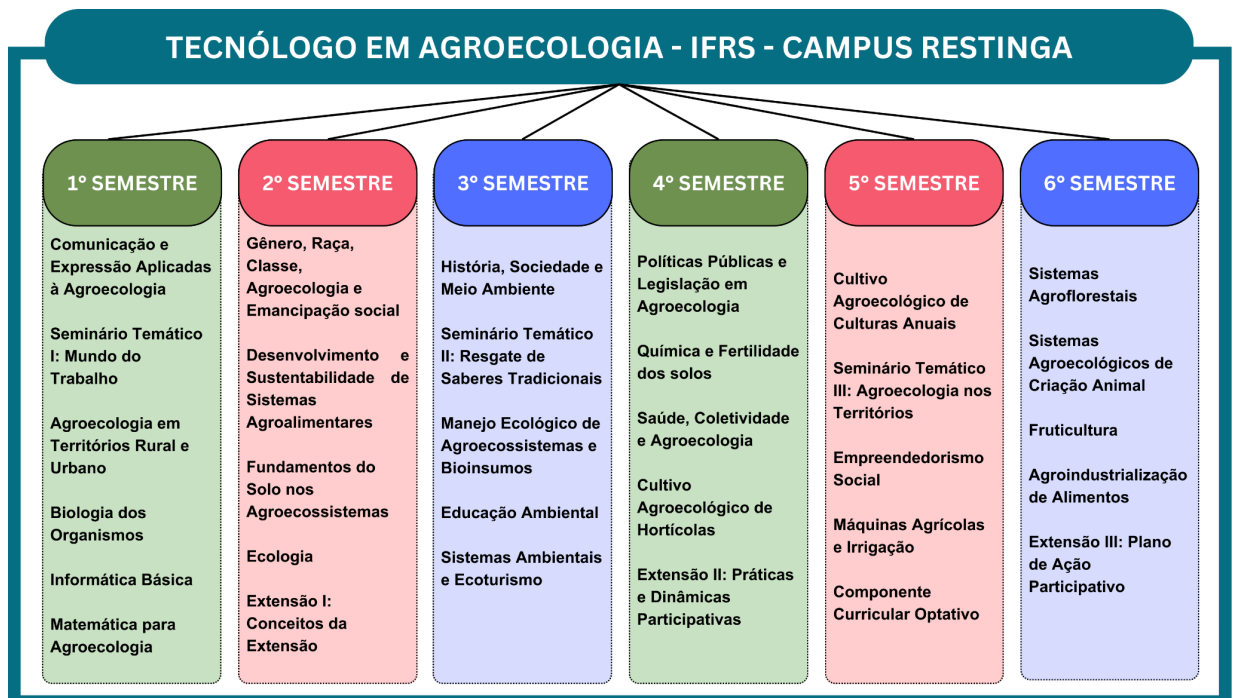


Figura 2. Itinerário formativo do Tecnólogo em Agroecologia, demonstrando sua distribuição ao longo dos semestres.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Desse modo, tais propósitos também se fazem presentes por meio de temas como as questões ambientais e as questões sociais. Assim, a geração de conhecimentos se dá a partir da prática interativa com a realidade de seu meio, bem como da problematização do conhecido e a investigação do não conhecido, para, por fim, compreender e influenciar a trajetória dos destinos de seu *locus* e dos seus entornos. Para tais desafios, torna-se necessário o desenvolvimento de propostas de ações pedagógicas que se efetivem de forma dinâmica e participativa como seminários temáticos, fóruns de debate, projetos de extensão, palestras, visitas técnicas, entre outras.

6.7 Matriz Curricular ¹

O Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia está organizado em regime semestral de acordo com matriz curricular do curso a seguir:

Semestre	Componente Curricular	Carga horária (hora-relógio)				Hora Aula	Nº de aulas por semana	Pré-requisitos
		Total	Presencial		EaD	Total		
			Ensino	Extensão				
1º	Comunicação e Expressão Aplicadas à Agroecologia	66	66	-	-	80	4	-
	Seminário Temático I: Mundo do Trabalho	83	66	-	17	100	5	-
	Agroecologia em Territórios Rural e Urbano	83	66	-	17	100	5	-
	Biologia dos organismos	83	66	-	17	100	5	-
	Informática Básica	33	33	-	-	40	2	-
	Matemática para Agroecologia	50	33	-	17	60	3	-
	Total do Semestre	398	330	-	68	480	24	-
2º	Gênero, Raça, Classe, Agroecologia e Emancipação Social	66	66	-	-	80	4	-

¹ O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é componente curricular obrigatório do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, de acordo com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

	Desenvolvimento e Sustentabilidade de Sistemas Agroalimentares	83	66	-	17	100	5	-
	Fundamentos do Solo nos Agroecossistemas	83	66	-	17	100	5	-
	Ecologia	83	66	-	17	100	5	-
	Extensão I - Conceitos da Extensão	83	-	83	-	100	5	-
	Total do Semestre	398	264	83	51	480	24	
3º	História, Sociedade e Meio Ambiente	66	66	-	-	80	4	-
	Seminário Temático II: Resgate de Saberes Tradicionais	83	66	-	17	100	5	-
	Manejo Ecológico de Agroecossistemas e Bioinsumos	83	66	-	17	100	5	-
	Educação Ambiental	83	66	-	17	100	5	-
	Sistemas Ambientais e Ecoturismo	83	66	-	17	100	5	-
	Total do Semestre	398	330	-	68	480	24	-
4º	Políticas Públicas e Legislação em Agroecologia	66	66	-	-	80	4	-
	Química e Fertilidade dos Solos	83	66	-	17	100	5	-
	Saúde, Coletividade e Agroecologia	83	66	-	17	100	5	-
	Cultivo Agroecológico de Hortícolas	83	66	-	17	100	5	-
	Extensão II - Práticas e Dinâmicas Participativas	83	-	83	-	100	5	-
	Total do Semestre	398	264	83	51	480	24	-
5º	Cultivo Agroecológico de Culturas Anuais	83	66	-	17	100	5	-
	Seminário Temático III: Agroecologia nos Territórios	83	66	-	17	100	5	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

	Empreendedorismo Social	83	66	-	17	100	5	-
	Máquinas Agrícolas e Irrigação	83	66	-	17	100	5	-
	Componente curricular optativo	66	66	-	-	80	4	-
	Total do Semestre	398	330	-	68	480	24	-
6º	Sistemas Agroflorestais	83	66	-	17	100	5	-
	Sistemas Agroecológicos de Criação Animal	83	66	-	17	100	5	-
	Fruticultura	83	66	-	17	100	5	-
	Agroindustrialização de Alimentos	83	66	-	17	100	5	-
	Extensão III- Plano de Ação Participativo	83	-	83	-	100	5	-
	Total do Semestre	415	264	83	68	500	25	-
Carga horária total do Curso		2405	1782	249	374	2900	145	-
Percentual (%)		100	74,1	10,4	15,6			-

6.7.1 **Quadro de Componentes Curriculares Optativos:**

Componente Curricular	Carga Horária (hora-relógio)	Carga Horária (hora-aula)	Nº de aulas por semana
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	66	80	4
Tópicos Especiais em Agroecologia	66	80	4
Carga horária total de Componentes Curriculares Optativos do Curso	66	80	-

6.7.2 **Quadro Síntese da Matriz:**

Atividades	Carga horário total (hora-relógio)
Extensão (%)	249h (10,4%)
EaD, quando houver (%)	374h (15,6%)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Demais componentes Obrigatórios	1782h
Componentes Optativos	66h

6.8 Prática Profissional

De acordo com a Organização Didática do IFRS, a prática profissional deverá constituir-se como um procedimento didático-pedagógico que articula os saberes apreendidos nas atividades educativas formais específicas de cada área de formação e dos diferentes níveis de ensino, com os saberes do mundo do trabalho, de modo que promova o aperfeiçoamento técnico, científico, tecnológico e cultural dos(as) estudantes, bem como, contribua com a sua formação para a cidadania.

Desse modo, dado o caráter eminentemente prático dos Cursos Superiores de Tecnologia, a Prática Profissional dar-se-á em diversos componentes curriculares do curso, mas com maior ênfase nos seguintes componentes: Seminário Temático I: Mundo do Trabalho; Seminário Temático II: Resgate de Saberes Tradicionais; Seminário Temático III: Agroecologia nos Territórios. Nestes componentes o(a) docente responsável fará a mediação com os(as) docentes dos demais componentes curriculares para articular visitas técnicas e trabalhos que serão construídos de forma interdisciplinar. Assim, a prática profissional estará articulada com as atividades realizadas visando a curricularização da extensão.

Nas visitas técnicas que serão realizadas no início do curso, os(as) estudantes vão se deparar com as diferentes realidades das pessoas e comunidades, sendo este um momento importante de “desconstrução” da visão preconcebida de mundo destes(as) estudantes. Isto se dará do ponto de vista de como eles(as) percebem e se relacionam na sociedade, do ponto de vista da ilusão da formação tecnológica para o mercado, bem como da visão que geralmente possuem sobre a agricultura e a agroecologia. Essas visitas serão realizadas para conhecer espaços como, por exemplo, lixão/aterro sanitário e/ou unidades de reciclagem, comunidades ribeirinhas e/ou periféricas, dentre outras realidades.

Na metade do curso, as viagens técnicas serão organizadas para que os(as) estudantes possam consolidar alguns fundamentos da Agroecologia, como os solos como organismos vivos, a importância da fisiologia vegetal, da dimensão ecológica dos processos, entre outros. Mas, além disso, estas ações também visam consolidar uma primeira compreensão crítica do funcionamento da sociedade e do trabalho do profissional. Aqui, as visitas técnicas serão centradas em locais que promovam a Agroecologia, destacando a conservação dos solos, mas também que destaquem a produção de alimentos em harmonia com as dimensões ambientais, especialmente a água e a flora. Além das viagens, serão promovidas oficinas para



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

produção de caldas, compostos, biofertilizantes e outras técnicas que poderão ser usadas em escolas, hortas comunitárias e entre produtores(as) rurais. Essas oficinas serão realizadas nos espaços do *campus*.

Chegando ao final do curso, serão realizadas viagens técnicas para consolidar as habilidades e manejos técnicos. Essas viagens serão realizadas em Biofábricas, em hortas com manejo de Sistemas Agroflorestais e com plantio direto de hortaliças, em locais onde produtores(as) orgânicos disponham de uma estrutura consolidada de produção, dentre outras opções. Também serão conhecidas algumas experiências da classe trabalhadora camponesa que conseguiram superar minimamente seus problemas sociais de forma coletiva e organizada. Na região de abrangência do *campus* Restinga encontram-se muitas experiências exitosas de cooperativas e assentamentos, os quais poderão ser visitados e trarão uma vasta contribuição para os(as) educandos(as) que estão em processo final de formação no curso de Agroecologia.

Ao longo desta caminhada, os(as) estudantes irão se deparar com as diferentes realidades e aos poucos vão adquirir experiências teóricas, mas que precisam ser colocadas em prática. Neste percurso, os(as) estudantes poderão vislumbrar os locais em que irão realizar a atuação/intervenção do seu plano de trabalho, para que, no quinto semestre, dentro do componente Seminário Temático III, o(a) estudante possa elaborar o plano de trabalho de intervenção na comunidade que será executado no componente curricular de Extensão III.

A prática profissional também se dará por meio de aulas práticas e atividades de pesquisa e extensão a serem desenvolvidas durante os semestres, de forma individual ou integrada entre os componentes curriculares. Os(As) docentes poderão solicitar aos(as) discentes atividades práticas (coleta de amostras, análises dos problemas e proposição de soluções, entre outras, com relatório de atividades ao final) que deverão desempenhar no período escolar ou fora do horário de aula e envolverá um assunto específico diretamente relacionado com o componente curricular e que tenha relevância na vida prática profissional.

6.9 **Programa por Componentes Curriculares:**

Oferta no 1º semestre

Componente Curricular: Comunicação e expressão aplicadas à Agroecologia	Carga Horária (hora-relógio): 66
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 0



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Desenvolver conhecimentos linguístico-discursivas nas modalidades orais e escritas em língua portuguesa com base nos contextos de produção mais recorrentes na área da Agroecologia, aperfeiçoando o domínio e a compreensão/produção de textos orais de acordo com a abordagem dos gêneros discursivos.	
Ementa: Aprimoramento da expressão oral, compreensão e produção de textos correlatos à área da Agroecologia (relatórios, laudos, artigos científicos, guias, resumos). Tópicos de Gramática aplicada aos textos (coesão e coerência linguística; organicidade, estruturação de parágrafos, concordância, ortografia, acentuação, regência verbo-nominal, pontuação). Habilidades de apresentação. Análise da interação verbal em diferentes situações de produção. Análise e discussão de textos relacionados à temática dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente.	
Referências básicas: ABAURRE, M. L.; ABAURRE, M.B. Produção de texto: interlocução e gêneros. São Paulo: Editora Moderna, 2007. BAGNO, M. Preconceito linguístico. 56. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2015. 350 p. SAVIOLI, F. P.; FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.	
Referências Complementares: BRANDÃO, H. N. Gêneros do discurso na escola. São Paulo: Cortez 2000. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República/Casa Civil. 3. ed., rev., atual. e ampl. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf . Acesso em: 5 jun. 2023. BRITTO, L. P. L. A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical. Campinas: Mercado Aberto, 1997. GARCEZ, L. do C. Técnica de redação: o que é preciso saber para escrever bem. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012. WEG, R. M.; JESUS, V. A. A língua como expressão e criação: português na prática. vol. 2. São Paulo: Editora Contexto, 2011.	
Componente Curricular: Seminário Temático	Carga Horária (hora-relógio): 83



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

I: Mundo do Trabalho	
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Conhecer, a partir de vivências, diferentes práticas em agroecologia no meio rural e urbano e possibilidades de atuação na área. Problematizar o par "mundo do trabalho" e "mercado de trabalho" a partir de suas especificidades. Conhecer os saberes e as práticas de agricultura adotadas e mantidas pelos Povos e comunidades Tradicionais.	
Ementa: Componente Curricular de ementa variável, envolvendo a experimentação pedagógica e epistêmica em torno de saberes construídos e preservados pelas comunidades tradicionais, a partir de seu entendimento e de sua transmissão pelos próprios mestres, e o diálogo entre saberes tradicionais e saberes científicos. Diferentes práticas em agroecologia no meio rural e urbano; Possibilidades de atuação na área; "Mundo do trabalho" versus "Mercado de trabalho"; Entidades implicadas no exercício profissional em agroecologia; Noções de cooperativismo, associativismo e economia solidária; Saberes e as práticas de agricultura adotadas e mantidas pelos Povos Indígenas Mbyá Guarani e Kaingang, por Comunidades Tradicionais de Quilombolas, por Pescadores/as Profissionais Artesanais e por Agricultores/as Familiares e nos assentamentos de reforma agrária.	
Referências básicas: ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável . Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 2002. EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Marco referencial em agroecologia . Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/107364/4/Marcoreferencial.pdf . SANTOS, M.G., QUINTERO, M. Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 191p. https://doi.org/10.7476/9788575114858 .	
Referências Complementares: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. AGROECOLOGIA: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável . Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517 p. AZEVEDO, T. O vegetal como alimento e medicina do índio. In: Revista do Arquivo Municipal , s/d: p. 264-270. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Porto Alegre: ALRS/CCDH, 2010. Disponível	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

em: <<https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/handle/bvs/5666>>.

CARNEIRO DA CUNHA, M. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais", In: **Cultura com Aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CLEMENTE, F. M. V. T.; HABER, L. L. **Horta em pequenos espaços**. Brasília: Editora técnica Embrapa, 2012. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/176051/1/HORTA-EM-PEQUENOS-ESPACOS-4-IMP-2017.pdf>.

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil: 1991-1995**. São Paulo: ISA, 1996. 871 p. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/povos-indigenas-no-brasil-1991-1995>>.

PAULA, C. Q.; SILVA, C. A. **Brasil e Moçambique: Diálogos geográficos sobre a pesca artesanal**. Rio de Janeiro, Editora Consequência, 2013.

SOUZ, B. O. S. **Aquilombar-se: Panorama sobre o movimento quilombola brasileiro**. Mercês Curitiba: Ed. Appris, 2015. 215p.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS. Os conhecimentos tradicionais: a essência da memória. In: _____. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular /ASPTA, 2015. p. 85-127.

Componente Curricular: Agroecologia em territórios rural e urbano	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Apresentar as bases científicas e populares da agroecologia sob as óticas ecológica, econômica, política e social, de forma a compreender sua importância e aplicação em territórios rurais e urbanos.	
Ementa: História da agricultura e Revolução Verde. Modernização da agricultura e crise. Problemas ambientais associados à agricultura tradicional. Gênese do movimento ambiental e sustentabilidade. Abordagens em agricultura pós-moderna (agricultura orgânica, biodinâmica, permacultura, sintrópica, etc). História do movimento agroecológico. Transição agroecológica. Agroecologia rural e agroecologia urbana. Definição de termos agrônômicos e ecológicos. Agroecologia como ciência e como prática. Movimento político e	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

social.

Referências básicas:

ALTIERI, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 2002.
CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia:** alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Disponível em:
<https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-Conceitoseprincipios.pdf>.
EHLERS, E. M. **Agricultura Sustentável:** origens e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária Ltda. 1999.
GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia:** Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000.

Referências Complementares:

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **AGROECOLOGIA:** princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517 p.
CLEMENTE, F. M. V. T.; HABER, L. L. **Horta em pequenos espaços.** Brasília: Editora técnica Embrapa, 2012. Disponível em:
<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/176051/1/HORTA-EM-PEQUENOS-ESPACOS-4-IMP-2017.pdf>.
KOEPE, H. H.; SCHAUMANN, W.; PETTERSSON, B. D. **Agricultura biodinâmica.** São Paulo: Nobel, 2013. 316 p.
LUNARDI, V. L.; MENDONÇA, M. M. **Conhecendo os quintais do Loteamento Ana Gonzaga.** Rio de Janeiro, 2003. Disponível em:
<http://aspta.org.br/files/2011/05/Conhecendo-os-quintais-do-Loteamento-Ana-Gonzaga.pdf>.
PINHEIRO, S.; NASR, N. Y.; LUZ, D. **A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil.** Porto Alegre: Edição dos autores, 1993. 355 p.
STEINER, R. **Fundamentos da agricultura biodinâmica:** vida nova para a terra. 5. ed. São Paulo: Antroposófica, 2017. 247 p.

Componente Curricular: Biologia dos organismos	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Objetivo geral do componente curricular:

Desenvolver conhecimentos básicos sobre a classificação e o estudo dos seres vivos, com ênfase em plantas, desenvolvendo aspectos como estrutura, função e diversidade.

Ementa:

Classificação biológica. Evolução. Principais grupos de organismos. Célula (tipos, estruturas, divisão celular, expressão gênica). Plantas. Processos de respiração e fotossíntese. Tipos de metabolismo vegetal (C3, C4, CAM). Sistemática e morfologia vegetal. Principais grupos vegetais (briófitas, plantas vasculares sem sementes, gimnospermas, angiospermas). Estrutura das angiospermas: tecidos, raiz, sistema caulinar, hormônios vegetais, reprodução, flor e fruto. Biologia dos fungos. Animais. Principais grupos animais. Anatomia e fisiologia dos animais.

Referências básicas:

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Biologia dos organismos: a diversidade dos seres vivos, anatomia e fisiologia de plantas e de animais.** vol. 2. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.
ESPOSITO E.; AZEVEDO J. L. **Fungos: uma introdução à biologia, bioquímica e biotecnologia.** Caxias do Sul: Educ, 2010. 640 p.
EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. RAVEN. **Biologia vegetal.** 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 856 p.
HICKMAN, C. P. **Princípios Integrados de Zoologia.** 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 951 p.
SADAVA, D. et al. **Vida: a ciência da biologia.** 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Referências Complementares:

ARMANI, F. **Microbiologia.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2016. 191 p.
CEOLA, G.; STEIN, R. T. **Botânica sistemática.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.
JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. **Biologia celular e molecular.** 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 364 p.
ORR, R. T. **Biologia dos vertebrados.** 5. ed. São Paulo: Roca, 1986. 508 p.
REICHARDT, K; TIMM, L. C. **Solo, Planta e Atmosfera: conceitos, processos e aplicações.** 2.ed. Barueri: Manole, 2012. 500 p.
SCHWAMBACH, C. **Fisiologia vegetal: introdução às características, funcionamento e estruturas das plantas e interação com a natureza.** São Paulo: Érica, 2014.
SOUZA, V. C.; LORENZI, H. **Botânica sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APG III.** 3.ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2012. 768 p.
UTIYAMA, A. H. **Zoologia geral.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2016. 205 p.

Componente Curricular: Informática básica

Carga Horária (hora-relógio): 33



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Carga horária presencial (hora-relógio): 33	Carga horária a distância (hora -relógio): 0
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Possibilitar o desenvolvimento da autonomia dos(as) estudantes no processo de ensino e aprendizagem para usar os ambientes virtuais de ensino e aprendizagem (Plataforma Moodle) e aprender as operações básicas com softwares, aplicativos e utilitários, tais como: Google, editores de textos, planilha de cálculos e softwares de criação de apresentações.	
Ementa: Sistemas EaD com aplicações na plataforma Moodle. Uso do computador pessoal, sistemas operacionais, editor de texto, planilha eletrônica, aplicativos de apresentação de trabalhos, ferramentas para Internet.	
Referências básicas: GUIMARÃES, Â. M; LAGES, N. A. C. Introdução à ciência da computação . Rio de Janeiro: LTC, 1984. 165 p. MOKARZEL, F. C.; SOMA, N. Y. Introdução à Ciência da Computação . Rio de Janeiro: campus, 2008. NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Editora Pearson Education, 2005.	
Referências Complementares: FEDELI, R. D.; POLLONI, E. G. F.; PERES, F. E. Introdução à ciência da computação . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. xviii, 250 p. LIANO, J. ADRIAN, M. A. Informática educativa na escola . São Paulo: Loyola Edições, 2006. MEIRELLES, F. Informática: novas aplicações com microcomputadores . 2 ed. São Paulo: Editora Makron Books, 2004. OLIVEIRA, R. S.; CARISSIMI, A. S.; TOSCANI, S. S. Sistemas operacionais . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. xii, 374 p. VELLOSO, F. C. Informática: conceitos básicos . Rio de Janeiro: Elsevier, campus, 2011.	
Componente Curricular: Matemática para Agroecologia	Carga Horária (hora-relógio): 50
Carga horária presencial (hora-relógio): 33	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há
Objetivo geral do componente curricular: Aprimorar o raciocínio quantitativo em Matemática, a partir da revisão de tópicos desse conhecimento, visando o aumento da capacidade de aplicá-lo à área de agroecologia. Ler, interpretar dados e construir tabelas e gráficos, bem como utilizar a estatística na resolução de problemas.
Ementa: Operações numéricas, proporção, regra de três e porcentagem. Unidades de medida, noções de cálculo de área. Introdução a estatística: interpretação de dados, gráficos e tabelas.
Referências básicas: CRESPO, A. A. Estatística fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 218 p. DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações . 3. ed. São Paulo: Ática, 2011. 736 p. DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de matemática elementar, 9: geometria plana . 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 456 p.
Referências Complementares: HARSHBARGER, R. J. Matemática aplicada: administração, economia e ciências sociais e biológicas . 7. ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006. 781 p. IEZZI, G. et al. Matemática: ciência e aplicações . vol. 1: ensino médio. 8. ed. São Paulo: Atual, 2014. 448 p. LOPES, L. F.; CALLIARI, L. R.. Matemática aplicada na educação profissional . Curitiba: Base Editorial, 2010. 256 p. MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. Estatística básica . 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 548 p. REZENDE, E. Q. F.; QUEIROZ, M. L. B. Geometria euclidiana plana e construções geométricas . 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008. 262 p.

Oferta no 2º semestre

Componente Curricular: Gênero, Raça, Classe, Agroecologia e Emancipação Social	Carga Horária (hora-relógio): 66
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 0
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Compreender a formação territorial brasileira e os efeitos da colonização no que se refere	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

às desigualdades de classe, gênero e raça. Compreender a sociedade de classes e as lutas de classe. Compreender as relações de gênero, a divisão sexual do trabalho e a questão da participação das mulheres no contexto da produção agroecológica, historicizando a concepção de família patriarcal e suas configurações contemporâneas, levando à reflexão sobre caminhos para a construção de autonomia e emancipação social.

Ementa:

Construção da agroecologia em torno da perspectiva de gênero e dos feminismos comunitários, territoriais, camponeses, populares e decoloniais, de perfil anticapitalista, antirracista e antiLGBT-fóbico. Lugar de fala. Relações de gênero. Família patriarcal e divisão sexual do trabalho. Perspectivas sobre emancipação social. Racismo e sexismo estruturais. Racismo ambiental. Branquitude. Protagonismo das mulheres na agroecologia, Interseccionalidade. Análise da produção social dos sistemas de classificação social. Dicotomia natureza e cultura na produção da diferença e naturalização da desigualdade. Identidade e políticas de reconhecimento, imagens e representações da diferença, corpo e identidade social. Decolonialidade. A análise das categorias raça e etnia, sexo e gênero, idade e gerações, classes sociais e territorialidade em sua relação com a Agroecologia. Perspectivas sobre emancipação social.

Referências básicas:

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 26. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>.

LINHARES, M. Y.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **Terra prometida: Uma história da questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora campus, 1999. Disponível em: [https://lehmt.org/wp-content/uploads/2022/11/Terra-Prometida-Uma-historia-da-questao-agraria-no-Brasil-Maria-Yedda-Linhares-etc.-z-lib.org .pdf](https://lehmt.org/wp-content/uploads/2022/11/Terra-Prometida-Uma-historia-da-questao-agraria-no-Brasil-Maria-Yedda-Linhares-etc.-z-lib.org.pdf).

SILVA, C. A. **Desafios ético-educacionais à emancipação humana: os valores éticos e o exercício da prática cidadã.** Porto Alegre: IPA, 2014.

STRATHERN, M. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia.** Campinas: UNICAMP, 2006.

Referências Complementares:

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAVIS, A. **Mulheres: raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DEERE C.D.; LÉON, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 52. ed. São Paulo: Global, 2013.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. **Gênero e Acesso às Políticas Públicas no Meio Rural Brasileiro**: o progresso das mulheres no Brasil. Brasília: UNIFEM, 2006.
HORA, K.; MACEDO, G.; REZENDE, M. **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves. 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

Componente Curricular: Desenvolvimento e Sustentabilidade de Sistemas Agroalimentares	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Oportunizar momentos de pensar, construir e se relacionar com mundos ecologicamente possíveis, desde os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional e soberania alimentar, considerando relações de sinergia e cooperação entre os sujeitos e com o ambiente, focando na organização e reconfiguração dos mercados na perspectiva agroecológica.	
Ementa: Fundamentos de economia para a vida, abordagens substantiva e ecológica. Crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade. Abordagens contemporâneas da economia solidária, feminista e do bem viver. Cooperação e associativismo. Segurança Alimentar e Nutricional e soberania alimentar. Sistemas alimentares e construção social dos mercados. Circuitos de comercialização, canais de comercialização e mercados digitais. Cadeias agroalimentares e rastreabilidade. Urbanização e o papel dos consumidores.	
Referências básicas: MALUF, R. S. J. Segurança alimentar e nutricional . Petrópolis: Vozes, 2007. PREIS, P.; SCHNEIDER, S. Sistemas alimentares no século XXI : debates contemporâneos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2020. Disponível em: < https://lume.ufrgs.br/handle/10183/211399 > SEN, A. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/19539/mod_resource/content/2/CHY%20-%20Sen%20-%20Aula%208.pdf >.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Referências Complementares:

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas:** negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232245>>.

LONG, N. **Sociología del desarrollo:** una perspectiva centrada en el actor. México: Ciesas, 2007. Disponível em:

<<https://dokumen.tips/documents/72371074-2007-norman-long-sociologia-desarrollo-intr-od-cap-1-2-3.html?page=3>>

NIEDERLE, P.; SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **Mercados Alimentares Digitais:** inclusão produtiva, cooperativas e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231276>>

NIEDERLE, P. A. **Indicações geográficas:** Qualidade e origem nos mercados alimentares. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2013.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural:** perspectivas teóricas e práticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232404?locale-attribute=pt_BR>.

Componente Curricular: Fundamentos do solo nos agroecossistemas	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Conhecer os processos de formação dos solos, as principais características de cada classe de solo e as estratégias de uso, manejo e conservação dos solos nos sistemas agroecológicos.	
Ementa: Tipos de rochas. Origem e formação dos solos. Morfologia e classificação de solos. Formas de preparo do solo. Manejo conservacionista. Biologia e Microbiologia do solo. Vermicompostagem e compostagem. Bioinsumos. Ciclagem de nutrientes e decomposição. Manejo de solos de várzea. Física (erosão, compactação, porosidade, drenagem).	
Referências básicas: AQUINO, A. M. Invertebrados edáficos e o seu papel nos processos do solo. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. 52 p. Disponível em:	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

<p>https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPAB-2010/33061/1/doc201.pdf KHATOUNIAN, C. A. A reconstrução ecológica da agricultura. Botucatu: Agroecológica, 2001. Disponível em: https://biowit.files.wordpress.com/2010/11/a-reconstruc3a7c3a3o-ecolc3b3gica-da-agricultura.pdf STRECK, E. V. et al. Solos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: EMATER, 2018.</p>
<p>Referências Complementares: CHABOUSSOU, F. Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas– a teoria da trofobiose. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. 320 p. GLIESSMANN, S.R. Agroecologia - Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2000. MEURER, E.J. Fundamentos de química do solo. Porto Alegre: EVANGRAF, 2006. NOVAIS, R.F.; ALVAREZ, V., V.H.; BARROS, N.F.; FONTES, R.L.F.; CANTARUTTI, R.B.; NEVES, J.C.L. Fertilidade do solo. Viçosa: SBCS, 2007. VAN LIER, Q. J. Física do solo. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2010.</p>

Componente Curricular: Ecologia	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Compreender as bases da ciência ecológica e o funcionamento dos ecossistemas naturais de modo a aplicá-los aos sistemas de produção agroecológico.	
Ementa: Fatores ambientais, condições e recursos. Nicho ecológico. Níveis de organização dos ecossistemas (indivíduos, populações, comunidades e ecossistemas). Interações ecológicas (facilitação, competição intraespecífica, interespecífica, predação, pastejo, mutualismos). Funcionamento dos ecossistemas. Fluxo de energia (teias e cadeias alimentares). Fluxo de matéria nos ecossistemas (ciclagem de nutrientes, carbono, nitrogênio, oxigênio, fósforo, água). Distúrbio e sucessão ecológica. Níveis de diversidade. Padrões de riqueza. Relações de diversidade e estabilidade. Biologia da conservação e ecologia da restauração.	
Referências básicas:	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

BEGON, M.; HARPER, J. L.; TOWNSEND, C. R. **Ecologia**: de indivíduos a ecossistemas. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 740 p.
RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2003. 503 p.
TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. **Fundamentos em ecologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 576 p.

Referências Complementares:

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Biologia das populações**: genética, evolução biológica, ecologia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.
AMARAL, A. **Fundamentos de agroecologia**. Curitiba: Livro Técnico, 2011. 160 p.
COX, C. B.; MOORE, P. D. **Biogeografia**: uma abordagem ecológica e evolucionária. Rio de Janeiro: LTC, 2019. 340p.
FIGUEIRÓ, A. **Biogeografia**: dinâmicas e transformações da natureza. São Paulo: Oficina de textos, 2015. 384 p.
GUREVITCH, J. **Ecologia vegetal**. Porto Alegre: ArtMed, 2015.
SADAVA, D. et al. **Vida**: a ciência da biologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Componente Curricular: Conceitos	Extensão I:	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 83		Carga horária a distância (hora -relógio): 0
Carga horária de extensão (hora-relógio): 83		
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há		
Objetivo geral do componente curricular: Compreender a crítica à Extensão Difusionista e sensibilizar acerca da extensão participativa e emancipadora. Conhecer dinâmicas participativas de extensão a serem aplicadas em comunidades populares. Propor atividades práticas relacionadas à extensão.		
Ementa: Histórico e conceitos da extensão e da extensão rural. Crítica ao modelo convencional (difusionista) de extensão rural. A extensão na perspectiva da educação popular. A contribuição freireana para a construção de uma extensão participativa e emancipadora. O Marco legal da extensão universitária e da extensão rural. Exemplos de atividades de extensão e dinâmicas participativas para o trabalho junto às comunidades populares e escolas, considerando as diferentes metodologias de ensino e recursos didáticos para cada público (preparo de oficinas). Preparação da(s) visita(s) técnica(s) e apresentação de dinâmicas participativas a ser realizada junto à comunidade de atuação dos educandos(as).		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

(A Extensão I compreende a realização de trabalhos teóricos em sala de aula e a pelo menos um dia de campo organizado por outras entidades externas).

Referências básicas:

AZEVEDO, C. B. **Metodologia científica:** ao alcance de todos. 2. ed.. Santana de Parnaíba: Editora Manole, 2018. 78 p.

BICA, G. S. et al. **Agroecologia em escolas públicas – educação ambiental e resgate de saberes populares, Cadernos de metodologias.** Curitiba: UFPR, 2020. Disponível em: <https://ecokidsecoteens.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2021/09/cartilha-metodologias-agroecologia.pdf>

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

Referências Complementares:

BRANDÃO, C. R. **A pesquisa participante.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982. Disponível em: <https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/escritos/PESQUISA/PESQUISA%20PARTICIPANTE/A%20PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20DA%20PESQUISA%20E%20A%20PESQUISA%20PARTICIPANTE%20-%20rosa%20dos%20ventos.pdf>

CALGARO-NETO, S. **Extensão e universidade:** a construção de transições paradigmáticas das realidades por meio das realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016. 185 p.

FALS-BORDA, O. **Por la praxis:** el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. Simposio Mundial de Cartagena, vol. 1. Bogotá: Universidad de Los Andes, 1978, p. 209-249. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160308051848/09como.pdf>.

GADOTTI, M. **Extensão universitária: Para quê?** Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf

PONS, E. R. **Extensão na educação superior brasileira:** motivação para os currículos ou "curricularização" imperativa? São Paulo: Mackenzie, 2015.

Oferta no 3º semestre

Componente Curricular: História, Sociedade e Meio Ambiente	Carga Horária (hora-relógio): 66
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 0
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular:	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Analisar as dinâmicas econômicas e sociais constituídas nas relações sociais capitalistas, considerando os processos de produção e reprodução do capital. Oferecer suporte teórico para a interpretação do processo histórico de avanço do capitalismo na agricultura, bem como suas articulações com as questões ambientais e territoriais rurais e urbanas.

Ementa:

Mercadoria e capital. Classes sociais e Estado, lutas de classe e movimentos sociais. Economia agrícola, ecológica e capitalismo. Movimento camponês. Urbanização, a questão agrária e a agricultura. Desenvolvimento territorial.

Referências básicas:

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/245770> >

MARX, K. **O capital.** Crítica da economia política. Livro segundo. O processo de produção do capital. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Referências Complementares:

CALDART, R. S. et al. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

DAVIS, M. **Planeta favela.** São Paulo: Boitempo, 2006. 270p.

FAVARETO, A.; BERDEGUE, J. Mudanças globais e locais - implicações para o futuro do enfoque territorial do desenvolvimento rural na América Latina. In: PERAFAN, M.E.V.; GRISA, C.; TARTARUGA, I.; RAMIREZ-MIRANDA, C.A. (Orgs.). **Gestão e dinâmicas em desenvolvimento territorial.** Curitiba: Editora DRV, 2018, v. 1, p. 29-54. Disponível em: <https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2017/10/2017_favareto_e_berdegue_mudgloba_ismudlocaisdtr_versaofinalenviadaparapublic.pdf >

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **Terra Prometida:** uma história da questão agrária no Brasil.

Rio de Janeiro: campus, 1999. Disponível em:

<https://mst.org.br/download/terra-prometida-uma-historia-da-questao-agraria-no-brasil/>

EDELMAN, M.; BORRAS JR., S. M. **Movimentos agrários transnacionais:** História, organização e políticas de luta. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2021, 238 p.

MARTINS, A. F. G. **A questão agrária brasileira: da colônia ao governo Bolsonaro.** São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1986. Disponível em: <https://felipemaiasilva.files.wordpress.com/2016/03/souza-martins-jose-de-os-camponeses-e-a-politica-no-brasil.pdf>.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1987.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Componente Curricular: Seminário Temático II: Resgate de Saberes Tradicionais	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Conhecer os saberes e as práticas culturais de alimentação utilizadas e mantidas pelos Povos Indígenas Mbyá Guarani e Kaingang, por Comunidades Tradicionais de Quilombolas, por Pescadores/as Profissionais Artesanais e por Agricultores/as Familiares, através do(s) tempo(s).	
Ementa: Componente Curricular de ementa variável, envolvendo a experimentação pedagógica e epistêmica em torno de saberes construídos e preservados pelas comunidades tradicionais, a partir de seu entendimento e de sua transmissão pelos próprios mestres, e o diálogo entre saberes tradicionais e saberes científicos. Modos de vida e diferentes cosmovisões sobre o uso de alimentos e plantas; Rituais e rezas X alimentação; Identificação e usos tradicionais das principais plantas: alimentares, medicinais, aromáticas e condimentares utilizadas; Identificação e uso de PANCs (Plantas Alimentícias Convencionais) presentes na biodiversidade da região; Cultivo, coleta e manejo das plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e PANCs; Preparo e conservação das plantas; Legislações específicas; Transmissão de conhecimentos de usos e preparos de alimentos e plantas: dos saberes dos mais velhos à aprendizagem das crianças e dos jovens; Mudanças de hábitos alimentares X urbanização.	
Referências básicas: ARRUTI, J.M. P. A. Mocambo : antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000200010 . DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil . Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/handle/1/750 . FERREIRA, L. O. Medicinas indígenas e as políticas da tradição : entre discursos oficiais e vozes indígenas. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2013. 202 p. (Coleção Saúde dos Povos Indígenas). Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/37813 .	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Referências Complementares:

AZEVEDO, T. O vegetal como alimento e medicina do índio. **Revista do Arquivo Municipal**, n.76: 264-270, 1941.

BAUTISTA, H.; PINTO, G. C.; et al. Contribuição ao Conhecimento das Fruteiras indígenas da Bahia. In: **Anais do XXXV Congresso Nacional de Botânica**. Brasília: Sociedade Botânica do Brasil, 1990. 446 p.

CARNEIRO DA CUNHA, M. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais". In: **Cultura com Aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

PORTO ALEGRE. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul / Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul: territorialidade, intertenicidade, sobreposições e direitos específicos**, Porto Alegre: ALRS\ CCDH, 2010.

Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/Download/CCDH/Coletivos%20Guarani%20no%20RS.PDF>

SILVA, L. G. S. **Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil**. São Paulo: USP/Centro de Culturas Marítimas, 1993. Disponível em:

<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Cai%C3%A7aras%26Jangadeiros.pdf>

VAN VELTHEM, L. H. "Comer verdadeiramente": produção e preparação de alimentos entre os Wayana. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 10- 26, jan./jun.1996.

Componente Curricular: Manejo Ecológico de Agroecossistemas e Bioinsumos	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Compreender os fundamentos e as principais técnicas do manejo ecológico de agroecossistemas, com ênfase especial na promoção de serviços ecossistêmicos, como o controle de pragas.	
Ementa: Principais características e falhas do sistema convencional de manejo de pragas (e.g., monocultura, uso de pesticidas). Diferenças entre o manejo integrado tradicional e o manejo ecológico de pragas. Bases do manejo ecológico de pragas. Cadeias alimentares (interação predador-presa) e a importância da biodiversidade para a promoção de serviços ecossistêmicos. Identificação e biologia de organismos prejudiciais aos cultivos (insetos)	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

praga / organismos que causam doenças). Identificação e biologia de organismos benéficos aos cultivos (organismos decompositores, polinizadores, predadores, parasitóides). Fundamentos do controle biológico. Teorias e técnicas ecológicas de manejo da estrutura do agroecossistema (por exemplo, teoria da heterogeneidade de habitats\diversidade de plantas). Teoria da trofobiose e importância da qualidade do solo (solo fértil, planta saudável). Importância da cobertura do solo. Inseticidas alternativos no controle de pragas. Bioinsumos.

Referências básicas:

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **AGROECOLOGIA**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517 p.
GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2009. 1289p.
PINHEIRO, S.; CARPENEDO, V. **Agroecologia 7.0**: bombeiro agroecológico (farinhas de rochas, biofertilizantes, biochar agrohomeopatia e sideróforos). Porto Alegre: Juquira Candiru Satyagraha, 2018. 663 p.
PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico de pragas e doenças**. São Paulo: Expressão Popular, 2016. 143 p.

Referências Complementares:

ALTIERI, M.A.; SILVA, E.N.; NICHOLLS, C.I. **O papel da biodiversidade no manejo de pragas**. Ribeirão Preto: Editora Holos, 2003. 268 p.
BARBOSA, F. R.; SILVA, C. S. B.; CARVALHO, G. K. L. **Uso de inseticidas alternativos no controle de pragas agrícolas**. Documento Embrapa 91. Petrolina: Embrapa Semi-árido, 2006. Disponível em:
<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/133909/1/SDC191.pdf>
FONTES, E.; INGLIS, M. C. V. **Controle biológico de pragas da agricultura**. Brasília: Embrapa, 2020. 510p. Disponível em:
<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/212490/1/CBdocument.pdf>
MEDEIROS, M. A.; HARTRERREITEN-SOUZA, É.; TOGNI, P. H. B.; MILANE, P. V. G. N.; PIRES, C. S. S.; CARNEIRO, R. G.; SUJII, E. R. **Princípios e práticas ecológicas para o manejo de insetos-praga na agricultura**. Brasília: Emater, 2010. 44p. Disponível em:
<https://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/praticas-insetos-praga.pdf>
VIDAL, M.C., DIAS, R.P. Bioinsumos a partir das contribuições da agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 1, 2023. Disponível em:
<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1151844/1/Vidal-e-Dias.-Bioinsumos-a-partir-das-constribuicoes-da-agroecologia.-RBA.pdf>

Componente Curricular: Educação

Carga Horária (hora-relógio): 83



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Ambiental	
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Analisar a emergência epistemológica da Educação Ambiental aplicada à agroecologia, englobando as relações entre a sociedade e a natureza bem como a diversas concepções ambientais imanentes às sociedades modernas ocidentais e às sociedades originárias da América Latina e de matriz africana.	
Ementa: O caráter histórico das concepções sobre a natureza no mundo ocidental. A existência de diferentes modelos interpretativos em relação ao atual quadro de degradação ambiental. Tendências teóricas da educação ambiental. Princípios da Educação Ambiental problematizadora. Percepções populares sobre o meio ambiente. Relação entre sociedade, cultura e natureza.	
Referências básicas: CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2011. CECHIN, A. A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: SENAC, EDUSP, 2010. 264 p. ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.	
Referências Complementares: CARVALHO, M. C. M. A invenção Ecológica. Narrativas e trajetórias da Educação ambiental no Brasil. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2008. GUATTARI, F. As três ecologias. Tradução: De F. Bittencourt, M.C. Campinas: Papyrus, 1990. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5290521/mod_resource/content/1/guattari-as-tres-ecologias.pdf >. KAPLAN, L.; LOREIRO, C F B. Concepções de Estado e sociedade civil institucionalizadas em políticas públicas de educação ambiental: um estudo de caso a partir de chamada pública do ministério do meio ambiente. Sustentabilidade em Debate. Brasília. v. 2, n. 2, jul/dez 2011. Disponível em: https://elosformacao.files.wordpress.com/2013/08/kaplan-estado1.pdf	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

VIVEIROS DE CASTRO, E.; DANOWSKI, D. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. São Paulo: Editora Instituto Socioambiental, 2014.
PORTILHO, F. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.
Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2648985/mod_resource/content/1/PORTILHO_2005_Sustentabilidade_cidadania_e_consumo.pdf>

Componente Curricular: Sistemas Ambientais e Ecoturismo	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Estudar o espaço físico do estado do Rio Grande do Sul. Conhecer os distintos ecossistemas que ocorrem no território do estado (Mata Atlântica e o Pampa) bem como seus condicionantes bióticos e abióticos de distribuição. Observar os diferentes usos do solo e o estado de conservação e degradação dos ecossistemas em áreas rurais e urbanas. Compreender o Ecoturismo como uma atividade que se materializa pela interação e experiência do visitante com o ambiente de forma sustentável.	
Ementa: Análise das paisagens natural, rural e urbana em suas múltiplas variáveis: morfológica, biogeográfica, pedológica, social e econômica. Ecologia e história evolutiva dos biomas Pampa e Mata Atlântica. Os biomas Pampa e Mata Atlântica e sua estruturação, clima, fisiografia, fitofisionomias, relevo, solo, funcionamento dos ecossistemas. Manejo, restauração e conservação do Pampa e da Mata Atlântica. Perceber o ecoturismo como uma possibilidade de vivenciar e usufruir as paisagens rurais, naturais entre outros ecossistemas, proporcionando a discussão de múltiplos usos dos espaços, constituindo um meio eficaz para a conservação, valorização e proteção do patrimônio natural e cultural. O ecoturismo pode ser entendido, então, como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental.	
Referências básicas: BARBIERI, R. L. Vida no Butiazal. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2015. Disponível em: https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201708/25132309-vida-no-butiazal-compressed.pdf	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/uso-publico-ecoturismo/1718-turismo-de-base-comunitaria>

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90p. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-rural-orientacoes-basicas.pdf>

CHOMENKO, L. **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201708/25130950-nosso-pampa-desconhecido.pdf>

GRANDO, M. Z.; MIGUEL, L. **Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Aspectos históricos e contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil**: uma visão geográfica e ambiental do início do século XXI. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 435p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884.pdf>.

LUTZENBERGER, J. A paisagem dos arredores de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Geografia**, 52 (3), p. 7-10, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1990_v52_n3.pdf.

MARCHI, M; BARBIERI, R. L. **Cores e formas no bioma pampa: gramíneas ornamentais nativas**. Brasília: Embrapa, 2015. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201708/25132257-cores-e-formas-no-bioma-pampa-gramineas-ornamentais-compressed.pdf>.

MENEGAT, R. **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS/CEDAT, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/atlas/>

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade. Regiões da Lagoa do Casamento e dos Butiazais de Tapes, Planície Costeira do Rio Grande do Sul**. Brasília: MMA/ SBF, 2007. 388 p. Disponível em:

<https://antigo.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/142-serie-biodiversidade.html?start=20>.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade dos campos do planalto das araucárias**. Brasília: MMA, 2009. 240 p. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/142-serie-biodiversidade.html?start=20>.

PILLAR, V.D.P.; LANGE, O. (eds.) **Os campos do sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos/UFRGS, 2015. Disponível em: http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Livros/Campos_do_Sul.pdf.

PILLAR, V.D.P.; VÉLEZ, E. Extinção dos Campos Sulinos em unidades de conservação: um fenômeno natural ou um problema ético?. **Natureza & Conservação** v. 8, p.84-86, 2010. Disponível em: <http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Livros/CamposSulinos.pdf>.

RAMBO, B. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. 4 ed. Ed. UNISINOS, 398p. 2015 .

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Porto Alegre, 2021. Disponível em <http://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>.

SEMA, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura, 2016. **Natureza em Revista Edição Especial: RS biodiversidade**. Disponível em: <https://sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201708/25130943-natureza-em-revista-edicao-especial-projeto-rs-biodiversidade.pdf>.

STUMPF, E. R. T. **Cores e formas no Bioma Pampa: plantas ornamentais nativas**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2009. 276 p. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201708/25130933-cores-e-formas-no-bioma-pampa-plantas-ornamentais-nativas.pdf>.

TEIXEIRA, W. et al. (Org). **Decifrando a Terra**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. 623 p.

UFSM, Universidade Federal de Santa Maria. **Áreas do Sudoeste do Rio Grande do Sul. Ciência & Ambiente**. vol. 11, 1995. Disponível em: <https://cienciaeambiente.com.br/11-2/>.

VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (org.). **Rio Grande do Sul – Paisagens e Territórios em Transformação**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 360 p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218530>.

VIERO, A. C. **Geodiversidade do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CPRM, 2010. 250p. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/16774>.

Referências Complementares:

BUENO, C.; PARDO, F. L.; REIFF, F.; VINHA, V. **Ecoturismo Responsável e seus Fundamentos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Technical Books, 2011.

LUTZENBERGER, J. Textos de Lutzenberger. **Fundação Gaia**, 2023. Disponível em: <https://www.fgaia.org.br/texts/index.html>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

MACHADO, R.; SIGOLO, J. B. (org.). **Ciências da Terra Módulo 1: Origem da matéria, do Sistema solar e do planeta Terra**. São Paulo: IBEP, 2019. 104p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

MACHADO, R.; SIGOLO, J. B. (org.). **Ciências da Terra Módulo 2: Origem e formação de minerais, rochas e solos.** São Paulo: IBEP, 2019. 136p.

MACHADO, R.; SIGOLO, J. B.. (Org.). **Ciências da Terra Módulo 3: A água no planeta Terra.** São Paulo: IBEP, 2019. 136p.

MAPBIOMAS. Conheça o MapBiomas, 2023. Disponível em: <https://mapbiomas.org/>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

PAMPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/bioma-pampa>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA (RBMA). Publicações da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2023. Disponível em: <https://rbma.org.br/n/publicacoes/>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

SILVEIRA, F. F. Flora Campestre. **Laboratório de Estudos em Vegetação Campestre** - UFRS, 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/floracampestre/>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul. **UFSM/SEMA-RS**, 2023. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/frame.htm>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

WEISSBACH, P. R. M. **Turismo no espaço rural: ensaio de uma tipologia e outros conceitos.** 1. ed. Curitiba: CRV, 2010.

Oferta no 4º semestre

Componente Curricular: Políticas Públicas e legislação em agroecologia	Carga Horária (hora-relógio): 66
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 0
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Discutir as origens, os fundamentos e o funcionamento das políticas públicas voltadas para agricultura familiar no Brasil com ênfase nas legislações voltadas à agroecologia, de modo a contribuir para o desenvolvimento de uma consciência cidadã e crítica para a compreensão, o acesso e a formulação de políticas públicas para a agroecologia no Brasil.	
Ementa: O que são políticas públicas (conceito) - multi indicadores de avaliação de políticas públicas. O papel do Estado no debate sobre políticas públicas de agroecologia (via institucional, políticas públicas sem o estado - comunitárias como o zapatista, etc.). As trajetórias das diferentes políticas para agricultura familiar; políticas que convergem para a agroecologia. Quatro grupos de Políticas Públicas: agrárias, agrícolas, sociais e ambientais. Políticas	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

municipais, políticas estaduais e políticas federais de agroecologia. Legislações e regulamentos sobre Orgânicos - política de agrobiodiversidade, política de mudas e sementes. Legislação agrária e ambiental - Certificação Orgânica e Socioambiental. Legislações pertinentes ao contexto rural. Legislação Brasileira da Produção Orgânica. Educação ambiental. Política Nacional de Meio Ambiente (6938/81). Código Florestal (12651/2012). Lei de Crimes Ambientais (9605/1998). Política Nacional de Recursos Hídricos (9433/1997). Política Nacional de Resíduos Sólidos (12305/2010). Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto 7.794/2012). Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (11.326/2006). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Rastreabilidade.

Referências básicas:

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). Agroecologia nos Municípios, 2023. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/agroecologia-nos-municipios/>> Acesso em: 28 de julho de 2023.

CALS E SOUZA, A. A.; NASCIMENTO, A. W. S. (Org.) **Políticas públicas em educação na cidade e no campo**: Debates. Jundiaí: Paco Editorial, 2020. 401p.

NIEDERLE, P. A.; SABOURIN, E. P.; SCHMITT, C. J.; DE ÁVILA, M. L.; PETERSEN, P. F.; DE ASSIS, W. S. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes**, v. 24, p. 270-291, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13035>

SAMBUICHI, R. H. R. (Org.) et al. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, 2017. 470p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8038>.

Referências Complementares:

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2012.

EMATER. Rastreabilidade: Conheça tudo sobre um dos principais procedimentos para a comercialização de alimentos vegetais. Disponível em:

<http://segurancaalimentar.mprs.mp.br/alergenicos/cartilha-rastreabilidade.pdf>. Acesso em: Jul 2023.

FAO. **Legislar para promover la Agroecología en la región de América Latina y el Caribe**: Lineamientos para una ley modelo del PARLATINO sobre agroecología. Santiago de Chile:

FAO. 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/3/cb5916es/cb5916es.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; PETERSEN, P.; GARRIDO PEÑA, F.; CAPORAL, F. **Introducción a la Agroecología Política**. Buenos Aires: CLACSO, 2021. 261 p. Disponível em :

<https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2022/01/Introduccion-agroecologia.pdf>.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014 Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

Componente Curricular: Química e Fertilidade dos Solos	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Compreender a importância da química e da fertilidade do solo como um fator de produção; planejar e executar o manejo da fertilidade do solo para culturas agrônomicas em sistemas de produção agroecológicos.	
Ementa: Cargas elétricas do solo. Ponto de carga zero. Reações de superfície do Solo. Oxidação e redução no solo. Matéria orgânica do solo. pH do solo. Nitrogênio no solo. Fósforo no solo. Potássio no solo. Cálcio, magnésio e enxofre no solo. Solo fértil e produtivo. Elementos essenciais. Leis da fertilidade do solo. Amostragem de solo para análise de fertilidade. Avaliação da Fertilidade do Solo. Interpretação de análises de solos e recomendação de adubação orgânica. Insumos permitidos na legislação orgânica.	
Referências básicas: FURTINI NETO, A. E.; VALE, F. R.; RESENDE, A. V.; GUILHERME, L. R. G.; GUEDES, G. A. A. Fertilidade do solo. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. Disponível: < http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/11493/1/TEXT0%20ACAD%c3%8aMICO_Fertilidade%20do%20solo.pdf > MEURER, E. J. Fundamentos de química do solo. Porto Alegre: EVANGRAF, 2006. NOVAIS, R.F.; ALVAREZ, V. H.; BARROS, N. F.; FONTES, R. L. F.; CANTARUTTI, R. B.; NEVES, J.C.L. (Ed.) Fertilidade do solo. Viçosa: SBCS, 2007.	
Referências Complementares: CHABOUSSOU. F. Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas– a teoria da trofobiose. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. 320 p. Disponível em: < http://www.coptec.org.br/biblioteca/Agroecologia/livros/Plantas%20doentes%20uso%20	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

[a_grot%F3xico%20-%20Chaboussou.pdf](#)>.

FELTRE, R. **Fundamentos de Química**. vol. 1. São Paulo: Moderna, 2008.

GLIESSMANN, S.R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2000.

VAN LIER, Q. J. **Física do solo**. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2010.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. Disponível em:

<<https://biowit.files.wordpress.com/2010/11/a-reconstruc3a7c3a3o-ecolc3b3gica-da-agricultura.pdf>>.

Componente Curricular: Saúde, Coletividade e Agroecologia	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Construir bases para se criar uma visão sistêmica de desenvolvimento. Abordar as contribuições da agroecologia na perspectiva ampliada de saúde e seus impactos nas dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas, pautada na expansão das liberdades humanas.	
Ementa: Agroecologia e Saúde como promotores de territórios sustentáveis e saudáveis e impactos no desenvolvimento local e regional. Relações interdisciplinares humano-saúde-natureza: relações campo-cidade; saúde coletiva e expansão das liberdades humanas. Contribuições da agroecologia para o atendimento das necessidades de saúde visando a melhoria da qualidade de vida: epidemiologia social e agroecologia; Saúde coletiva e a saúde de povos tradicionais; Sistemas alimentares e de consumo. Saneamento ecológico e princípios de permacultura, incluindo: reuso de água e sistemas alternativos de gerenciamento de efluentes e resíduos. Desenvolvimento e o bem viver.	
Referências básicas: BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE - FUNASA. Saneamento ambiental, sustentabilidade e permacultura em assentamentos rurais: algumas práticas e vivências . Brasília: FUNASA, 2013. 80 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saneamento_ambiental_sustentabilidade_pe	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

[rmacultura_assentamentos_rurais_praticas_vivencias.pdf](#).

BURIGO, A. C.; VAZ, B. A.; LONDRES, F.; FRANCO NETTO, G.; MENEZES, M. A. C.; PACHECO, M. E. L.; SOUZA, N. A.; PETERSEN, P. (Org.) **Caderno de estudos: saúde e agroecologia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ ANA/ ABA-Agroecologia, 2019. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/caderno-de-estudos-saude-e-agroecologia-vol-1>

CAMARGO, G. D. R. M. **Inclusão social e produtiva e desenvolvimento socioeconômico local**. Curitiba: Contentus, 2020.

Referências Complementares:

BEZERRA, I.; DE PAULA, N. F. Sistemas Alimentares Sustentáveis e Saudáveis: Diálogos e Convergências Possíveis. **Faz Ciência**, v. 23, n. 37, p. 12 – 33, 2021.

EDIÇÃO ESPECIAL: Dossiê sobre Agroecologia, saúde coletiva e ambiente e os impactos da COVID-19 na sociedade. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n. 4, p. 3-173, 2020.

Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/issue/view/130>.

FONSECA, A. F.; CORBO, A. M. D. (Org.) **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

SINGER, P. **Economia Solidária versus Economia Capitalista**. Sociedade e Estado, v. 16, p. 100-112, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>

SÓLON, P. **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

Componente Curricular: agroecológico de hortícolas	Cultivo	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66		Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0		
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há		
Objetivo geral do componente curricular: Apresentar as peculiaridades das diferentes áreas da Horticultura e Silvicultura. Fornecer os princípios que regem a propagação de plantas hortícolas e florestais. Capacitar o aluno para planejamento e execução de atividades de produção olerícola de modo sustentável ecológica e economicamente, levando em consideração as características sociais e culturais regionais e nacionais.		
Ementa: Olericultura, floricultura, plantas medicinais, aromáticas e condimentares, plantas alimentícias não convencionais (PANCs): Importância sócio-econômica e zoneamento.		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Métodos de propagação de plantas: propagação sexuada e assexuada. Instalação e manejo de viveiros de plantas hortícolas e florestais. Cultivo em ambiente protegido. Instalação e manejo de hortas. Controle do crescimento, florescimento e frutificação de hortaliças. Sistemas de condução, sistemas de cultivo. Planejamento/escalonamento de cultivo de acordo com a previsão de vendas. Paisagismo e jardinagem agroecológica.

Referências básicas:

DUMKE, D.; PASINI, J.; LATTUADA, D. S. (Org.). **Guia de cultivo em pequenos espaços:** hortaliças, plantas medicinais, aromáticas, condimentares e PANC. Bento Gonçalves: IFRS; Valinhos: Bueno e Teixeira, 2022.
SOUZA, J. L.; RESENDE, P. **Manual de horticultura orgânica.** 3. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2014. 837 p.
VICENTE, L. C.; MÜLLER, F. C.; LIMA, R. B.; et al. **Olericultura.** Porto Alegre: Grupo A, 2021. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902326/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

Referências Complementares:

ANACLETO, A.; CABRAL, A. C. F. B.; FRANCO, L. S. **Manual de Horticultura Orgânica: do produtor ao consumidor.** Paranaguá, 2017. 97 p. Disponível em: <https://paranagua.unespar.edu.br/noticias/manual-de-horticultura-organica/livro-manual-de-horticultura-organica>.
BRANDÃO FILHO, J. U. T. et al. (org.). **Hortaliças-fruto.** Maringá : Eduem, 2018. 535 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/bv3jx/pdf/brandao-9786586383010.pdf>
EMBRAPA INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA; EMBRAPA HORTALIÇAS. **Produção orgânica de hortaliças: o produtor pergunta, a Embrapa responde.** Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica: EMBRAPA Hortaliças, 2007. 308 p.
FIGUEIRA, F. A. Reis. **Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças.** Viçosa: UFV, 2008.
FONTES, P. C. R. **Olericultura teoria e prática.** Produção independente, 2005.
HORTÍCOLAS: Guia das plantas de A a Z. **Reforma Agrária: coma bem, viva bem,** 2023. Disponível em <https://www.reformaagraria.pt/plantas/categorias/horticolas/>. Acesso em 27 de julho de 2023.

Componente Curricular: Extensão II: Práticas e dinâmicas participativas	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 83	Carga horária a distância (hora -relógio): 0
Carga horária de extensão (hora-relógio): 83	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há
Objetivo geral do componente curricular: Aprofundar o conhecimento de dinâmicas participativas para construção dos conhecimentos acerca da realidade vivida. Iniciar a reflexão sobre a pesquisa científica e a organização do trabalho final do componente curricular de Extensão II. Preparar a organização de um dia de campo sobre manejos e práticas agroecológicas.
Ementa: Bases filosóficas e pedagógicas da extensão crítica. As distintas e complementares correntes da educação popular. Aprofundamento das dinâmicas participativas e suas aplicações concretas em contextos urbanos e rurais. Organização de técnicas difusionistas: o dia de campo. Introdução a pesquisa participante e a produção científica. Elementos iniciais sobre a produção do trabalho final que será produzido no componente curricular de Extensão III. (A Extensão II compreende a realização de um dia de campo no <i>campus</i> e identificar um potencial local que será feita intervenção na comunidade durante o componente curricular de Extensão III, que culminará na produção de um trabalho final do componente curricular).
Referências básicas: FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 127p. GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Método de Pesquisa . Porto Alegre: UFRGS, 2009. THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação . São Paulo: Cortez, 1994.
Referências Complementares: FALS BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación Acción Participativa), Peripecias , n. 110, 2008, p. 1-14 Disponível em: < https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/79283/70535 >. SILVA, A. P. G.; SILVA, Genil Gomes. Planejando e executando o Dia de Campo . Pernambuco: Instituto Agrônomo de Pernambuco, 2013. Disponível em: http://www.ipa.br/novo/arquivos/paginas/3-ipa-planejandoeexecutando.pdf SILVA, E.; SILVA, R. M.; ASAI, G. A.; STEIN, R. T. Assistência técnica e extensão rural . Rio de Janeiro: SAGAH, 2020. PETERSEN, Paulo et al. (Org.). Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas . Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. Disponível em: < https://aspta.redelivre.org.br/files/2017/03/2-livro_METODO-DE-ANALISE-DE-AGROECOSISTEMAS_web.pdf >. SALIS, L. M.; RICARDO, D. S.; PATROCÍNIO, J. P.; MARTINS, P. C.; PELACANI, B.; COSTA, R. N. Diálogos com a Educação Ambiental desde el Sur a partir da “fotoescrivência”: possibilidades para pensar a formação em Ciências Biológicas. Ensino, Saúde e Ambiente , v. 14, p. 464-486, 2021. Disponível em:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

<https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/51446>.

Oferta no 5º semestre

Componente Curricular: Cultivo agroecológico de culturas anuais	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Problematizar as sementes crioulas como uma importante ferramenta para a manutenção da diversidade cultural e genética. Reconhecer e aplicar as técnicas de manejo e cultivo das principais culturas anuais regionais.	
Ementa: Sementes crioulas (milho, feijão e abóbora): Importância da diversidade genética e dos guardiões de sementes. Morfologia vegetal, fisiologia, estabelecimento e manejo orgânico das culturas de interesse local, dentre elas, Arroz, milho, feijão, trigo, soja orgânica, Aipim, batatas, Aveia, centeio, cevada, triticale. Sistema de semeadura direta, rotação, sucessão e consorciação de culturas.	
Referências básicas: BORÉM, A.; SCHEEREN, P. L. Trigo do plantio à colheita . 1. ed. Viçosa: UFV. 260 p. BORÉM, A.; GALVÃO, J. C. C.; PIMENTEL, M. A. Milho do plantio à colheita . 2. ed. Viçosa: UFV. 382 p. MONTEIRO, J. E. B. A Agrometeorologia dos cultivos: o fator meteorológico na produção agrícola . Brasília: INMET, 2009. 530 p. Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/1355291/37056285/Bases+climatol%C3%B3gicas_G.R.CUNHA_Livro_Agrometeorologia+dos+cultivos.pdf/13d616f5-cbd1-7261-b157-351eaa31188d?version=1.0 . PEREIRA, V. C.; DAL SOGLIO, F. A Conservação das sementes crioulas: uma visão interdisciplinar da agrobiodiversidade . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. 558 p. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213319/001117814.pdf?sequence=1 .	
Referências Complementares: EMBRAPA. Cultivos, 2020 Disponível em:	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

<https://www.embrapa.br/en/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos>. Acesso em: 28 de julho de 2023.

FISCHER, S. Z.; BARBIERI, R. L. Cultivo e uso de variedades crioulas de abóboras ornamentais no Rio Grande do Sul. **Horticultura Brasileira**, Vitória da Conquista, vol. 34, n. 3, p. 398-404, jul./set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-05362016000300398<=pt>

GLIESSMANN, S.R. **Agroecologia**: Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2000.

NORONHA, A. D. H.; VIELMO, G. R. R. **Guardiões de sementes crioulas: construção do conhecimento para a preservação da agrobiodiversidade pelos agricultores familiares de Ibarama, RS**. Brasília: Embrapa, 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/183746/1/COLECAO-SISTEMATIZACAO-EXPERIENCIAS-GUARDIOES-DE-SEMENTES-CRIOULAS-vol-9.pdf>.

PELWING, A. B.; FRANK, L. B.; BARROS, I.I. B.. Sementes crioulas: o estado da arte no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, vol. 46, n. 02, p. 391-420, abr/jun 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/resr/a/8GCbFwDxTpGfhjNJKXBFGkC/?format=pdf&lang=pt>.

PRESTES, A. F.; BOHN, L.; BARCHET, S. F.; RIBEIRO, T. N. P. V. **Otimização do fluxo do câmbio de sementes em Mampituba**. Mampituba: EMATER/RS-ASCAR, 2005. 13 p. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/area/frentes/5/otimizacao_fluxo.pdf>.

Componente Curricular: Seminário Temático III: Agroecologia nos territórios	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Elaborar o plano de atuação no território envolvendo as diferentes abordagens e conceitos da Agroecologia. Construir referências para a construção das ações de intervenção no território em articulação com os conhecimentos técnico-científicos.	
Ementa: Participação popular em relação com a Agroecologia. Fundamentos teóricos das abordagens verticais e horizontais nos trabalhos comunitários. Processos e estratégias de participação. Etapas do planejamento e diagnóstico participativo. Ferramentas e	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

metodologias participativas de trabalho comunitário. O estudante vai elaborar um plano de trabalho de intervenção na comunidade que será executado na disciplina de Extensão III. Este plano deverá contar com introdução/justificativa, objetivos, metodologia, resultados esperados, cronograma e referencial teórico. Durante o componente cada estudante deverá apresentar o seu plano de trabalho aos demais colegas. Sempre que possível serão convidados pessoas externas com notório saber sobre os assuntos contemplados nos planos de trabalho.

Referências básicas:

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. xvi, 158 p.
AZEVEDO, E. **Alimentos orgânicos:** ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social. São Paulo: SENAC São Paulo, 2012. 386 p.
BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D. (Org.). **Agricultores ecológicos e o ambiente rural:** visões interdisciplinares. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2012. 268 p.

Referências Complementares:

DUMKE, D.; PASINI, J.; LATTUADA, D. S. (Org.). **Guia de cultivo em pequenos espaços:** hortaliças, plantas medicinais, aromáticas, condimentares e PANC. Bento Gonçalves: IFRS; Valinhos: Bueno e Teixeira, 2022.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
LEMÕNS, A. I. et al. **Manual de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul: campus** Bento Gonçalves. Bento Gonçalves: IFRS *campus* Bento Gonçalves, 2012. 71 p.
PINHEIRO, S.; CARPENEDO, V. **Agroecologia 7.0:** bombeiro agroecológico (farinhas de rochas, biofertilizantes, biochar agrohomeopatia e sideróforos). Porto Alegre: Juquira Candiru Satyagraha, 2018. 663 p.
PINHEIRO, S. **Saúde do Solo (Biopoder camponês) versus Agronegócio.** Porto Alegre: Salles Editora, 2015. 224 p.

Componente Curricular: Empreendedorismo social	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular:	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Compreender a importância do empreendedorismo social e da inovação, além da elaboração e avaliação de um Modelo de Negócio.	
Ementa: Empreendedorismo social: conceitos e exemplos. Empreendedorismo social no Brasil e no mundo: tendências. Competências do empreendedor social. Ideias e oportunidades para empreendimentos na área de agroecologia. Modelos de organização na área de agroecologia (Organizações coletivas, Economia Solidária, Cooperativismo, Trabalho em Rede). Ecossistemas e habitats de inovação e empreendedorismo. Inovação, mecanismos de transferência de tecnologia e incubadoras tecnológicas. Metodologias para estruturação de modelos de negócio. <i>Canvas</i> : Modelo de Negócio e Proposta de Valor; Teoria da Mudança; Modelo C. Plano de Negócios: componentes básicos e fontes de informações. Composição de custos, viabilidade e fontes de financiamento.	
Referências básicas: DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c2008. xiii, 232 p. SILVA E SILVA, R. et al. Empreendedorismo social . Porto Alegre: SAGAH, 2019. OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. Business Model Generation : Inovação em modelos de negócio. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.	
Referências Complementares: DOLABELA, F. O segredo de Luísa . Rio de Janeiro: Sextante, 2008. DORNELAS, J. Dicas essenciais de empreendedorismo sugestões práticas para quem quer empreender . São Paulo: Fazendo Acontecer, 2020. HASHIMOTO, M. Empreendedorismo : plano de negócios em 40 lições. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). Construção de mercados e agricultura familiar : desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 412 p. VIANNA, M. et al. Design thinking : inovação em negócios. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012. WILIANS, A. Empreendedorismo social feminino . São Paulo: Expressa, 2021.	

Componente Curricular: Máquinas agrícolas e irrigação	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há
Objetivo geral do componente curricular: Promover a utilização de máquinas agrícolas e o desenvolvimento de tecnologias de sistemas de irrigação que visem atender as necessidades dos sistemas de produção agroecológica.
Ementa: Tratores Agrícolas. Máquinas de preparo do solo: especificações; regulagens e operação. Máquinas de implantação de culturas: especificações, regulagens e operação. Máquinas para condução de culturas: especificações, regulagens e operação. Máquinas de colheita: especificações; regulagens e operação. Histórico da irrigação no Brasil. A evolução da irrigação no Brasil. Métodos de coleta e reserva de água (vantagens e desvantagens de cada sistema). Topografia. Solo. Sistemas de irrigação. Drenagem do solo.
Referências básicas: BERNARDO, S; SOARES, A. A.; MANTOVANI, E. C. Manual de irrigação . 8. ed., Viçosa: UFV, 2006. MANTOVANI, E. C.; SALASSIER, B.; PALARETTI, L. F. Irrigação: princípios e métodos . 2. ed., Viçosa: UFV, 2007. REICHERT, L. J.; REIS, Â. V.; DEMENECH, C. R. (Ed.). Máquinas para agricultores familiares . 3ª Mostra de Máquinas e Inventos. Brasília: EMBRAPA, 2015. Disponível em: < https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1023306/maquinas-para-agricultores-familiares-ideias-inovacoes-e-criacoes-apresentadas-na-3-mostra-de-maquinas-e-inventos >.
Referências Complementares: GHEYI, H. R.; QUEIROZ, J. E.; MEDEIROS, J. F. Manejo e controle da salinidade na agricultura irrigada . Campina Grande: UFPb/SBEA, 1997. Disponível em: < https://ppgea.ufc.br/wp-content/uploads/2018/04/manejo-da-salinidade-na-agricultura.pdf > GOMES, H. P. Sistemas de irrigação: eficiência energética . João Pessoa: Editora da UFPB, 281p. 2013. Disponível em: < https://www.bibliotecaagpatea.org.br/agricultura/irrigacao/livros/SISTEMAS%20DE%20IRRIGACAO%20EFICIENCIA%20ENERGETICA.pdf > MAROUELLI, W. A.; SILVA W. L. C.; SILVA, H. R. Irrigação por Aspersão em Hortaliças . Brasília: Embrapa Informação Tecnológica; Embrapa Hortaliça, 2001. Disponível em: < http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/107361/1/CNPHIRRIG.-POR-ASPER.-EM-HORT.-08.pdf > REICHARDT, K. TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: processos e aplicações . Barueri: Manole, 2004.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

TESTEZLAF, R. **Irrigação: métodos, sistemas e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Unicamp, Faculdade de Engenharia Agrícola, 215p. 2017. Disponível em: <https://www2.feis.unesp.br/irrigacao/pdf/testezlaf_irrigacao_metodos_sistemas_aplicacoes_2017.pdf>.

Componente Curricular: Tópicos Especiais em Agroecologia (optativa)	Carga Horária (hora-relógio): 66
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 0
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Complementar a formação dos estudantes através da oferta de componentes curriculares cuja temática pode ser variável entre as áreas ligadas à Agroecologia.	
Ementa: Contempla eventuais componentes curriculares, cuja ementa é variável, que possam ser ministradas visando a complementação da formação dos estudantes, bem como o aproveitamento das visitas de pesquisadores e/ou docentes de outras Instituições/Universidades, conforme a necessidade de abrangência de assuntos complementares às ministradas regularmente.	
Referências básicas: ALTIERI, M. A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável . 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 400 p. PINHEIRO, S.; CARPENEDO, V. Agroecologia 7.0: bombeiro agroecológico (farinhas de rochas, biofertilizantes, biochar agrohombopatia e sideróforos) . Porto Alegre: Juquira Candiru Satyagraha, 2018. 663 p. PRIMAVESI, A. Pergunte ao solo e às raízes: uma análise do solo tropical e mais de 70 casos resolvidos pela agroecologia . São Paulo: Nobel, 2014. 270 p.	
Referências Complementares: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Caderno do plano de manejo orgânico . Brasília: MAPA, 2011. 62 p. GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável . 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2014. 654 p. PINHEIRO, S; NASR, N. Y.; LUZ, D. A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Brasil. Porto Alegre: Edição dos autores, 1993. 355 p.
SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. 325 p.
SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores.** São Paulo: Peirópolis, 2009. 519 p.
PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico de pragas e doenças: técnicas alternativas para a produção agropecuária e defesa do meio ambiente.** 2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2016. 143 p.

Componente Curricular: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (optativa)	Carga Horária (hora-relógio): 66
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 0
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Proporcionar ao estudante condições para o estabelecimento de comunicação em Libras, a partir do conhecimento dos fundamentos teóricos e práticos do aprendizado desta língua.	
Ementa: Aspectos históricos e conceituais da cultura surda. Fundamentos da gramática e da linguística da Libras. Alfabeto manual: treino datilológico. Numeral: números cardinais e quantidade. Expressão facial/corporal. Configurações de mão da Libras. Saudações em Libras. Sinais relacionados a dias da semana, meses do ano, profissões, meios de comunicação, cores, verbos, membros da família, vestuário, alimentação e objetos. Pronomes da Libras: pessoais, possessivos, demonstrativos e interrogativos. Advérbios de tempo. Tipos de frase em Libras. Pequenos diálogos em Libras.	
Referências básicas: GESSER, A. Libras? que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. HONORA, M. FRIZANCO, M. L. E. Livro Ilustrado de língua de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.	
Referências Complementares:	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

FERNANDES, E. (Org.). **Surdez e Bilingüismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
FIGUEIRA, A. S. **Material de Apoio para o Aprendizado de Libras**. Phorte, 2011. 340p.
GESSER, A. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a libras**. São Paulo: Parábola, 2012.
QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997 2011. 340p.
SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolingüísticas**. São Paulo: Plexus / Summus, 2007.

Oferta no 6º semestre

Componente Curricular: Sistemas Agroflorestais	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Qualificar o aluno em Sistemas Agroflorestais Agroecológicos (SAFAs), promovendo uma formação teórica e prática completa abrangendo desde o planejamento, a implantação, o manejo e o enriquecimento de SAFAS, bem como o beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade.	
Ementa: Princípios da Agricultura Sintrópica. Estratificação e as diferentes necessidades de energia luminosa das plantas. Sucessão ecológica. Ciclo de vida das plantas. A importância da cobertura de solo com matéria orgânica. Consórcios - teoria e prática de como combinar plantas em SAFAs. Técnicas de preparação e recuperação do solo. Tipos e origem da matéria orgânica do solo. Planejamento e Design do SAFA. Plantio. Manejo: técnicas de poda. Paisagens multifuncionais, Serviços Ecossistêmicos (contribuições da natureza para as pessoas). Produção e beneficiamento de plantas aromáticas e medicinais nativas, frutas nativas e silvicultura de espécies nativas em SAFAs. Produção de hortaliças em SAFAs. Agricultura sintrópica em pequenos espaços urbanos: jardins.	
Referências básicas: ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável . Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 2002. COELHO, G. C. Sistemas Agroflorestais . São Carlos: Rima, 2017. 204 p.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

STEENBOCK, W.; VEZZANI, F. M. **Agrofloresta: aprendendo a produzir com a natureza.** Curitiba : Fabiane Machado Vezzani, 2013. 148 p. Disponível em: <http://www.ecoagri.com.br/sdm_downloads/agrofloresta-aprendendo-a-produzir-com-a-natureza/>.

Referências Complementares:

ARMANDO, M. S.; BUENO, Y. M.; ALVES, E. R. S.; CAVALCANTE, C. H. **Agrofloresta para Agricultura Familiar.** Circular técnica 16. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, v. 16., 2002. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CENARGEN/23823/1/ct016.pdf>.

MICCOLIS, A.; PENEIREIRO, F. M.; MARQUES, H. R.; VIEIRA, D. L. M.; ARCO-VERDE, M. F.; HOFFMANN, M. R.; REHDER, T.; PEREIRA, A. V. B. **Restauração Ecológica com Sistemas Agroflorestais: como conciliar conservação com produção.** Opções para Cerrado e Caatinga. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN/Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal – ICRAF, 2016. 266 p. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1069767/restauracao-ecologica-com-sistemas-agroflorestais-como-conciliar-conservacao-com-producao-opcoes-para-cerrado-e-caatinga>>.

CORRÊA NETO, N. E.; MESSERSCHMIDT, N. M.; STEENBOCK, W.; MONNERAT, P. F. **Agroflorestando o mundo de facão e trator.** Gerando Práxis agroflorestal em rede. Petrobrás: Barra do Turvo, 2016. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1935293/mod_resource/content/1/agroflorestando-o-mundo.pdf>.

ROCHA, E. J. P. L. **Jardins Agroflorestais: Princípios, Implantação e Manejo.** Brasília: IPOEMA – Instituto de Permacultura/ Ecovilas e Meio Ambiente, 2014. Disponível em: <<https://www.bibliotecaagpatea.org.br/administracao/educacao/livros/JARDINS%20AGROFLORESTAIS%20PRINCIPIOS%20IMPLANTACAO%20E%20MANEJO%20GUIA%20PRATICA.pdf>>.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Sistemas Agroflorestais (SAFs): conceitos e práticas para implantação no bioma amazônico.** 1. ed. Brasília: SENAR, 2017. 140 p. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacaucultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf>.

Componente Curricular: Sistemas agroecológicos de criação animal	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há
Objetivo geral do componente curricular: Introduzir os fundamentos da criação de animais e suas interações com o ambiente em sistemas de criação animal de base agroecológica.
Ementa: Origem, evolução e histórico dos animais domésticos. Sistemas de produção animal de base ecológica. Noções de reprodução e de melhoramento animal. Noções de nutrição e alimentação animal. Sistemas integrados de produção animal agroecológica. Estratégia e uso dos agroecossistemas para fins pecuários. Biodigestores e aproveitamento do estrume para a produção vegetal. Avicultura de corte e postura. Bovinocultura de corte e de leite. Suinocultura. Apicultura e meliponicultura. Piscicultura. Ovinocultura de corte e lã.
Referências básicas: ABREU, U. G. P.; LOPES, P. S. Análise de Sistemas de Produção Animal . Bases Conceituais. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2005. Disponível em: < https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/784044/analise-de-sistemas-de-producao-animal---bases-conceituais > ANDRIGUETO, J. M. (Ed.) Nutrição animal . 4. ed. São Paulo: Nobel. v.1, 986. DEL-CLARO, K. Comportamento Animal . Uma introdução à ecologia comportamental. 1. ed. Jundiaí: Livraria Conceito, 2004. v. 1. 132 p.
Referências Complementares: FIGUEIREDO, E. A. P. Pecuária e agroecologia no Brasil. Cadernos de Ciência & Tecnologia -Embrapa, Brasília, v. 19, n. 2, p. 235-265, 2002. Disponível em: < https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8805/4947 >. TIAGO FILHO, G. L.; FERREIRA, E. F. Agroenergia: fundamentos sobre o uso de fontes renováveis de energia no meio rural. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 4., 2002, Campinas. Encontro on-line . Disponível em < http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000022002000100010&lng=en&nrm=abn >. Acesso em 28 de julho de 2023. LIMA FILHO, O. F.; AMBROSANO, E. J.; WUTKE, E. B.; ROSSI, F.; CARLOS, J. A. D. (ed.). Adubação verde e plantas de cobertura no Brasil : fundamentos e prática. 2. ed. Brasília: Embrapa, 2023. v. 1, 586 p. Disponível em: < https://bit.ly/3HVDNPq > PRIMAVESI, A. M. Agricultura Sustentável . São Paulo: Nobel, 1992. 142p. Disponível em: < https://anamariaprimavesi.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Agricultura-sustentavel.pdf > SILVA, Z. R. Manual didático do biodigestor . Orientador: Marcos Antonio Florczak. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica, Curitiba, 2015.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Disponível em:

<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1347/7/CT_PPGFCET_%20M_%20Silva%2C%20Zenilda%20Ribeiro%20da%20_2015_1.pdf>

Componente Curricular: Fruticultura	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Promover o conhecimento de metodologias agroecológicas de cultivo que visem o aprendizado e aprimoramento no manejo de plantas frutíferas adaptadas à região.	
Ementa: A fruticultura do Rio Grande do Sul. Solos adequados para fruticultura. Manejo de solo e adubação. Multiplicação de espécies frutíferas. Localização e implantação do pomar. Tratos culturais, manejo de colheita, valor nutricional e comercialização. Citros. Frutas de caroço. Viticultura. Pequenas frutas. Frutas nativas.	
Referências básicas: FACHINELLO, J. C; HOFFMANN, A.; NACHTIGAL, J. C. Propagação de Plantas Frutíferas. Brasília: Embrapa, 2005. GOMES, R. P. Fruticultura Brasileira. São Paulo: Nobel, 2007. SIMÃO, S. Tratado de fruticultura. Piracicaba: FEALQ, 1998.	
Referências Complementares: FACHINELLO, J. C; NACHTIGAL, J. C; KERSTEN, E. Fruticultura fundamentos e práticas. 2008. Disponível em: < https://wp.ufpel.edu.br/fruticultura/files/2017/05/Livro-de-Fruticultura-Geral.pdf > FRONZA, D., HAMANN, J. J. Implantação de pomares. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico; Rede e-Tec Brasil, 2014. 126 p. Disponível em: < https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/11/02_implantacao_pomares.pdf > GOMES, M. S. O. Conservação pós-colheita: frutas e hortaliças. Brasília: Embrapa SPI, 1996. 134p. Disponível em: < https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/86808/1/00081040.pdf > SCARPARE FILHO, J. A.; MEDINA, R. B., SILVA, S. R. Poda de árvores frutíferas. Piracicaba: USP/ESALQ/Casa do Produtor Rural, 2011. 54 p. Disponível em:	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

<<https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/fruticultura/livros/PODA%20DE%20ARVORES%20FRUTIFERAS.pdf>>
ZUCOLOTO, M., SCHMILDT, E.R., COELHO, R.I. **Fruticultura tropical: diversificação e consolidação**. Alegre, ES: CAUFES, 2015. 186 p. Disponível em:
<<https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/123456789/3174/1/BRT-fruticultura-tropical-v.1.pdf>>

Componente Curricular: Agroindustrialização de Alimentos	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 66	Carga horária a distância (hora -relógio): 17
Carga horária de extensão (hora-relógio): 0	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Compreender o contexto histórico da Tecnologia de Alimentos e os princípios básicos intrínsecos e extrínsecos aos alimentos que influenciam sobre sua conservação. Proporcionar conhecimentos sobre características, alterações e métodos de conservação das matérias-primas agropecuárias, bem como, a transformação tecnológica destes produtos.	
Ementa: Introdução e história da Tecnologia de Alimentos. Estudo das propriedades e funções dos carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas e pigmentos que compõem os alimentos. Fundamentação da conservação dos alimentos por meio de métodos que utilizem frio, calor, acidificação, controle de umidade e adição de solutos. Estudo da tecnologia de frutas, hortaliças e tubérculos. Estudo da Tecnologia de grãos e derivados. Estudo da Tecnologia de Produtos de Origem Animal. Aprofundamento sobre Boas Práticas de Fabricação.	
Referências básicas: FENNEMA, O. R.; DAMODARAN, S.; PARKIN, K. L. Química de Alimentos de Fennema . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 900 p. ORDÓÑEZ, J. A. P.; et al. Tecnologia de Alimentos: Componentes dos Alimentos e Processos . vol. 1. São Paulo: Artmed, 2005. 294p. ORDÓÑEZ, J.A. Tecnologia de Alimentos . v. 2. Porto Alegre: Artmed, 2005. 279p.	
Referências Complementares: CAMPBELL, G. (Ed.). Ciência e tecnologia de alimentos . Barueri: Manole, 2015.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

FELLOWS, P. J. **Tecnologia do Processamento de Alimentos**: Princípios e Prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 602p.

GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B.; FRIAS, J. R. G. **Tecnologia de Alimentos**: princípios e aplicações. São Paulo: Nobel, c2008. 511 p.

MORETTI, C. L. (Ed.). **Manual de processamento mínimo de frutas e hortaliças**. Brasília: Embrapa Hortaliças, 2007. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47921/Manual-de-Processamento-Minimo-de-Frutas-e-Hortaliças%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

OETTERER, M.; ARCE, M. A. B. R.; SPOTO, M. H. F. **Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos**. Barueri: Manole, 2006.

Componente Curricular: Extensão III: Plano de ação participativo	Carga Horária (hora-relógio): 83
Carga horária presencial (hora-relógio): 83	Carga horária a distância (hora -relógio): 0
Carga horária de extensão (hora-relógio): 83	
Pré-requisitos e/ou Co-requisito (s): não há	
Objetivo geral do componente curricular: Aprofundar a reflexão crítica sobre as comunidades onde vivem os educandos(as). Elaborar um plano de ação e executar uma intervenção agroecológica na comunidade externa, com a redação de um Relatório Final que contemple essas abordagens.	
Ementa: Reflexão sobre os desafios das comunidades periféricas à luz da extensão crítica e das visitas técnicas realizadas. Elaboração de um Plano de Ação Participativo. Organizar as visitas técnicas proporcionadas pelo curso. Organização de técnicas difusionistas: a unidade demonstrativa. A pesquisa científica e a organização do trabalho de conclusão da disciplina. (A Extensão III compreende a realização do plano de trabalho de intervenção e organização de um dia de campo ou similar na comunidade, tendo como produto final um relatório que aborda o plano de trabalho e o evento realizado).	
Referências básicas: FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Método de Pesquisa . Porto Alegre: UFRGS, 2009. LOPES, E. B. Manual de metodologia . Paraná: EMATER, 2016. Disponível em: < https://aspta.redelivre.org.br/files/2017/03/2-livro_METODO-DE-ANALISE-DE-AGROECOSISTEMAS_web.pdf >.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Referências Complementares:

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019.

RAMOS, G. L. **Manual de Metodologia de Extensão Rural**. Recife: Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, 2013. 58p. Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/arquivos/paginas/3-ipa-manualdemetodologia.pdf>.

SILVA, A. P. G.; SILVA, G. G. **Planejando e executando o Dia de Campo**. Recife: Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, 2013. 38p. Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/arquivos/paginas/3-ipa-planejandoeexecutando.pdf>.

VIEIRA, M. J. **Manual prático: organização e execução de eventos de capacitação com produtores rurais**. Curitiba: CREA-PR, 2017. Disponível em: https://www.crea-pr.org.br/ws/wp-content/uploads/2016/12/EVENTOS_DE_CAPACITACAO_TECNOLOGICA_COM_PRODUTORES_RURAIS_V_-_2017.pdf.

WAGNER, S. A. **Métodos de Comunicação e participação nas atividades de extensão rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 68 p. Disponível em: https://www.ufrgs.br/sead/wp-content/uploads/2021/10/Metodos_de_Comunicacao_e_Participacao_derad024.pdf.

6.10 Curricularização da Extensão

A curricularização da extensão constitui um conjunto de estratégias didático-pedagógicas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, meta 12, estratégia 12.7, e foi regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 e, no IFRS, pela Resolução Consup nº 022, de 26 de abril de 2022, que aprova a regulamentação da Curricularização da Extensão do IFRS, e a Resolução nº 053/2022, que aprova as alterações nas diretrizes e procedimentos para a implantação e desenvolvimento da Curricularização da Extensão para cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

As práticas curriculares de extensão têm como um dos seus principais objetivos promover uma interação dialógica dos(as) estudantes com a comunidade da região onde o *campus* está inserido, para que possam aprofundar sua compreensão sobre a realidade, entre outras finalidades. Conforme legislação, o(a) estudante deverá realizar atividades de extensão integralizando uma carga horária de no mínimo 10% (dez por cento) do total das unidades curriculares do curso.

As ações curriculares extensionistas no Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia serão implementadas no seguinte formato: por meio da definição de Componentes Curriculares Específicos de Extensão (CCEE), como parte da matriz curricular do curso, com carga horária correspondente a 249 (duzentos e quarenta e nove) horas, divididas em três



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

componentes curriculares denominados “Extensão I - Conceitos da Extensão”, “Extensão II - Práticas e Dinâmicas Participativas” e “Extensão III - Plano de Ação Participativo”. Estes CCEE terão metodologias próprias, que promovam o diálogo da instituição com a comunidade externa para que os(as) estudantes se apropriem da realidade e desenvolvam projetos de extensão aplicados à proposição de soluções para problemas da comunidade envolvida, articulando teoria e prática. A Extensão I compreende a realização de trabalhos teóricos em sala de aula e a participação em dias de campo organizados por outras entidades externas. A Extensão II compreenderá a realização de dias de campo nos espaços Agroecológicos do *campus*. Já na Extensão III será executado o plano de trabalho de intervenção e organização de dias de campo ou similar na comunidade, sendo que no final deste componente curricular terá como produto final a escrita de um relatório que aborda o plano de trabalho e o(s) evento(s) realizado(s).

As práticas curriculares de extensão propostas estão de acordo com o perfil do egresso do CST em Agroecologia, sendo ações processuais e contínuas, que vão além da sala de aula. Essas ações buscam promover a interação do CST em Agroecologia com as demandas da comunidade interna e externa, de forma a aprofundar a relação diagnóstica com as comunidades, oportunizando o protagonismo e o envolvimento discente, com vias a garantir a formação e a atuação transdisciplinar do(a) discente. Por meio dessas práticas, objetiva-se o rompimento de práticas pedagógicas isoladas na Educação, de forma a envolver mais os(as) estudantes através de mudanças na metodologia de ensino, tornando o currículo do curso um documento mais dinâmico.

A curricularização da extensão será desenvolvida e registrada conforme as orientações institucionais, a partir de projetos direcionados aos arranjos produtivos locais, por isso a extensão proposta será voltada para a comunidade e segmentos da agroecologia da região de Porto Alegre.

6.11 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC:

Na matriz curricular não prevê Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) obrigatório, sendo este substituído pela produção de um relatório a respeito do plano de trabalho e do evento realizado a partir da intervenção e organização de dia de campo ou similar na comunidade dentro do componente curricular “Extensão III - Plano de Ação Participativo”.

6.12 Estágio Curricular



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

6.12.1 **Não Obrigatório**

Conforme a Lei nº 11.788, de 25 setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, Artigo 2º, parágrafo 2º, “estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”. Para a realização do estágio não-obrigatório, devem ser observados os seguintes requisitos (Lei Nº 11.788, 25/09/08):

- Matrícula e frequência regular do educando em curso de Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e nos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;
- Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e
- Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

O Estágio Não Obrigatório é uma atividade individualizada pelo discente sendo a condução e a forma de avaliação determinadas por regulamento específico de estágio, disposto em lei. O estágio pode ser realizado em indústrias, instituições públicas e privadas, empresas prestadoras de serviços ou de pesquisa, compreendendo a aplicação de conhecimentos relacionados aos Processos Gerenciais.

O Estágio Não Obrigatório pode ser realizado em qualquer dos 06 semestres do curso e deverá proporcionar ao aluno experiências profissionais, introduzindo-o em situações de trabalho que lhe assegurem possibilidades de sucesso por ocasião do exercício de sua profissão.

Entende-se por estágio as atividades de aprendizagem profissional, relacionadas à área de formação dos estudantes, em que os mesmos participem de situações reais de trabalho.

Como já explicitado, não existe a obrigatoriedade de estágio neste Projeto Pedagógico, entretanto, entende-se que o mesmo é um instrumento valioso para a formação profissional do Tecnólogo em Processos Gerenciais na sua realização conforme a Lei 11.788/08 e em consonância com as normas deste documento, desenvolvido como atividade opcional e definido como atividade extracurricular.

Direitos e deveres dos discentes estagiários podem ser encontrados em sua íntegra na Lei 11.788/08:

A jornada de atividade em estágio é definida de comum acordo entre a instituição de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

- 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes portadores de necessidades especiais; e
- 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, nos demais casos.

6.13 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem:

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional do IFRS (PPI), tem como princípio a reflexão das práticas realizadas e o compromisso com a aprendizagem dos(as) futuros(as) tecnólogos. Assim, avaliar rompe com a ideia da simples aferição do conhecimento, tornando-se um importante instrumento de qualificação do processo de ensino e de aprendizagem.

De acordo com o mesmo Projeto, a avaliação tem como finalidade promover um olhar criterioso sobre os processos educativos, provocando mudanças onde se fizer necessário, entendendo que toda a educação constitui-se como um ato intencional. Desse modo, avaliar as aprendizagens dos(as) estudantes é também avaliar o processo de ensino, de forma a apresentar outros caminhos para que o(a) estudante aprenda.

Conforme aponta o PPI, a avaliação deverá ser diagnóstica, participativa e formativa. A avaliação diagnóstica nos compromete a reconhecermos os conhecimentos trazidos pelos(as) estudantes para, a partir dele, projetarmos a organização do processo de ensino e aprendizagem. A participativa empenha a todos (as) os (as) envolvidos a tarefa de tornarem-se sujeitos do processo e da construção dos novos conhecimentos. Sinaliza, ainda, que a avaliação deverá ser formativa, pois acompanhará o desenvolvimento do(a) estudante no cotidiano escolar e guiará as ações dos(as) docentes.

Os (as) docentes deverão usar, no mínimo, dois instrumentos avaliativos. E esses instrumentos, além de considerar as concepções apresentadas, pautadas no Projeto Político Institucional do IFRS, deverão ser realizados com atenção ao caráter processual da avaliação, ou seja, qualquer instrumento adotado pelo(a) docente não terá um fim nele próprio - esse será o ponto de partida para novas possibilidades de planejamento. Para tanto, o(a) docente poderá adotar metodologias de avaliação diversificadas, pois, conforme o PPI, os(as) educandos(as) são sujeitos únicos, com vivências pessoais, experiências anteriores e com formas particulares de construir e reconstruir conhecimentos.

Assim, ainda que a Organização Didática do IFRS indique que desempenho do(a) estudante em cada componente curricular seja expresso, semestralmente, através de notas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

registradas de 0 (zero) a 10 (dez), o mesmo documento versa sobre a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. É sabido que avaliar qualitativamente inclui a apropriação de conhecimentos (avaliação quantitativa), o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de ensino e de aprendizagem, visando ao aprofundamento de saberes e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos(as) estudantes.

No plano de ensino de cada componente curricular serão detalhados os instrumentos de avaliação, bem como os critérios específicos que conduzirão aos resultados finais. O curso segue a legislação vigente e a Norma Operacional nº 001/2011 do *campus* Restinga. Segundo essa mesma norma, para garantir aprovação o(a) estudante deverá ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no período letivo. O resultado da avaliação do desempenho do(a) estudante em cada componente curricular será expresso, semestralmente, por meio de notas, devendo o(a) docente utilizar-se de, no mínimo, dois instrumentos avaliativos. Para galgar aprovação no componente curricular, o(a) estudante deverá alcançar, no mínimo, a nota 7,0 (sete), calculada através da média aritmética das avaliações realizadas ao longo do semestre, resultando na sua média semestral (MS). O(A) estudante que não atingir média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) ao final do período letivo, em determinado componente curricular, terá direito ao exame final (EF).

Após a realização do exame, calcular-se-á a média final (MF) a partir da nota obtida no exame (EF) com peso 4 (quatro) e da nota obtida na média semestral (MS) com peso 6 (seis), conforme a equação abaixo:

$$MF = (MS * 0,6) + (EF * 0,4) \geq 5,0$$

Cabe ressaltar, ainda, que o(a) estudante deve obter média semestral (MS) mínima de 1,7 (um vírgula sete) para poder realizar exame final (EF). O exame final constará de uma avaliação dos conteúdos trabalhados no componente curricular durante o período letivo.

A aprovação do(a) estudante no componente curricular dar-se-á somente com uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) igual ou superior a 7,0 (sete) ou média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), após realização de exame (OD, p. 48). O(A) estudante reprovado(a) poderá prosseguir seus estudos, matriculando-se nos componentes curriculares da sequência recomendada, e nos componentes curriculares em que foi reprovado(a), desde que não tenha coincidência de horários. Os componentes curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia são oferecidos conforme sequência da matriz curricular em vigor, semestralmente.

Ao(À) estudante que faltar a qualquer uma das avaliações ou deixar de executar trabalho escolar/acadêmico, será facultado o direito a uma nova oportunidade, se requerida, mediante protocolo junto à Coordenadoria de Registros Acadêmicos, ou equivalente, dirigido



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

à Direção de Ensino e/ou Coordenação de Curso, através de preenchimento de documento próprio, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a vigência do atestado, desde que comprove através de documentos, conforme os casos previstos na Organização Didática vigente.

Existem alguns casos em que a justificativa dá ao(a) estudante o direito de ter sua falta abonada, ou seja, não há registro de falta para o(a) estudante. Essas situações são:

- I. Quando da participação do estudante em atividades institucionais, se convocado pelo IFRS;
- II. Quando o estudante matriculado servir em Órgão de Formação de Reserva e for obrigado a faltar a suas atividades civis, por força de exercício ou manobras, terá suas faltas abonadas para todos os efeitos, conforme a legislação vigente, sendo que, nesse caso, as ausências deverão ser justificadas pela autoridade militar;
- III. Quando o estudante participar de representação desportiva nacional, conforme Art. 85 da Lei nº 9.615/98;
- IV. Quando o estudante representar oficialmente o IFRS em eventos;
- V. Quando o estudante for convocado para audiência judicial;
- VI. Demais casos previstos na legislação vigente.

6.13.1 Da Avaliação da Aprendizagem dos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais/específicas

A expressão “necessidades educacionais especiais ou específicas” pode ser utilizada para referir-se a estudantes cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada à deficiência(s).

Podemos tratar dentro do termo de especificidades como condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas, deficiência ou superdotação, trabalhadores(as) ou pessoas que vivem nas ruas, estudantes oriundos de populações distantes ou nômades de comunidades de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, oriundos de grupos desfavorecidos ou marginalizados, entre outros (BRASIL, PCNAC, 1998).

As avaliações, nesse caso, são importantes instrumentos de detecção de particularidades de aprendizagem, da diversidade da comunidade escolar e dos interesses e motivações dos(as) estudantes, além de necessidades educacionais específicas. Elas precisam voltar-se para revisão contínua do que o(a) estudante deve aprender, como, quando, que formas de organização do ensino são mais eficientes para um processo de aprendizagem e, paralelamente a isso, como e quando avaliar a aprendizagem do(a) estudante.

As avaliações determinarão se existe necessidade de adaptações curriculares, se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

estas são não significativas ou significativas – organizativas, de conteúdos, avaliativas, de didática, de temporalidade – em nível de currículo (medidas de ajuste geral), de sala de aula (reorganização do espaço e dos recursos) e a nível individual (de atenção ao(à) estudante). Em outras palavras, avaliar é diferente de verificar:

avalia-se para conhecer e compreender a dinâmica existente entre todas as variáveis em que circunscrevem [o estudante] objetivando-se a melhoria das respostas educativas, de modo a que atendem ao compromisso de desenvolver a cidadania de todos os aprendizes (MEC/SEE, 2006, p.16).

E, seja qual for o tipo ou nível de adaptação, quando houver a detecção de pessoa com deficiência, conforme a decisões conjuntas entre docentes do curso e o Setor de Ensino do *campus*, ou por laudo apresentado no ingresso, além dos princípios citados anteriormente para avaliação de todos os(as) estudantes, buscar-se-ão a atenção às seguintes questões:

- a) Priorização do progresso individual tendo por base um Plano Educacional Individualizado;
- b) Maior número de avaliações possíveis, em momentos diversos, com menor conteúdo de informações (segmentação);
- c) Leitura das perguntas para o(a) estudante quando assim achar necessário;
- d) Uso de avaliação oral, ao invés de escrita, ou avaliações a serem realizadas em casa, ao invés de na escola;
- e) Atividades organizadas com lógica, do mais simples ao mais complexo e por conjuntos de exercícios afins;
- f) Consulta a livros e outros recursos durante a realização das avaliações;
- g) O(A) estudante não deve ser avaliado pela sua caligrafia;
- h) O(A) estudante deve poder levar para casa o mesmo material didático utilizado na escola (ARANHA, 2005).

Além disso, a avaliação dos(as) estudantes com deficiência, além da mensuração do processo avaliativo por meio da nota, deve ser realizada por pareceres, e recomenda-se, com esta finalidade, que sejam efetuados registros diários a respeito do desempenho do(a) estudante em sua relação com as atividades e com os temas propostos, como forma de captar a aprendizagem de modo processual. E, ao final do período letivo, recomenda-se a confecção



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

do parecer global do período, em que seja possível apontar os progressos percebidos nos aspectos que considerem mais significativos: físicos, cognitivos, sensoriais, comunicacionais, de atenção/concentração, de memória, de sociabilidades, de autonomia, entre outros, além dos aspectos a serem observados no período seguinte. A orientação para confecção do parecer deve ser fornecida pelo Setor de Ensino.

Da mesma forma que os(as) demais estudantes do curso, os pareceres efetuados aos(às) estudantes com necessidades especiais devem ser elaborados por componente curricular, de forma colegiada, ou em conjunto na Reunião do Colegiado do Curso. No último período do curso, considerando-se o processo de aprendizagem como um todo, os progressos do(a) estudante, o conjunto de adaptações curriculares efetuadas e sua significância, define-se na Reunião do Colegiado do Curso, se haverá ou não a aplicabilidade de terminalidade específica.

6.13.2 Da Recuperação Paralela

A obrigatoriedade dos estudos de recuperação, previstos no Art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e garantidos no Art. 185 da Organização Didática do IFRS (OD), objetiva a formação continuada do(a) estudante. Nessa perspectiva, indo ao encontro de nossa concepção de avaliação, os estudos de recuperação paralela qualificam os processos de ensino e de aprendizagem na predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos progressos do(a) estudante sobre as avaliações finais.

Nesse sentido, a Organização Didática do IFRS (OD) esclarece que a avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da apropriação de conhecimentos (avaliação quantitativa), do diagnóstico, da orientação e da reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento de saberes e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos(as) estudantes. Para isso, os estudos de recuperação paralela são ofertados de modo contínuo, dentro do mesmo semestre, e respeitarão as seguintes etapas definidas na OD:

- I. Readequação das estratégias de ensino-aprendizagem;
- II. Construção individualizada de um plano de estudos;
- III. Esclarecimento de dúvidas;
- IV. Avaliação.

Desse modo, as dificuldades de aprendizagem poderão ser superadas com intervenções direcionadas para a promoção do avanço dos(as) estudantes.

6.14 Metodologias de Ensino:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

A metodologia de ensino do Curso Superior Tecnológico em Agroecologia é constituída a partir da concepção de que o(a) estudante é sujeito ativo(a) no processo de construção do seu conhecimento na interação com o(a) docente, colegas e demais servidores(as) da instituição, por meio da colaboração e intencionalidade do trabalho educativo. Cabe a eles(as) estabelecer a condução do processo de ensino-aprendizagem pelo permanente desafio do raciocínio crítico e pela progressiva integração de novos conhecimentos às experiências prévias. As ações educativas baseiam-se na mobilização para o conhecimento, possibilitando o estabelecimento de vínculos significativos entre o sujeito e o objeto. A mobilização implica na clareza do assunto, na forma de trabalho, nas relações interpessoais entre os sujeitos, os objetos de conhecimento e o contexto em que se inserem.

A metodologia dialógica e dialética requer o estabelecimento de relações com as necessidades dos sujeitos, sejam elas intelectual, afetiva, ética, física, lúdica, estética, espiritual, econômica, política, social ou cultural. Após essa elaboração inicial das representações mentais, passa-se à construção do conhecimento, que possibilita que os sujeitos captem as essências do objeto para construir novos conhecimentos através da elaboração de relações mais abrangentes e complexas. Esse processo implica no desenvolvimento operacional em que se estabelecem relações analíticas significativas entre as representações, ideias, conceitos do sujeito e do objeto em um determinado contexto sócio histórico. A práxis é o resultado da atividade criativa do sujeito para conhecer o objeto e das articulações desse conhecimento com a realidade.

Assim, a metodologia de ensino visa mobilizar os saberes necessários para a formação do(a) estudante, de acordo com os documentos normativos e o perfil do(a) egresso(a), bem como oportuniza desenvolver a capacidade de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a resolver problemas, intervindo na sua realidade. O processo de ensino-aprendizagem requer metodologias que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão com vistas a uma formação multidimensional e ao bem viver. Cada docente, de acordo com seu plano de ensino, explicita as metodologias a serem utilizadas no processo de ensino-aprendizagem, tais como aulas expositivas dialogadas, atividades práticas em laboratórios, observações e inserções em contextos educativos, saídas de campo, resolução de exercícios, estudos de caso, apresentação e desenvolvimento de trabalhos e seminários.

A Agroecologia fornece os fundamentos que orientarão a análise dos padrões dominantes de agricultura praticados na região, bem como os parâmetros e diretrizes para o redesenho tanto dos agroecossistemas, como da relação sociedade e natureza e entre produtores(as) e consumidores(as) de alimentos. Da educação vem os referentes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

metodológicos que guiam a relação entre os diferentes sujeitos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem em curso no território. Será no território onde se promoverá o diálogo horizontal dos diferentes saberes, através do uso de metodologias participativas nos trabalhos comunitários.

Como avanço pedagógico da proposta, incluiu-se forte intencionalidade no sentido de que os processos de ensino e pesquisa estejam integralmente conectados com a extensão. Assim, o curso propõe a integração das atividades de ensino-aprendizagem no IFRS com as comunidades de origem dos estudantes. Pretende-se promover a aproximação entre teoria e prática, o maior aprofundamento da compreensão das complexidades que compõem as diferentes problemáticas territoriais e o engajamento dos(as) estudantes com processos objetivos de mudança em suas comunidades.

6.15 Acompanhamento pedagógico

O IFRS tem o compromisso de prever estratégias que garantam, a todos(as) e a cada um(a), a efetivação do direito à aprendizagem, à permanência, ao êxito e à conclusão do curso, sendo esse processo de atenção ao(à) estudante o resultado da interação entre ensino, pesquisa e extensão.

Os(As) estudantes do Curso Superior Tecnológico em Agroecologia serão acompanhados(as) por todos(as) os(as) trabalhadores(as) da educação – docentes e técnicos administrativos. Cada profissional, quando em relação com o estudante, será corresponsável pelo seu processo educativo, de maneira que esse seja efetivado como tarefa coletiva e de cada um(a) no espaço institucional.

O Setor de Ensino conta com doze profissionais – assistente de alunos, assistente social, bibliotecário(a), intérprete de Língua Brasileira de Sinais, pedagogo(a), psicólogo(a), técnico em assuntos educacionais, entre outros – distribuídos em cinco microssetores de referência – orientação estudantil, assistência estudantil, registros escolares, gestão escolar e biblioteca. Através de uma organização integrada, realiza o atendimento pedagógico especializado aos(às) docentes e discentes, com troca de informações permanentes entre os(as) profissionais sobre as situações escolares cotidianas e sobre as especificidades de aprendizagem individuais e coletivas.

Além do acolhimento a todas as demandas e do direcionamento ao seu atendimento de referência (horário de atendimento específico com o(a) docente, estudos domiciliares, acompanhamento pedagógico, psicológico e social, adaptações curriculares [quando necessário], monitoramento mensal da frequência e ações de busca ativa aos(às) infrequentes), o Setor de Ensino está representado nas reuniões pedagógicas de curso e do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Colegiado, comissões e grupos de trabalho institucionais.

O Setor de Extensão responsabiliza-se pela orientação dos(as) estudantes no que diz respeito às questões relativas às atividades enquanto extensionistas e estágios curriculares e não curriculares. Além disso, os Núcleos que envolvem estudos afro-brasileiros e indígenas; de acessibilidade e inclusão; de discussões de gênero; arte e cultura; e memória, também estão vinculados à Extensão.

O Setor de Pesquisa tem como atribuição a orientação dos(as) estudantes no que se refere às atividades de iniciação científica e de bolsas direcionadas a projetos específicos.

O IFRS possui as Políticas de Assistência Estudantil, de Ações Afirmativas e de Inclusão que assumem um papel fundamental no cotidiano da instituição. A Assistência Estudantil contribui para a promoção da inclusão social e da minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais dos diferentes contextos da educação profissional e tecnológica. Por meio de programas, projetos e ações, oferece condições para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes através de apoio pedagógico, psicológico e social às questões escolares dos(as) estudantes. A equipe age preventivamente nas situações de retenção e evasão, incluindo, desde Ações de Caráter Universal, até Programas de Benefícios, atingindo, desse modo, diferentes públicos dentro da comunidade escolar. Os Programas de Benefícios – ações que envolvam iniciativas voltadas à equidade de oportunidades e à melhoria das condições socioeconômicas – têm, como seu público específico, os estudantes que preenchem os critérios de vulnerabilidade. A Assistência Estudantil promove, também, ações que garantam o êxito dos estudantes, além de auxiliar na elaboração de propostas com vistas à ampliação do acesso e permanência e da diplomação qualificada dos(as) estudantes do Instituto.

6.15.1 Acessibilidade e adequações curriculares para estudantes com necessidades específicas

Em consonância com a legislação vigente, relacionada ao ensino em perspectiva inclusiva, cabe às instituições assegurar aos(as) estudantes com necessidades específicas, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, igualdade de condições para a aprendizagem através de adaptações curriculares, a fim de favorecer o desenvolvimento do(a) estudante de forma que suas necessidades possam ser atendidas. Além disso, as ações transversais priorizarão também a inclusão no âmbito da diversidade cultural, buscando contemplar atividades pedagógicas, artísticas e culturais, sob olhar focado na diversidade cultural do povo brasileiro. Nesse sentido, poderá ser necessário realizar adequações pedagógicas e de acessibilidade, adaptando currículos, métodos, técnicas,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

recursos educativos, avaliações, por meio do Plano Educacional Individualizado (PEI), bem como os Projetos Pedagógicos dos Cursos ou os Planos de Ensino dos Professores. Para tanto, a criação de estratégias que reforcem as potencialidades dos(as) estudantes e não suas limitações será uma prioridade, visando também a integração com as culturas locais voltadas para a inovação na educação. Para isso, é imprescindível que a instituição atue a partir de concepções que reconheçam e valorizem as diferenças.

Para qualificar esse atendimento, o *campus* Restinga contará com o Núcleo de Ações Afirmativas. Esse engloba os atendimentos às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, às Pessoas com Deficiências, os Estudos Afrobrasileiros e Indígenas, os Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade.

Serão desenvolvidos fóruns de debates no decorrer do curso com vista a integrar essas ações transversais ao currículo e às atividades voltadas para a cultura de paz e comunicação não violenta, viabilizando a inserção dessas concepções de inclusão e aceitação do outro como legítimo em sua diferença na prática profissional e estabelecendo a interdisciplinaridade como diretriz pedagógica das ações institucionais.

6.16 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Os Institutos Federais apresentam, em sua premissa básica, a perspectiva de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa realidade não é apenas possibilitada a professores(as), que podem atuar de forma integrada e verticalizada entre os diferentes níveis e modalidades de ensino, mas também oportuniza que todos(as) os(as) estudantes possam usufruir dos espaços constituídos e, assim, possam contribuir para a construção de uma visão de mundo e de sociedade mais complexa. Desta maneira, será ofertada aos(às) estudantes a possibilidade de participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, de forma a complementar a sua formação ou, ainda, aprofundar os conhecimentos adquiridos de acordo com seus interesses.

Uma característica fundamental do curso de Agroecologia é seu enfoque sistêmico que, preservando os avanços do conhecimento científico até hoje obtidos, depende da capacidade de operar projetos interdisciplinares de ensino, extensão e pesquisa, considerando a participação das comunidades alvo, de forma a obter resultados contextualizados. Isso demonstra a importância da interação de diferentes ações das instituições de ensino superior e, especialmente, dos Institutos Federais, que podem contribuir decisivamente na transição agroecológica.

Neste sentido, o eixo de Recursos Naturais e o curso Proeja em Agroecologia do *campus* Restinga já implantaram e mantêm diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

além de ambientes didáticos nas instalações do *campus*. Dentre elas, destacamos as seguintes: pomar agroecológico; horta comunitária, onde são cultivadas hortaliças; uma área onde são realizados os experimentos de pesquisa a campo; um minhocário; um relógio do corpo humano com plantas medicinais; um meliponário; uma bioconstrução e uma estufa agrícola que está sendo usada para produção de mudas de hortaliças diversas. Tais espaços/atividades possibilitaram inclusive a implantação de um Habitat de Inovação e Empreendedorismo Agroecológico.

O grupo de docentes proponentes deste curso já vêm desenvolvendo ações de Extensão, Pesquisa e Ensino desde 2018. Um dos projetos de extensão é intitulado *“Agroecologia no IFRS campus Restinga: melhorando a qualidade do solo para produzir alimentos”*, que contribuiu para implantar e manter uma horta e um pomar de frutíferas dentro da área do *campus* Restinga, as quais servem como um laboratório a céu aberto para toda a comunidade. Este espaço vem se fortalecendo como área de educação ambiental interdisciplinar para os diversos cursos da instituição, bem como área de lazer e saúde onde estudantes, servidores(as) e visitantes exercitam um momento de contemplação e despertam a curiosidade pelas plantas. O espaço também cumpre a função de vitrine viva para o eixo institucional de Recursos Naturais, contribuindo na difusão dos conhecimentos agroecológicos através da gravação e publicação de conteúdos técnicos nas plataformas digitais do *campus* Restinga.

Outro projeto de extensão que já existe desde 2018, denominado *“Agricultura Urbana na Restinga - Cultivando Hortas Orgânicas na Periferia de Porto Alegre”*, e que hoje passou a se chamar *“Programa EcoRestinga”*, já realizou e continua realizando ações em várias escolas e Centros Assistenciais do bairro Restinga, com atividades práticas nas hortas como oficinas para educadores(as) e usuários(as), acrescidas de atividades continuadas junto a comunidade, servindo de instrumento para a promoção da agricultura urbana, da educação ambiental e da segurança alimentar. Também desenvolvem-se os projetos *“Introdução à Meliponicultura, como alternativa de renda sustentável e ecológica, na Zona Sul de Porto Alegre/RS”*, que tem como objetivo divulgar a meliponicultura como atividade produtiva e de lazer, ecologicamente correta, viável e rentável, tornando-se uma ótima alternativa para a geração de renda para famílias e preservação ambiental e cultural para a sociedade, e o projeto *“COMPOSTINGA: Compostagem no campus Restinga - transformando resíduos orgânicos em adubo”*, que visa conscientizar a comunidade na importância do destino correto dos resíduos orgânicos para produção de alimentos.

Dentre os projetos de pesquisa que o grupo já desenvolveu nos últimos três anos ou vem desenvolvendo citam-se: 1) *“Avaliação de fontes de fertilizantes na produção de*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

hortaliças orgânicas”, que objetiva avaliar a eficiência das diferentes fontes orgânicas de nutrientes na produção de hortaliças orgânicas. Este projeto dialoga diretamente com as demandas de produtores(as) de hortaliças orgânicas da região metropolitana de Porto Alegre que ainda possuem muitas dúvidas quanto ao manejo da adubação orgânica para a produção de hortaliças; 2) *“Estabelecimento da adubação em vinhedos orgânicos visando aumento de produtividade e qualidade de vinhos e espumantes”*, que visa gerar informações que permitam aprimorar a recomendação de adubação à videira cultivada em sistemas orgânicos de produção, buscando melhorar o desempenho em relação à produtividade de uvas, vinhos e espumantes de qualidade, e evitando, também, a contaminação do solo e água. Este projeto é desenvolvido em parceria com uma Cooperativa da Serra Gaúcha (RS) e possui financiamento de agências de fomento como a Fapergs e Agrisus.

O projeto de Ensino *“Produção e Uso de Plantas Medicinais no campus Restinga: Construção de um espaço Pedagógico e Sustentável”* está sendo executado visando manter mais um espaço de aprendizagem não só para os(as) estudantes do curso, mas para toda a comunidade.

Todas essas iniciativas em curso possuem potencialidades para o desenvolvimento de inúmeras ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão, oportunizando o pleno atendimento das tecnologias e demandas para a formação de profissionais na área da Agroecologia, juntamente com o desenvolvimento de novos conhecimentos e tecnologias, sempre mantendo o diálogo com as demandas da comunidade da Restinga e região metropolitana (pesquisa ação, pesquisa participativa, etc).

6.17 Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e de aprendizagem

A metodologia de ensino pode contar com diversas atividades e diversos recursos pedagógicos para enriquecer o processo ensino-aprendizagem. De acordo com a natureza de cada componente curricular e dos objetivos a serem alcançados, o corpo docente avalia, planeja e utiliza diferentes formas de promover o desenvolvimento e a socialização do conhecimento. No dia a dia, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação contribuem na prática didática, na complementação de estudos e na comunicação entre professor e aluno.

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação constituem uma gama de recursos que podem ser utilizados no decorrer do curso de Tecnologia em Agroecologia a fim de contribuir no processo de formação dos estudantes de maneira que saibam utilizar essas tecnologias e também sejam capazes de desenvolver soluções tecnológicas para diferentes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

situações sejam elas produção do conhecimento, compreensão, acesso e compartilhamento e de informações ou resolução de problemas.

Inicialmente o estudante terá o contato com elementos de informática no componente curricular “Informática Básica”, servindo também como um nivelamento de conhecimentos advindos dos saberes pré-existentes do estudante.

Os estudantes têm acesso aos laboratórios de informática com computadores que auxiliam na realização de trabalhos e pesquisas. O Campus atualmente conta com quatro laboratórios de Informática, um laboratório de Hardware e Redes e um laboratório de Automação e Robótica, cada laboratório possui computadores com softwares e ferramentas específicas para uso de acordo com o respectivo uso. Todas as salas de aula e os laboratórios didáticos possuem projetores multimídia, que podem ser usados pelos professores para projetar slides e vídeos. Além disso, os estudantes contam com acesso à Internet, através da rede de Wifi, ou nos laboratórios de ensino, salas de aula, sala de estudo e na biblioteca.

A plataforma Moodle poderá ser utilizada para apoio aos componentes curriculares presenciais, além de ser o mecanismo oficial para realização das aulas a distância. Os estudantes também possuem acesso aos Sistemas Acadêmicos (SIA - Sistema Integrado Acadêmico e SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), nos quais realizam os processos de matrícula, acompanhamento escolar, a frequência e demais informações importantes sobre a vida acadêmica. Além desses, há o sistema integrado de bibliotecas (Pergamum), no qual o estudante pode pesquisar, reservar e renovar os livros disponíveis na biblioteca do Campus e nos demais campi do IFRS.

6.18 Educação a Distância

Entende-se por Educação a Distância (EaD), para fins institucionais, os processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologia, nos formatos a distância, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. O Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia prevê 364 (trezentos e sessenta e quatro) horas de estudos a distância no currículo, o que representa 15,6% (quinze vírgula seis por cento) da carga horária do curso a distância. A utilização da carga horária a distância foi motivada pela flexibilização de horários e local de estudo, pela possibilidade de adoção de abordagens pedagógicas modernas de ensino, dar autonomia para os(as) discentes no processo de ensino e aprendizagem e, a possibilidade de reunir o melhor da aprendizagem *online* baseado em tecnologia e o melhor do ensino presencial para que efetivamente proporcione resultados na aprendizagem.

A utilização de diferentes tecnologias de aprendizagem é uma estratégia de superação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

das limitações de espaço e tempo e, também, uma experimentação para estudantes e docentes. A modificação do formato de uma aprendizagem costumeira centrada unicamente no(a) docente e limitada à sala de aula, para uma aprendizagem onde o(a) estudante seja ativo na escolha dos enfoques metodológicos e no uso dos seus diferentes espaços e tempos, ocasiona novas oportunidades de ensino e aprendizagem. A aprendizagem passa a ser mais autônoma e independente, em que o(a) estudante se torna sujeito ativo de sua aprendizagem. Espera-se que as horas a distância de estudos no curso sigam essa abordagem, transformando o(a) estudante em sujeito ativo de seu processo de aprendizado.

Para preparar o(a) estudante para educação a distância, será oferecido o componente curricular “Informática básica” no primeiro semestre do curso de Tecnologia em Agroecologia. Esse componente tem por objetivo possibilitar o desenvolvimento da autonomia dos(as) estudante em ambientes virtuais de ensino e aprendizagem (Plataforma Moodle) e aprender as operações básicas com softwares, aplicativos e utilitários, tais como: Google, editores de textos, planilha de cálculos e softwares de criação de apresentações.

A implementação da Educação a Distância (EaD) no Curso Superior de Tecnologia (CST) em Agroecologia será realizada de forma a complementar e enriquecer a experiência educacional dos estudantes, proporcionando maior flexibilidade e acesso ao conteúdo. A carga horária destinada à EaD será distribuída de forma que cada componente curricular tenha uma proporção adequada entre aulas presenciais e a distância, respeitando as diretrizes estabelecidas pela instituição. As atividades EaD serão planejadas para otimizar o tempo de estudo dos alunos. As aulas presenciais ocorrerão em 4 períodos noturnos de segunda à sexta-feira. Adicionalmente, alguns componentes curriculares terão um período extra semanal na modalidade a distância. Este período permitirá ao estudante dedicar-se a atividades de leitura, realização de pesquisas e trabalhos que serão disponibilizados através do Moodle.

A EaD permitirá que os alunos acessem os conteúdos de forma flexível, ajustando seus horários de estudo conforme suas necessidades. Além disso, será mantido um rigoroso acompanhamento das atividades realizadas, assegurando que todos os objetivos educacionais sejam alcançados com a mesma qualidade do ensino presencial.

6.18.1 **Atividades de tutoria**

Os tutores têm um papel importante ao realizar o contato direto com os estudantes na realização de atividades a distância, como principais atribuições, destacam-se: esclarecer as dúvidas dos estudantes através do Moodle; verificar e avaliar as atividades realizadas pelos estudantes e fornecer feedback; estimular a participação colaborativa, incentivando os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

estudantes a responder dúvidas dos colegas, quando houverem; e enviar mensagens individuais aos estudantes que não se mostrarem ativos no curso. No Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, as atividades de tutoria serão realizadas pelo próprio docente do componente curricular.

A inclusão da carga horária a distância nos componentes curriculares permite a adoção de diferentes abordagens pedagógicas. É possível utilizar a sala de aula invertida, onde o aluno se apropria dos conceitos nos momentos a distância e depois, nos momentos presenciais, são realizadas atividades de compartilhamento, reflexão e discussão. Também, é possível utilizar uma abordagem mais aproximada da sala de aula tradicional, onde o professor apresenta os conceitos norteadores do conteúdo em momentos presenciais e realiza atividades a distância para expandir as discussões realizadas em sala de aula através de atividades assíncronas como fóruns e atividades síncronas como bate-papo.

O acompanhamento dos discentes no processo formativo, a avaliação periódica pelos estudantes e equipe pedagógica se dá a partir de avaliações internas realizadas pela CPA (Comissão Própria de Avaliação), a partir dos resultados destas avaliações, ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras serão realizadas pelo Colegiado de Curso e, no caso de necessidade de atualização curricular, pelo Núcleo Docente Estruturante. A coordenação do curso e o Núcleo de Educação a Distância (NEaD) promoverão capacitações contínuas dos docentes que realizarão atividades de tutoria. Estas capacitações têm como objetivo estimular a adoção de práticas criativas e inovadoras para maximizar o aproveitamento de estudos para a permanência e êxito dos discentes. As demandas comunicacionais e tecnologias adotadas no curso devem ser descritas pelo NDE. Ocasionalmente, a coordenação do curso deverá verificar junto aos docentes/tutores a necessidade de capacitação em alguma área para viabilizar o bom andamento dos trabalhos. O curso deve contar com o apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras que visem a permanência e êxito dos discentes.

6.18.2 **Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem**

O Campus conta com AVEA Moodle, para disponibilização de material de aula e para suporte em componentes curriculares com carga horária a distância. Ainda sobre aulas, é importante destacar que uma das principais características do Moodle é o estímulo a conteúdos multimídia, já que disponibiliza diversos recursos como fóruns, enquetes, chats, glossários, diários, áudios, vídeos, questionários, editores de HTML, blogs, calendários, entre outros. É importante salientar que as TICs representam ainda um avanço na educação a distância, com a criação de ambientes virtuais de aprendizagem, os alunos têm a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

possibilidade de se relacionar, trocando informações e experiências. O AVEA Moodle também permite desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes e a reflexão sobre o conteúdo dos componentes curriculares.

Nesta perspectiva, os professores têm a possibilidade de realizar trabalhos em grupos, debates, fóruns, dentre outras formas de tornar a aprendizagem mais significativa. A tecnologia é uma realidade que traz inúmeros benefícios e é de suma importância no curso, quando incorporada ao processo de ensino e aprendizagem, proporciona novas formas de ensinar e, principalmente, de aprender, em um momento no qual a cultura e os valores da sociedade estão mudando, exigindo novas formas de acesso ao conhecimento e cidadãos críticos, criativos, competentes e dinâmicos.

O AVEA Moodle também considera a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. E cabe aos docentes, a realização de avaliações periódicas devidamente documentadas para ações de melhoria contínua

6.18.3 **Material Didático**

Os materiais didáticos são recursos e atividades, físicos ou digitais, utilizados para apoio ao ensino relacionado ao desenvolvimento do curso. O material didático pode ser produzido pelo próprio docente do componente curricular, estes materiais podem ser por exemplo, vídeos, apostilas, exercícios, etc. Outra opção é utilizar materiais já consolidados pelos especialistas e, neste caso, caberá aos docentes o papel de curadoria. Para esta atividade será priorizado o uso de repositórios da rede federal.

A distribuição dos materiais didáticos é de responsabilidade do próprio docente do componente curricular, e deve ser disponibilizado via Moodle no início do semestre letivo. Além disso, o docente deve orientar o aluno para a realização das atividades a distância, definindo claramente seus objetivos, metodologias, prazos e formas de entrega. Esta orientação pode ser realizada oralmente em momento presencial, ou via AVEA Moodle.

A formação proposta no PPC do curso é desenvolvida seguindo os conteúdos previstos na ementa de cada componente curricular. Nesse sentido, os materiais didáticos visam atender a coerência teórica e o aprofundamento necessários para a construção do conhecimento contemplando os objetivos previstos no plano de ensino. O material didático, bem como as metodologias de ensino e a linguagem serão desenvolvidos de modo a atender as necessidades específicas de cada estudante, considerando-se, inclusive, os possíveis casos de inclusão. A produção de material didático deve levar em conta as necessidades específicas dos alunos matriculados no componente curricular, de forma a garantir a acessibilidade metodológica, instrumental utilizando linguagem inclusiva e acessível. Por exemplo, no caso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

de algum estudante cego ou com deficiência visual, o conteúdo e atividades deverão ser acessível via software de leitura de tela, seguindo os critérios de acessibilidade que trata este caput estão de acordo com o documento internacional Web Content Accessibility Guidelines (Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web), que inclui a descrição das imagens e os vídeos deverão ter transcrição. No caso de a turma ter algum (a) estudante surdo ou com deficiência auditiva, os vídeos disponibilizados deverão possuir legendas e tradução para Libras. Com relação aos recursos didáticos, serão utilizados aqueles disponíveis no Moodle, bem como os professores tutores buscarão criar outros próprios, a partir de capacitações realizadas, de modo a incluir o uso de recursos inovadores para o acompanhamento.

6.18.4 **Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem**

A avaliação dos(as) estudantes sob atividades de ensino EaD será aferida a partir do acompanhamento docente da efetividade na realização das atividades pedagógicas propostas.

A oferta de carga horária na modalidade de EaD em cursos presenciais deve ser amplamente informada aos estudantes matriculados no curso no período letivo anterior à sua oferta e divulgada nos processos seletivos, sendo identificados, de maneira objetiva, os conteúdos, as disciplinas, as metodologias e as formas de avaliação.

6.18.5 **Equipe multidisciplinar: Núcleo de Educação a Distância (NEaD)**

O NEaD é uma unidade vinculada à Direção de Ensino do Campus, com competência para implementar políticas e diretrizes para a EaD, estabelecidas no âmbito da instituição. O NEaD tem como objetivos: congregar profissionais de diferentes áreas do conhecimento, estudos e pesquisas em EaD, proporcionando o desenvolvimento contínuo num processo de construção coletiva, crítica e interdisciplinar; produzir conhecimento sobre Educação a Distância e o uso das TICs nos processos educativos; levantar e mapear demandas de Educação a Distância por áreas de conhecimento no âmbito de atuação do Instituto; Planejar, desenvolver e avaliar cursos de educação a distância a partir de demandas localizadas; Promover a democratização do acesso à Educação via Educação a Distância e uso de TICs; capacitar os professores, os tutores e os alunos do Campus no manuseio das ferramentas mais usadas na Educação a Distância.

O NEaD, desta forma, articula ações que capacitam os professores do Campus a ministrarem componentes curriculares a distância no curso. O NEaD também oferece suporte e apoio aos discentes desse curso no uso do AVEA Moodle. O NEaD produz o plano de ação de forma documentada que é implementado anualmente, a fim de garantir que os processos de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

trabalhos sejam formalizados e executados.

Os membros atuais do NEaD do campus Restinga, conforme Portaria *campus* Restinga Nº 195, de 21 de setembro de 2023 são:

Servidor	Papel na Equipe Multidisciplinar / NEaD	Habilitação na EaD
Denise Elisabete da Silva Gorski	Membro permanente	180h
Felipe de Sousa Gonçalves	Coordenação do Núcleo	150h
Luciano Gomes Furlan	Membro permanente	3.613,5h
Mário Augusto Correia San Segundo	Coordenação Pedagógica	407h
Rafael Pereira Esteves	Membro permanente	195h
Sérgio Gambarra da Silva	Membro permanente	400h

Considerando a experiência dos servidores, os mesmos se habilitam para identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades, realizar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente, o exercício da liderança e reconhecimento da sua produção.

6.18.6 Interação entre coordenador de curso, docentes e tutores (presenciais e a distância)

No início de cada semestre, ocorre uma reunião com os docentes que atuam no curso no período letivo vigente. Dentre os assuntos tratados nesta reunião, quando houver componentes curriculares com carga-horária a distância, haverá uma articulação com relação a metodologias, linguagens e adaptações a serem utilizadas no ensino a distância. Os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

problemas identificados pela CPA com relação a interação entre docentes, tutores, coordenador e discentes serão tratados pelo colegiado de curso. Desta forma, ocorre a interação entre tutores, docentes e coordenação de curso. como resultado, há o planejamento documentado da interação para encaminhamento das questões do curso e realização de avaliações periódicas para identificação de problemas ou aprimoramento da interação entre os sujeitos.

6.18.7 Infraestrutura

O *campus* dispõe de Laboratórios de Informática abertos à comunidade acadêmica nos três turnos durante os dias úteis, onde podem ser realizadas as atividades EaD. Nos laboratórios, os(as) estudantes têm acesso a diversos computadores com Internet. Dentro do *campus*, há também disponibilidade de Internet sem fio para os(as) estudantes, possibilitando que eles tenham acesso ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e aos sistemas acadêmicos.

6.18.8 Experiência Docente e de Tutoria na EaD

O IFRS promove a Educação a Distância baseada na política vigente nessa modalidade. Suas ações de capacitação e apoio a docentes tutores e discentes dos cursos, são regidos pelos documentos citados.

Os servidores que realizam a docência e tutoria neste curso são:

Servidor	Papel	Habilitação na EaD
Alexandre Adriano dos Santos Lima	Docente	160h
Anderson Hakenhoar de Matos	Docente	226h
Eliana Beatriz Pereira	Docente	235h
Daniela Sanfelice	Docente	134h
Divane Floreni Soares Leal	Docente	100h
Felipe de Sousa Gonçalves	Docente	150h
Gilberto João Pavani	Docente	260h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Iuri Albandes Cunha Gomes	Docente	360h
Jessie Ortiz Marimon	Docente	530h
Jovani Zalamera	Docente	452h
Luciano Gomes Furlan	Docente	3.613,5h
Marcelo Machado Barbosa Pinto	Docente	150h
Mário Augusto Correia San Segundo	Docente	407h
Nilson Varella Rübenich	Docente	998h
Rafael Pereira Esteves	Docente	195h
Susana Beatriz Oliveira Szewczyk	Docente	260h
Tadeu Luis Tiecher	Docente	115h
Wagner Guimarães da Silva	Docente	165h

Cabe ressaltar que os docentes atuarão no curso como professor e tutor.

Para atuar na Educação a Distância, os servidores devem atender as legislações e normativas vigentes, incluindo o Programa de Capacitação para atuação na Educação a Distância. Além disso, o IFRS oferece periodicamente diversos cursos através do CEaD e NEaD. Além disso, os docentes participam de formação pedagógica no próprio Campus. Estes cursos e formações visam habilitar o docente para identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades, realizar avaliação diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente, o exercício da liderança e reconhecimento da sua produção.

6.19 Articulação com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS)

O Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia trabalhará em conjunto com os Núcleos de Ações Afirmativas do *campus* Restinga, nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão, no que se refere a medidas e ações de promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnicoracial, de sexo e gênero e de necessidades específicas, ou seja, na defesa dos direitos humanos. Diversas demandas da agroecologia poderão ser articuladas com os três núcleos: NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas); NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) e NEPGS (Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade). NEABI, NAPNE e NEPGS foram criados no intuito de serem instrumentos de consulta e proposição no âmbito de suas referidas temáticas. As resoluções que regulamentam estes núcleos são: Resolução 021/2014 (NEABI), Resolução 020/2014 (NAPNE) e Resolução 037/2017 (NEPGS). Os núcleos destacam-se pelas ações inclusivas, e buscam, entre outros, (i) inserir pessoas com deficiência na instituição, a sua permanência e saída exitosa para o mundo do trabalho, (ii) valorização étnico-racial, em especial à população negra e as comunidades indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa, (iii) o combate à homofobia, buscando o respeito à diferença e a diversidade e a remoção de todos os tipos de barreiras e formas de discriminação, com ênfase nas temáticas corpo, gênero e sexualidade.

Especificamente, o NAPNE articula pessoas e setores para promover na instituição a cultura da “educação para a convivência”, que é a aceitação da diversidade e, principalmente, a busca pela quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais. O NAPNE é responsável por adaptar materiais didáticos para estudantes com necessidades especiais; subsidiar servidores(as) no que se refere a assuntos relacionados à educação inclusiva; promover acessibilidade física e virtual no *campus* Restinga; pesquisar assuntos relacionados à acessibilidade; entre outras ações.

O NEABI é um espaço em que são discutidas as relações étnico-raciais na sociedade brasileira. Busca fomentar estudos, pesquisas e extensão, a partir do desenvolvimento de programas e projetos em diversas áreas do conhecimento. O NEABI constitui um espaço acadêmico e de interface com a comunidade, no qual são realizadas inúmeras atividades dentro da temática da educação das relações étnico-raciais, tais como: estudos, pesquisas, documentação, produção de textos, confecção de materiais, cursos, seminários, conferências e divulgação de ações afirmativas, diretas ou por meio de assessoria e apoio.

O NEPGS tem um papel importante na proposição de políticas, programas, ações e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

atividades dentro de temáticas relacionadas a Corpo, Gênero, Sexualidade e Diversidade. Dentre suas competências, está o fomento à discussões e debates junto a comunidade escolar sobre doenças sexualmente transmissíveis, união civil de pessoas de mesmo sexo, importância dos movimentos sociais na luta contra desigualdade de gênero, acompanhamento de pessoas que se encontram em vulnerabilidade social/ cultura e/ou educacional em função de seu gênero e/ou sexualidade, entre outros.

O Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia irá estabelecer parcerias com NEABI, NAPNE e NEPGS. Projetos de ensino, pesquisa, extensão, quando do escopo temático dos referidos Núcleos, serão executados em parceria, de modo a estabelecer um diálogo contínuo com as temáticas étnico raciais, gênero e inclusão, de forma a manter o respeito à diversidade nas suas mais diversas formas. Um dos componentes curriculares do curso inclusive versa sobre "Gênero, raça, classe, agroecologia e emancipação social" e estudantes e professores poderão estabelecer uma conexão ainda maior com os Núcleos de Ações Afirmativas.

6.20 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A avaliação do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia será feita regularmente, por meio da análise dos resultados obtidos através de avaliação do curso e do desempenho dos(as) estudantes no ENADE. Esta avaliação, de acordo com as determinações legais vigentes, será realizada em dois níveis: (i) Interno e (ii) Externo, em sintonia com o programa de avaliação institucional do IFRS – PAIIFRS, que tem como referência o SINAES.

A implantação/consolidação do projeto pedagógico do curso e das atividades previstas no mesmo está diretamente relacionada com o empenho do corpo docente em elevar e garantir a qualidade do curso, através das aulas e das atividades e projetos de ensino, pesquisa e extensão por eles(as) coordenados. Aliado a isso, está a infraestrutura disponível e o incentivo, estímulo e técnicas de aprendizado adotadas, além do comprometimento com os objetivos, diretrizes e princípios do PPC, em consonância com o PDI, o PPI e demais documentos institucionais que norteiam o ensino do IFRS.

Os acompanhamentos das práticas de ensino e da implantação da proposta pedagógica são importantes, necessárias e estão previstas como atividades do colegiado do curso e do núcleo docente estruturante – NED, que tem, entre outras funções, realizar avaliações periódicas do curso com o objetivo de verificar a adequação do PPC quanto: às constantes alterações da legislação e atos normativos, às diretrizes curriculares em harmonia com os documentos do IFRS, a detecção de fragilidades e a apresentação de propostas de melhorias na implementação do PPC ao colegiado do curso. O processo de avaliação do PPC deve servir de retroalimentação ao projeto do curso, permitindo atualizações mediante a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

relação com os(as) docentes, discentes, egressos(as) e setor produtivo.

O processo de Autoavaliação será coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) Central e pela Comissão local do *campus*. A autoavaliação prevê em suas ações a avaliação didática dos(as) docentes, dos componentes curriculares e do curso, através dos instrumentos de avaliação online. O objetivo é coletar dados relativos ao olhar de toda a comunidade acadêmica envolvida com os cursos. Os instrumentos de autoavaliação que constituem o PAIFRS são disponibilizados no formato *online* para a comunidade interna, em programa desenvolvido pela DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação, do IFRS.

Para a comunidade externa, o instrumento é disponibilizado no formato *offline* e enviado, via correio eletrônico, para os(as) estudantes, bem como para as instituições públicas e privadas e parceiras ou mesmo em formato físico (impresso), quando necessário. Os instrumentos de avaliação são construídos pela CPA e aplicados para todos os cursos do IFRS.

A avaliação externa será composta por dois mecanismos de avaliação do MEC, que são: (i) o Exame Nacional de Cursos, previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES — e (ii) a avaliação efetuada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, realizadas *in loco*.

A avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior, expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios das autoavaliações. Essas avaliações servirão para verificar a coerência dos objetivos e perfil dos egressos do curso com as demandas da sociedade.

O PPC do curso também prevê a participação do estudante no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE. Os resultados do ENADE, aliados às respostas do Questionário do Estudante, conforme o Relatório de Curso disponibilizado no site do INEP, juntamente com as demandas apontadas no Relatório da CPA – no âmbito do curso – e as fragilidades apontadas no relatório de avaliação externa do curso, constituem-se em embasadores fundamentais para a gestão do curso, contribuindo para a tomada de decisões acerca das mudanças/alterações que deverão ser introduzidas no curso, com o intuito de obter a qualidade desejada.

6.21 Critérios de aproveitamento de estudos e certificação de conhecimentos

É facultado ao(à) estudante solicitar o aproveitamento de componentes curriculares correspondentes aos cursados no mesmo nível do curso ou em outro mais elevado. Conforme preconizado pela Organização Didática, as solicitações de aproveitamento de estudos deverão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

ser protocoladas na Coordenadoria de Registros Acadêmicos do *campus*, ou equivalente, e encaminhadas à Coordenação do Curso. Assim, caberá à Coordenação de Curso, o encaminhamento do pedido ao(à) docente atuante no componente curricular, objeto de aproveitamento, que realizará a análise de equivalência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdo e carga horária e emitirá parecer conclusivo sobre o pleito. Também poderão ser solicitados documentos complementares, a critério da Coordenação de Curso e, caso se julgue necessário, o(a) estudante poderá ser submetido ainda a uma certificação de conhecimentos. Cabe ressaltar que é vedado o aproveitamento de um mesmo componente curricular, mais de uma vez no mesmo curso. Um aproveitamento deferido não embasa, necessariamente, novos aproveitamentos.

Os pedidos de aproveitamento de estudos e a divulgação das respostas deverão ser feitos nos prazos determinados pelo calendário acadêmico, não excedendo o período de um mês após o início das aulas do respectivo componente curricular.

A Coordenação do Curso deverá encaminhar o resultado do processo à Coordenadoria de Registros Acadêmicos ou equivalente, cabendo ao(à) estudante informar-se sobre o deferimento. Ainda segundo a Organização Didática, os(as) estudantes dos cursos do IFRS poderão requerer certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com a finalidade de alcançar a dispensa de um ou mais componentes curriculares da matriz do curso. Essa certificação se dará mediante a aplicação de instrumento de avaliação realizada por um(a) docente da área, ao qual caberá emitir parecer conclusivo sobre o pleito.

6.22 Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Colegiado de Curso é um órgão deliberativo e consultivo de cada curso, que tem por finalidade elaborar e acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar às atividades acadêmicas do curso observando-se as políticas e normas do IFRS.

O Colegiado de Curso é constituído por:

- i) Coordenador do Curso;
- ii) No mínimo, 04 docentes efetivos(as) que atuem ou tenham atuado em componentes curriculares do curso, no último período letivo, permitidas ilimitadas reconduções;
- iii) No mínimo, um técnico-administrativo vinculado à Direção de Ensino do Campus, preferencialmente do setor responsável pelo acompanhamento pedagógico dos estudantes;
- iv) No mínimo, um representante do corpo discente do curso;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

v) Um representante da Equipe Multidisciplinar: Núcleo de Educação a Distância.

Os Colegiados de Cursos devem observar os relatórios de Autoavaliação Institucional e de avaliação externa para a tomada de decisões em relação ao planejamento e ao desenvolvimento de suas atividades. As reuniões de Colegiado de Curso constituem-se na análise e reflexão sobre o andamento do curso, visando o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é órgão deliberativo e de assessoramento, vinculado ao respectivo curso de graduação. Compete a cada NDE:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constante no Projeto Pedagógico do Curso;
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com às políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV. Zelar pelo cumprimento das orientações curriculares, conforme legislação vigente;
- V. Propor atualização, sempre que necessário, do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) ao Colegiado do Curso;
- VI. Assessorar, dentro da sua área de competência, o Colegiado do Curso;
- VII. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso;
- VIII. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular no âmbito do Campus, sempre que necessário.
- IX. Elaborar relatório referente às condições ofertadas no quesito acervo bibliográfico, seja físico, virtual ou misto;
- X. Utilizar os resultados das avaliações do curso (CPA, avaliação in loco e ENADE) como ferramentas para atualização/alteração de PPC.

O NDE tem como objetivos garantir a elaboração, o acompanhamento e a consolidação do PPC no âmbito do Campus, e participar da concepção, da avaliação e da atualização do curso, em âmbito sistêmico. As competências do NDE dos cursos de graduação deverão estar conforme a legislação vigente.

Os NDEs são constituídos por professores do curso designados por Portaria do Diretor-geral do Campus, seguindo composição definida pela legislação vigente. A solicitação de portaria de constituição de NDE deverá ser feita pelo coordenador do curso ao Diretor-Geral do Campus, constando a nominata dos membros do NDE e a ata da reunião realizada para esse fim.

A coordenação do NDE será exercida pela coordenação do curso e terá as seguintes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

atribuições:

- I. Representar o Núcleo sempre que necessário;
- II. Articular o desenvolvimento das atividades do Núcleo;
- III. Registrar em ata própria as reuniões e as atividades do Núcleo;
- IV. Coordenar as reuniões do Núcleo.
- V. Realizar Plano de Metas da Gestão do Curso, documentado e compartilhado;

O mandato do Coordenador do NDE terá duração vinculada à sua permanência à frente da Coordenação do Curso.

7 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Após a integralização dos períodos letivos organizados por componentes curriculares e da realização Plano de Trabalho de Intervenção que compõem o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, fará jus ao diploma de Técnico(a) em Agroecologia o(a) estudante que:

- i) Obter aprovação em todos os componentes curriculares obrigatórios e optativos do curso;
- ii) Estiver em dia com o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE); e
- iii) Colar grau.

8 QUADRO DE PESSOAL (DOCENTES E TÉCNICOS)

O quadro docente, admitido por concurso público (ou ainda contando com a presença de docentes visitantes e substitutos/as), formará um único colegiado multidisciplinar, que é condição fundamental para o desenvolvimento da proposta pedagógica que norteia o curso Superior de Tecnologia em Agroecologia. Os(As) docentes lotados(as) no curso atuarão de forma aberta, flexível e interdisciplinar. Quanto aos(as) servidores(as) técnico-administrativos, igualmente a organização de seu trabalho e definição das especificidades com relação ao curso acontecerá por determinação da Direção Geral do *campus* Restinga ou por órgão designado por esse. A relação de servidores(as) docentes e técnico-administrativos que poderão atuar no curso estão citados no quadro a seguir:

Servidor	Formação	Vínculo	Atuação
Alexandre Adriano dos Santos Lima	Mestrado	Professor Efetivo	Administração



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Alexandre Wasem Pinto	Técnico	Técnico de Laboratório	Tecnologia da Informação (Laboratórios)
Alini Gomes Ferreira	Mestrado	Administradora	Setor Financeiro
Anderson Hakenhoar de Matos	Doutorado	Professor Efetivo	Letras
André Amaral Mendes	Ensino Médio	Auxiliar de Biblioteca	Ensino (Biblioteca)
André Forlin Dosciati	Especialização	Professor Substituto	Informática
André Luiz Silva de Andrades	Técnico	Auxiliar em Administração	Ensino (Biblioteca)
André Marcelo Schneider	Doutorado	Professor Efetivo	Informática
Andreia Meinerz	Mestrado	Professor Efetivo	Filosofia
Andreza Lima Marimon da Cunha	Mestrado	Jornalista	Comunicação
Bruno Milano Schepers	Doutorado	Professor Substituto	Letras
Camila Camargo Estrazulas	Especialização	Assistente em Administração	Pesquisa
Camila da Silva Ramalho	Mestrado	Assistente de Aluno	Extensão (Estágios)
Caren Fulginiti da Silva	Mestrado	Professor Efetivo	Matemática
Caren Rejane de Freitas Fontella	Doutorado	Técnica em Assuntos Educacionais	Extensão
Caroline da Costa Laureano	Graduação	Assistente de Alunos	Extensão (Estágios)
Caroline Pereira	Ensino Médio	Assistente em Administração	Contratos, Compras e Licitações
Cassiana Grigoletto	Doutorado	Professor Efetivo	Letras
Cassius Ugarte Sardíglia	Mestrado	Professor Efetivo	Biologia
Cauê Haase Pacheco	Técnico	Assistente em Administração	Infraestrutura/Almoxarifado
Charlies Uilian Campos da Silva	Doutorado	Professor Efetivo	Letras
Dânia Pinto Gonçalves	Doutorado	Professor Efetivo	Letras
Daniel Battaglia	Doutorado	Professor Efetivo	Administração



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Daniela Nicoletti Favero	Doutorado	Professor Efetivo	Letras
Daniela Sanfelice	Doutorado	Professor Efetivo	Biologia
Davi Jonatas da Silva	Técnico	Assistente em Administração	Gestão de Pessoas
Denise Elisabete da Silva Gorski	Especialização	Assistente em Administração	Gabinete da Direção Geral
Diana Vega Marona	Mestrado	Professor Efetivo	Matemática
Diego Monte Blanco	Doutorado	Professor Efetivo	Sociologia
Diego Moreira da Rosa	Mestrado	Professor Efetivo	Informática
Diego Romeira Cigaran Chaves	Mestrado	Professor Efetivo	Matemática
Diogo Silveira Terra	Graduação	Bibliotecário-Documentalista	Ensino (Biblioteca)
Divane Floreni Soares Leal	Doutorado	Professor Efetivo	Administração
Elenisse Camacho Mederos Torres	Especialização	Assistente em Administração	Desenvolvimento Institucional
Eliana Beatriz Pereira	Doutorado	Professor Efetivo	Informática
Elizete Cristina Dos Santos	Graduação	Assistente de Alunos	Ensino (Registros Escolares)
Felipe de Sousa Gonçalves	Doutorado	Professor Efetivo	Geografia
Fernanda Beron da Cunha	Mestrado	Professor Efetivo	Biologia
Flávio Chaves Brandão	Técnico	Técnico de Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação
Gabriela Pinheiro Anhaia	Graduação	Auxiliar de Biblioteca	Biblioteca
Gabriella Fraga da Ré	Especialização	Assistente de Aluno	Ensino (Gestão Escolar)
Geovana Prante Gasparotto	Doutorado	Assistente Social	Ensino (Assistência Estudantil)
Gilberto João Pavani	Mestrado	Professor Efetivo	Informática
Gisele Oliveira Fraga do Nascimento	Técnica	Tradutora/Intérprete de Libras	Ensino (Gestão Escolar)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Gleison Samuel do Nascimento	Doutorado	Professor Efetivo	Informática
Helena Patini Lancellotti	Doutorado	Professor Efetivo	Sociologia
Iuri Albandes Cunha Gomes	Doutorado	Professor Efetivo	Informática
Janice Ribeiro de Souza	Especialização	Assistente em Administração	Ensino (Gestão Escolar)
Jean Carlo Hamerski	Doutorado	Professor Efetivo	Informática
Jessie Ortiz Marimon	Mestrado	Professor Efetivo	Letras
Jezer Machado de Oliveira	Mestrado	Professor Efetivo	Informática
Jovani Zalamena	Doutorado	Professor Efetivo	Agronomia
Juliana Battisti	Mestrado	Professor Efetivo	Letras
Leandro Bez Birolo	Técnico	Assistente em Administração	Infraestrutura/ Almoxarifado
Lélien Fritsch	Especialização	Tecnóloga em Processos Gerenciais	Administração (Compras)
Lucas Maciaseki da Silva	Graduação	Técnico em Assuntos Educacionais	Ensino (Orientação Escolar)
Luciana Regina Podgaiski	Doutorado	Professor Visitante	Biologia
Luciano Barth Vieira	Graduação	Técnico de Laboratório	Administração (Infraestrutura/Almoxarifado)
Luís Felipe Kiesow de Macedo	Mestrado	Professor Efetivo	Matemática
Maira da Silva Gomes	Doutorado	Professor Efetivo	Letras
Marcelo Machado Barbosa Pinto	Doutorado	Professor Efetivo	Administração
Márcia Pereira Pedroso	Doutorado	Psicóloga	Ensino (Assistência Estudantil)
Márcia Regina Ribeiro dos Santos	Especialização	Assistente em Administração	Pesquisa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Mário Augusto Correia San Segundo	Doutorado	Professor Efetivo	História
Matilde Cristiane Flores Carlotto	Especialização	Auditora	Auditoria
Nathália Luísa Giraud Gasparini	Mestrado	Professor Efetivo	Letras
Nilson Varella Rübenich	Doutorado	Professor Efetivo	Administração
Paula Porto Pedone	Especialização	Bibliotecária- Documentalista	Ensino (Biblioteca)
Pedro Sergio Mendes Leite	Especialização	Contador	Administração (Financeiro)
Priscila Vieira Bastos	Especialização	Técnica em Assuntos Educaçãois	Ensino (Orientação Estudantil)
Régio Antônio Michelin	Doutorado	Professor Efetivo	Informática
Renie Robim	Mestrado	Professor Efetivo	Letras
Ricardo Luis dos Santos	Doutorado	Professor Efetivo	Informática
Ricardo Silva Ribeiro	Mestrado	Professor Efetivo	Matemática
Roben Castagna Lunardi	Doutorado	Professor Efetivo	Informática
Robson Bierhals da Silva	Graduação	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia da Informação
Rudinei Müller	Doutorado	Professor Efetivo	Filosofia
Sabrina da Cunha Lamb	Graduação	Técnica em Secretariado	Gabinete
Sandra Rovena Frigeri	Especialização	Professor Substituto	Informática
Sergio Gambarra da Silva	Graduação	Técnico de Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação
Sérgio Guilherme Santos Portella	Mestrado	Colaboração Técnica	Filosofia
Stefan Chamorro Bonow	Doutorado	Professor Efetivo	História
Sula Cristina Teixeira Nunes	Mestrado	Assistente de Aluno	Ensino (Registros Escolares)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Susana Beatriz Oliveira Szewczyk	Doutorado	Professor Efetivo	Matemática
Suyane Lamari Cabral	Especialização	Assistente em Administração	Administração (Compras)
Tadeu Luis Tiecher	Doutorado	Professor Efetivo	Agronomia
Tanise Fernandes de Lima	Graduação	Assistente em Administração	Extensão
Thaiana Machado dos Anjos	Mestrado	Pedagoga	Ensino (Gestão Escolar)
Thais Teixeira da Silva	Mestrado	Produtora Cultural	Comunicação
Tiago Bassani Rech	Doutorado	Professor Efetivo	Geografia
Tiane Pacheco Lovatel	Especialização	Técnica em Assuntos Educacionais	Ensino (Orientação Escolar)
Wagner Guimarães da Silva	Doutorado	Professor Efetivo	Geografia

9 INFRAESTRUTURA

O *campus* Restinga possui uma área total de 79.209,89 m² onde estão construídos 05 (cinco) blocos, uma quadra poliesportiva, estacionamento e almoxarifado que oferecerão, direta ou indiretamente, toda a infraestrutura necessária à execução do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia.

9.1 Biblioteca

O IFRS – *campus* Restinga conta com uma Biblioteca que atende os cursos superiores, os cursos técnicos e o ensino médio técnico. A Biblioteca iniciou suas atividades no dia 08 de outubro de 2010. Seus principais objetivos são dar subsídios informacionais para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, proporcionando o acesso dos(as) estudantes e dos(as) servidores(as) a fontes de informação atualizadas, e oferecer espaço qualificado para estudo, com infraestrutura, recursos humanos, informacionais e tecnológicos adequados. A Biblioteca é aberta à comunidade em geral, sendo o empréstimo restrito aos(às) docentes, discentes e técnicos-administrativos do *campus*, ficando disponível para a comunidade externa a consulta local aos documentos. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das sete e trinta às vinte e duas e trinta, e conta com um(a) bibliotecário(a), um(a) auxiliar de administração e dois(duas) auxiliares de Biblioteca.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Em relação à infraestrutura, a Biblioteca está dividida em duas salas, uma para o acervo, com espaço de aproximadamente 313m² (trezentos e treze metros quadrados), e outra para a sala de estudos, que tem aproximadamente 43m² (quarenta e três metros quadrados). A Biblioteca dispõe de 17 (dezessete) baias de estudo individual, 2 (duas) mesas de estudo em grupo e 2 (dois) terminais de consulta ao acervo e de pesquisa em bases de dados. A sala de estudos dispõe de 3 (três) mesas com 6 (seis) cadeiras.

O acervo é composto por mais de 1760 (mil setecentos e sessenta) títulos e 5300 (cinco mil e trezentos) exemplares de livros. A atualização do acervo é anual, conforme disponibilidade orçamentária e atendendo às solicitações dos(as) servidores e estudantes. Os recursos informacionais disponibilizados abrangem as áreas dos cursos, bem como a área de formação de professores, literatura, dicionários, etc. Também é oferecido acesso remoto a todas as normas ABNT através da rede do *campus*. A composição do acervo se dá por meio de compras e doações. Em relação à metodologia de compra, utilizam-se os instrumentos do INEP para avaliação de cursos superiores, como base para o investimento em acervo para os cursos de todas as modalidades de ensino regular ofertadas. Também são consideradas as avaliações institucionais realizadas pela comunidade escolar, que apontam a demanda por acervo.

Além dos livros, também contamos com doações dos seguintes periódicos: (i) IEEE Spectrum; (ii) Gestão Escolar (Fundação Victor Civita); (iii) Nova Escola (Fundação Victor Civita); (iv) Cálculo: matemática para todos (editora Segmento); (v) Carta na Escola (editora Confiança); (vi) Presença Pedagógica (editora Dimensão); (vii) Filosofia: ciência e vida (editora Escala); (viii) Língua Portuguesa (editora Segmento); (ix) Revista de História da Biblioteca Nacional.

São oferecidos serviços de empréstimo domiciliar, renovações e reservas *online* de materiais do acervo; orientação no uso do acervo; orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos, de acordo com as normas da ABNT.

O IFRS *campus* Restinga também conta com acesso ao portal de periódicos da CAPES, que disponibiliza diversas publicações científicas de alta relevância para atividades de ensino e pesquisa.

9.2 Equipamentos e Laboratórios

As atividades didático-pedagógicas serão desenvolvidas, em sua maioria, no *campus* Restinga, tanto no que tange ao uso de laboratórios quanto às salas de aula. Dentre os laboratórios disponíveis no *campus* e que serão utilizados pelo curso incluem-se: laboratório de Idiomas, de informática, de Eletrônica, de Ciências, de Ciências Humanas, de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Empreendedorismo, dentre outros.

Dentre os espaços externos específicos para utilização em atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso de Agroecologia, podemos destacar: pomar agroecológico com mais de 200 (duzentas) plantas frutíferas de diversas espécies; horta comunitária, onde são cultivadas hortaliças; área experimental, destinada à pesquisa científica em campo; minhocário, com produção de vermicomposto; canteiros em formato de relógio do corpo humano com ervas medicinais, aromáticas e condimentares; meliponário, com caixas de abelhas nativas sem-ferrão; bioconstrução, construída com materiais naturais e sustentáveis que serve de estrutura para aulas teóricas e práticas; estufa agrícola, onde são produzidas mudas de hortaliças diversas; sistema agroflorestal, contemplando uma diversidade de espécies em seus diferentes estratos e grupos funcionais; composteira, que recebe resíduos orgânicos da comunidade interna e externa do *campus* e produz composto orgânico, entre outros (Figura 02).

Além destes espaços, destaca-se que muitas das atividades de caráter prático serão desenvolvidas em propriedades rurais do município e região metropolitana com o auxílio de agricultores e agricultoras familiares.

Em fase final de finalização, o *campus* contará com um prédio que vai sediar o Laboratório de Solos, com uma sala de aula, uma sala de docentes e um espaço para depósito de ferramentas e insumos agrícolas que serão utilizados nas práticas de ensino, pesquisa e extensão. Ao lado do Laboratório de Solos, em 2023 será iniciada a construção do Laboratório de Processamentos de Alimentos, com previsão de finalização em 2024.

Ressalta-se, ainda, que todas as instalações internas, e grande parte dos espaços externos (Figura 02), apresentam adaptações físicas e materiais para o atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

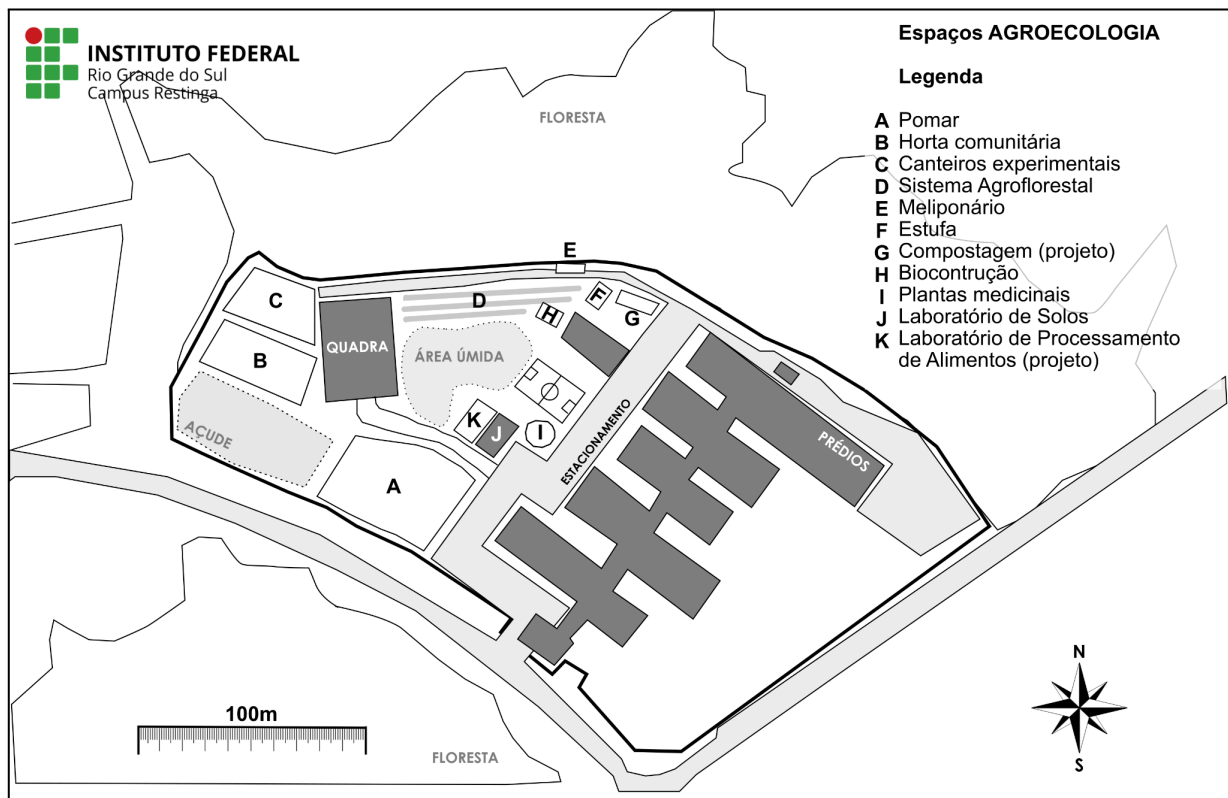


Figura 02. Croqui do IFRS *campus* Restinga, indicando os espaços externos destinados a ações de ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia (esquema de julho de 2023).

10 CASOS OMISSOS

Caberá à Diretoria de Ensino, à Coordenação de Curso e ao Setor do Ensino tomar providências em relação aos casos omissos.

11 REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **El estado del arte de la agroecología: revisando avances y desafíos.** _____. Vertientes del pensamiento agroecológico: fundamentos y aplicaciones. Medellín: SOCLA, 2009. p. 69-94.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/construindo.pdf>.

CONAES (2010). **Resolução** nº 01, 17 de junho de 2010. Disponível em: http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Resolucao_1_2010.pdf. Acesso em 20 de julho de 2023.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Tradução de Maria José Guazelli. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

IFRS *campus* Restinga, 2017 disponível em:
<https://ifrs.edu.br/restinga/wp-content/uploads/sites/5/2019/02/PPC-de-Agroecologia-corrigido.pdf>.

IFRS *campus* Viamão, 2022 Disponível em:
https://ifrs.edu.br/viamao/wp-content/uploads/sites/11/2022/12/ANEXO-1-_PPC_Especializacao-Agroecologia.docx.pdf.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2015). Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 20 de julho de 2023;

PIMBERT, M. et al. Agroecology. **Oxford Research Encyclopedias**. DOI:
<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190854584.013.298>. Disponível em:
<https://oxford.com/anthropology/view/10.1093/acrefore/9780190854584.001.0001/acrefore-9780190854584-e-298>. Acesso em: 12 de out. de 2021.

PLOEG, J. D. van der. O sistema alimentar em tempos de Covid-19: ensinamentos para o futuro. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em:
<http://aspta.org.br/files/2021/10/Cadernos-para-debate-n03-ano-2021.pdf>. Acesso em: 07 de out. de 2021.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, F.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, n. 29,2009 p. 503-515.

12 ANEXOS

Anexo 1 - Regulamento dos Laboratórios;

Anexo 2 - Regulamento do Núcleo Docente Estruturante;

Anexo 3 - Regulamento do Colegiado de Curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Anexo 1 - Regulamento dos Laboratórios de Informática

Os Laboratórios de Informática do *campus* Restinga do IFRS são de natureza instrumental, destinando-se, prioritariamente, ao desenvolvimento de atividades curriculares a todos(as) os(as) estudantes. Esses estão equipados com computadores e softwares necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, e ligados em rede com acesso à Internet, que deve ser usada como forma de maximizar o acesso à informação para fins de pesquisa acadêmica. As normas de utilização aqui apresentadas têm por finalidade definir uma estrutura organizacional e regulamentar para as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Informática (aulas, pesquisa, digitação de trabalhos e outros).

Normas gerais para utilização dos laboratórios:

1. Os equipamentos do laboratório de informática estão à disposição de todos os(as) estudantes desta instituição, exclusivamente, para fins de ensino e aprendizagem.
2. O laboratório de informática estará reservado, prioritariamente, para os(as) docentes ministrarem as aulas referentes aos cursos regulares. Havendo disponibilidade de horário, o mesmo poderá ser utilizado pelos(as) demais usuários(as), desde que esteja presente um(a) responsável (servidor(a), bolsista, docente ou coordenador(a)).
3. No intervalo entre a troca de aulas, o laboratório não estará disponível para estudantes.
4. O uso das caixas de som será restrito a casos específicos por solicitação dos(as) docentes e com antecedência.
5. A solicitação de instalação de softwares deverá ser feita com no mínimo 15 dias de antecedência.
6. A reserva dos Laboratórios com o objetivo de ministrar aulas extracurriculares deverá ser feita junto ao Setor de Apoio Acadêmico.
7. É dever de cada usuário(a) ler as informações deste documento, estando qualquer tipo de infração ausente de atenuantes sob alegação de não conhecimento das regras.
8. O não cumprimento do disposto nos deveres dos usuários e a infração às proibições aos(as) usuários(as) acarretará no bloqueio da conta do(a) usuário(a) responsável e nas punições disciplinares cabíveis.
9. As Normas podem ser alteradas de acordo com as necessidades dos Laboratórios de Informática sem prévio aviso.

Deveres dos(as) usuários(as)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

- Submeter-se às normas instituídas para a utilização dos Laboratórios de Informática e ler estas informações.
- Zelar pela manutenção de um ambiente limpo e organizado nas dependências dos Laboratórios.
- Respeitar o silêncio no ambiente dos Laboratórios.
- Responsabilizar-se pelas cópias de segurança de todos os seus arquivos.
- Comunicar qualquer problema técnico nos equipamentos ao Setor de Suporte Técnico de TI, responsável pelos laboratórios ou, se em horário de aula, ao (à) docente.
- Ligar e desligar as máquinas dentro dos procedimentos indicados e nunca abandonar aberta uma sessão de acesso aos computadores.
- Manipular os equipamentos com o cuidado necessário.
- Ao término do uso, desligar o computador e colocar a cadeira utilizada em seu devido lugar.
- Em caso de utilização do ar condicionado, manter portas e janelas fechadas e desligar o aparelho ao término de seu uso.

Proibições aos usuários

- Utilizar ou entrar no laboratório em horários destinados às aulas de outra turma que não a do(a) usuário(a).
- Consumir bebidas e/ou alimentos, bem como fumar ou ter comportamento não compatível com o ambiente acadêmico.
- Utilizar celulares, salvo mediante expressa autorização do(a) docente.
- Utilizar aparelhos sonoros que possam perturbar o bom andamento das atividades.
- Efetuar login/logon em mais de uma máquina ao mesmo tempo.
- Alterar as configurações dos programas instalados nos computadores;
- Abrir e/ou remover qualquer tipo de equipamento dos Laboratórios.
- Sentar-se sobre as bancadas, bem como colocar os pés sobre as mesmas ou sobre as cadeiras.
- Utilizar-se de qualquer meio para apoderar-se das senhas de outros(as) usuários(as).
- Alterar a disposição dos equipamentos ou removê-los, bem como colocar as mãos nas telas dos monitores.
- Navegar em sites com conteúdo ofensivo, pornográficos, *hacker*, bate-papo, jogos, charges, piadas/humor, novelas, esporte, tv, música, música *online*, mensagens, cartões e fazer download de qualquer tipo de software. No entanto, o uso de sites de bate-papo, jogos,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

charges, piadas/humor, novelas, esporte, TV, música e música *online* será permitido quando estiverem atrelados à prática pedagógica e à proposta do(a) docente no devido momento de utilização do laboratório.

- Bloquear os computadores com senha na proteção de tela (programas do tipo *lock screen*).
- Reiniciar as máquinas.
- Instalar qualquer programa nos computadores.
- Utilizar os computadores para fins pessoais ou para qualquer outro tipo de atividade incompatível com as tarefas acadêmicas.
- Desenvolver, manter, utilizar ou divulgar dispositivos que possam causar danos aos sistemas e às informações armazenadas, tais como criação e/ou propagação de vírus, criação e utilização de sistemas de criptografia que causem a indisponibilidade dos serviços e/ou destruição de dados.
- Utilizar os serviços e recursos para fins comerciais ou políticos, tais como mala direta ou propaganda política.
- Utilizar os serviços e recursos para ganho pessoal.
- Utilizar os serviços e recursos para intimidar, assediar, difamar ou aborrecer qualquer pessoa.
- Desperdiçar os recursos computacionais de forma intencional.
- Usar os computadores para a prática de qualquer ato ilícito com penalidade prevista em lei.
- Alterar, criar ou remover arquivos fora da área particular do usuário que venham a comprometer o desempenho e funcionamento dos sistemas.
- Permitir que outra pessoa utilize sua conta para acesso aos computadores, bem como o acesso a sua área pessoal no servidor e seu conteúdo.
- Desenvolver qualquer outra atividade que desobedeça às normas apresentadas acima.

Deveres dos(as) docentes

- Fazer cumprir as normas descritas neste documento e zelar pela correta utilização dos equipamentos durante o período no qual estiver utilizando os Laboratórios.
- Comunicar imediatamente problemas técnicos e/ou de configuração ao Setor de Suporte Técnico de TI.
- Verificar, ao término de suas atividades, a organização geral do Laboratório, apagar o quadro branco, além de orientar os(as) estudantes para organizar o mobiliário e os equipamentos.
- Devolver, ao final da atividade, os materiais solicitados ao Setor de Apoio Acadêmico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

(pincéis atômicos, apagador, controles do ar condicionado, etc.).

- Nunca se ausentar do Laboratório durante o período de suas aulas, nem sair do Laboratório antes de todos os(as) estudantes.

Equipe de Informática

- Manutenção, testes e instalação de qualquer software são de responsabilidade da Equipe de Informática do Setor de Suporte Técnico de TI.
- A Diretoria de TI não se responsabiliza pela segurança de dados copiados para dispositivos pessoais (HDs externos, pen drive, cds, etc), de estudantes e/ou docentes, bem como de objetos esquecidos nas dependências dos Laboratórios.
- Digitação, preparação e impressão de materiais para alunos não são atribuições do Setor de Suporte Técnico de TI.
- O Setor de Suporte Técnico de TI poderá a qualquer momento pedir para um(a) estudante fechar um *website*, caso julgue impróprio ou comprovar que estão sendo ignoradas as normas pré-estabelecidas, podendo até pedir/solicitar que o(a) estudante se retire do laboratório.
- O Setor de Suporte Técnico de TI dará suporte a docentes e estudantes na execução das atividades, quando solicitado.

Punições disciplinares

Atitudes consideradas agressivas, grosseiras ou inadequadas, bem como danos físicos aos equipamentos e/ou danos lógicos aos softwares instalados serão motivos de advertência e até mesmo da suspensão do(a) usuário(a) no caso de reincidência, que será comunicada pela equipe do Suporte Técnico de TI a Diretoria de TI ou a Direção Geral do *campus*, dependendo da gravidade da ação.

Quando constatado equipamento com problemas por uso incorreto ou atos de violência provocados deliberadamente por um(a) ou mais usuários(as), este(s)/a(s) será(ão) responsabilizado(s)/a(s) e será(ão) obrigado(s)/a(s) a ressarcir a Instituição pelas respectivas despesas de manutenção dos equipamentos e materiais danificados. O não cumprimento das regras estabelecidas implica, ao(à) usuário(a) infrator(a), penalidades que se diferenciam pela gravidade da ação, reincidência, dolo ou culpa podendo ir de uma simples repreensão oral, proibição da utilização do Laboratório até a suspensão das atividades escolares, conforme descrito a seguir:

- a repreensão oral é feita pelo responsável pelo Laboratório (bolsista, funcionário ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

professor) e, em caso de reincidência, pelo Coordenador do Curso;

- a repreensão por escrito é decidida pela Diretoria de TI, ouvido o(a) responsável pelo laboratório no momento do fato ocorrido (bolsista, servidor(a), docente ou coordenador(a)).
- a suspensão de utilização compete a Direção-Geral, ouvido a Direção de TI, Coordenação do Curso e o Setor de Suporte Técnico;
- no que couber, são aplicadas as penalidades previstas no Regimento Geral da Instituição; e
- a Diretoria de TI não concederá exceções nas penalidades.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Anexo 2 - Regulamento do Núcleo Docente Estruturante

O Diretor-Geral do campus Restinga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

Regulamentar o Núcleo Docente Estruturante dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Restinga.

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Art 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão consultivo, vinculado ao Colegiado do Curso que tem por finalidade acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, observando-se as políticas e normas do IFRS.

Art 2º O Núcleo Docente Estruturante é constituído por:

- I. Coordenador do Curso;
- II. Pelo menos, três (3) representantes do quadro docente permanente da área do curso e que atuem efetivamente sobre o desenvolvimento do mesmo; sendo no mínimo 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação strictu sensu.

§ 1º Os representantes docentes serão eleitos em reunião específica, convocada pelo Coordenador do Curso, tendo como suplente o candidato que obtiver a maior votação depois dos eleitos.

§ 2º No mínimo, 60% dos membros de NDE devem ter regime de trabalho de dedicação exclusiva.

§ 3º O mandato será de 2 (dois) anos, permitida recondução por mais um mandato.

§ 4º A definição dos novos representantes deverá ocorrer sessenta dias antes do término do mandato dos representantes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Art 3º O membro cuja ausência ultrapassar duas reuniões sucessivas ordinárias ou extraordinárias perderá seu mandato, se as justificativas apresentadas não forem aceitas pelos demais membros do NDE.

Parágrafo Primeiro Em caso de vacância ocorrerá a substituição pelo suplente e na inexistência deste a indicação pelos membros do NDE.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I
DAS COMPETÊNCIAS DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art 4º - Compete ao NDE:

- I. Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso, definindo sua concepção e fundamentos;
- II. Propor atualização periódica do projeto pedagógico do curso;
- III. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- IV. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- V. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VI. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- VII. Coordenar a elaboração de materiais técnicos e didáticos e recomendar a aquisição de bibliografia e outros materiais necessários ao curso;
- VIII. Indicar e acompanhar a elaboração de infra-estrutura e recomendar a aquisição de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

equipamentos e materiais de consumo necessários ao curso;

IX. Propor alterações no Regulamento do NDE.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art 5º A presidência do Núcleo Docente Estruturante será exercida pelo(a) Coordenador(a) do Curso.

Parágrafo Único: Na ausência ou impedimento do Coordenador do Curso, a presidência das reuniões será exercida por um membro do NDE por ele designado.

Art 6º São atribuições do Presidente:

- I. Convocar e presidir as reuniões; II. Representar o NDE junto aos demais órgãos do IFRS;
- III. Encaminhar as decisões do NDE;
- IV. Designar relator ou comissão para estudo de matéria do NDE;
- V. Submeter à apreciação e à aprovação do NDE a ata da sessão anterior;
- VI. Dar posse aos membros do NDE;
- VII. Designar o responsável pela Secretaria do NDE;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO

Art 7º O NDE reunir-se-á ordinariamente 03 (três) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de 2/3 de seus membros, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

§ 1º As solicitações de reunião do NDE, seja ordinárias ou extraordinárias, possuem caráter



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

de convocação.

§ 2º O NDE somente reunir-se-á com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art 8º As decisões do NDE serão tomadas por maioria de votos, com base no número de membros presentes.

Art 9º De cada sessão do NDE lavra-se a ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo(a) Presidente, pelo(a) Secretário e pelos(as) presentes.

Parágrafo Único As reuniões do NDE serão secretariadas por um de seus membros, designado pelo Presidente.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 10º Os casos omissos serão resolvidos pelo próprio NDE ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art 11º O presente Regulamento entra em vigor a partir desta data.

Gleison Samuel do Nascimento
Diretor de Geral
campus Restinga – IFRS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

Anexo 3 - Regulamento do Colegiado de Curso

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, de 01 de dezembro de 2016.

Regulamenta os Colegiados de Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul do campus Restinga.

O Diretor Geral do IFRS - campus Restinga, no uso das suas atribuições legais, resolve: regulamentar os Colegiados de Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul do campus Restinga.

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Art. 1º - O Colegiado de Curso de Graduação é um órgão normativo e consultivo de cada curso que tem por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, avaliar alterações dos currículos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e normas do IFRS.

Art. 2º - O Colegiado de Curso é constituído por:

- I. Coordenador do Curso;
- II. Pelos Professores em efetivo exercício que compõem a estrutura curricular do curso;
- III. Um representante do Setor de Ensino da Instituição;
- IV. Dois representantes do Corpo Discente do Curso;
- V. Pelos Técnico-Administrativos em Educação da Instituição vinculados ao curso.

§1º - Os representantes relacionados no inciso IV serão eleitos pelos seus pares, tendo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

como suplente o candidato que obtiver a maior votação depois dos eleitos.

§2º - O mandato de que trata o inciso IV será de 1 (um) ano, permitida reeleição por mais um mandato.

§3º - O representante discente, regularmente matriculado, deverá ter cursado pelo menos 1 (um) semestre da carga horária obrigatória do Curso e não estar cursando o último semestre.

§4º - O processo de escolha dos representantes dos discentes será coordenado pelo respectivo Diretório Acadêmico.

§5º - Os técnico-administrativos que participarão do Colegiado serão os vinculados ao curso através do Projeto Pedagógico do Curso.

§6º - A definição dos novos representantes deverá ocorrer sessenta dias antes do término do mandato dos representantes.

Art. 3º - O membro cuja ausência ultrapassar duas reuniões sucessivas ordinárias ou extraordinárias perderá seu mandato, se as justificativas apresentadas não forem aceitas pelo Colegiado.

Parágrafo Único - Em caso de vacância ocorrerá a substituição pelo suplente e na inexistência deste a indicação pelo Segmento.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I
DAS COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 4º - Compete ao Colegiado de Curso:

- I. Analisar e deliberar propostas de alteração do Projeto Pedagógico do Curso;
- II. Acompanhar o processo de reestruturação curricular;
- III. Propor e/ou validar a realização de atividades complementares do Curso;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

- IV. Acompanhar os processos de avaliação do Curso;
- V. Acompanhar os trabalhos e dar suporte ao Núcleo Docente Estruturante;
- VI. Acompanhar o cumprimento das decisões do Colegiado de Curso;
- VII. Propor alterações no Regulamento do Colegiado do Curso.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 5º - A presidência do Colegiado de Curso será exercida pelo(a) Coordenador(a) do Curso.

Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento do Coordenador de Curso, a presidência das reuniões será exercida por um membro por ele designado.

Art. 6º - São atribuições do Presidente:

- I. Convocar e presidir as reuniões;
- II. Representar o Colegiado junto aos demais órgãos do IFRS;
- III. Encaminhar as decisões do Colegiado;
- IV. Designar relator ou comissão para estudo de matéria do Colegiado;
- V. Submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da sessão anterior;
- VI. Dar posse aos membros do Colegiado;
- VII. Designar o responsável pela Secretaria do Colegiado;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º - O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente três vezes por semestre e,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Ensino

extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de 2/3 de seus membros, com antecedência mínima de 2 dias.

§1º - O Colegiado somente reunir-se-á com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros.

§2º - O calendário de reuniões ordinárias deve ser aprovado pelo Colegiado, na última reunião ordinária do período letivo anterior a sua vigência.

Art. 8º - As decisões do Colegiado serão tomadas por maioria de votos, com base no número de membros presentes.

Art. 9º - De cada sessão do Colegiado de Curso lavra-se a ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo(a) Presidente, pelo(a) Secretário e pelos(as) presentes.

§1º - As reuniões do Colegiado de Curso serão secretariadas por um de seus membros, designado pelo Presidente.

§2º - As reuniões serão sessões públicas, permitindo a participação de convidados para prestação de esclarecimentos sobre assuntos específicos, sem direito a voto.

§3º - As atas do Colegiado, após sua aprovação, serão publicadas.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º - Os casos omissos serão resolvidos pelo próprio Colegiado ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 11º - A presente Instrução Normativa entrar em vigor a partir desta data.

Prof. Gleison Samuel do Nascimento
Diretor Geral
IFRS - campus Restinga
Portaria nº 317/2016-IFRS